



RELATÓRIO & CONTAS 2013

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MT', 'A', 'Cg', and 'B', along with the year '2013'.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
A EMPRESA	5
PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	8
A - GOVERNO DA SOCIEDADE	12
1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	12
2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS	12
3. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSAÇÕES RELEVANTES	15
4. MODELO DE GOVERNO	15
5. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS	30
6. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE	34
7. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO	34
8. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	38
9. ÉTICA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	47
10. CONTROLO DE RISCO	47
11. PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES	48
12. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	49
13. INFORMAÇÃO SINTÉTICA SOBRE AS INICIATIVAS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	49
14. CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES, DESPACHOS E LEGISLAÇÃO DIVERSA	51
15. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO	54
16. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	58
B - ATIVIDADE DA EMPRESA	60
1. INTRODUÇÃO	60
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	60
3. ENQUADRAMENTO DO SETOR	61
4. REGULAÇÃO	63
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	66
6. ATIVIDADE OPERACIONAL	70
6.1 Investimentos	70
6.2 Exploração	73
6.3 Manutenção	83
6.4 Laboratórios	83
6.5 Qualidade e Responsabilidade Social	85
6.6 Comunicação e Educação Ambiental	85
7. OBJETIVOS DE GESTÃO	89
8. PERSPETIVAS PARA O FUTURO	92
9. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	93
10. SUCURSAIS DA SOCIEDADE	93
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	94
13. ANEXO AO RELATÓRIO	94
C - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013	95
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	95
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	97
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	99
1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA SIMTEJO, S.A.	100
1.1. Introdução	100
1.2. Atividade	100
1.3. Acionistas	100
1.4. Aprovação das Demonstrações financeiras	100
2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	101
2.1 Bases de apresentação	101
2.2 Conversão cambial	107
2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios	107
2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12	108
2.5 Ativos fixos tangíveis	110
2.6 Ativos intangíveis	111
2.7 Ativos e passivos financeiros	111
2.8 Clientes e outras contas a receber	113
2.9 Inventários	113
2.10 Caixa e equivalentes de caixa	113
2.11 Imparidade	113
2.12 Capital	114
2.13 Dividendos a pagar	114
2.14 Subsídios do governo	115
2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes	115
2.16 Fiscalidade	115
2.17 Rédito	116
2.18 Prestação de serviços	116
2.19 Trabalhos para a própria empresa	116
2.20 Gastos e perdas	116
2.21 Eventos subsequentes	116
3. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	116

AB
2013
m
G
B

3.1	Fatores de risco.....	116
3.2	Risco de crédito.....	117
3.3	Risco de liquidez.....	118
3.4	Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro.....	118
3.5	Risco de capital.....	119
3.6	Risco regulatório.....	119
4	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS.....	119
4.1	Provisões.....	120
4.2	Ativos tangíveis e intangíveis.....	120
4.3	Imparidade.....	120
5	INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA.....	121
6	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	122
6.1	Movimentos do período.....	122
6.2	DUI – movimentos do período.....	122
7	INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	123
8	IMPOSTOS DIFERIDOS.....	123
9	INVENTÁRIOS.....	124
10	CLIENTES.....	125
11	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	126
12	OUTROS ATIVOS CORRENTES.....	126
13	CAIXA E BANCOS.....	127
14	CAPITAL.....	127
15	PROVISÕES.....	128
16	EMPRÉSTIMOS.....	128
17	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL.....	130
18	SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO.....	130
19	FORNECEDORES CORRENTES.....	130
20	OUTROS PASSIVOS CORRENTES.....	131
21	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	132
22	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	134
23	CUSTO DAS VENDAS.....	134
24	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	135
25	GASTOS COM PESSOAL.....	135
26	DEPRECIACÕES, AMORTIZAÇÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO.....	136
27	PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO.....	136
28	PERDAS POR IMPARIDADES E REVERSÕES.....	136
29	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS.....	137
30	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS.....	137
31	GASTOS FINANCEIROS.....	137
32	RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	138
33	TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	139
34	COMPROMISSOS.....	140
35	ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES.....	141
36	INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	142
37	RENDIMENTO GARANTIDO.....	142
38	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	142
	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	144
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	146



Mensagem do Presidente

Caros Acionistas, Clientes, Parceiros,

Ao longo do ano 2013, a Simtejo assegurou o cumprimento da sua Missão, evidenciando níveis de serviço e de eficiência operacional que são referência em termos nacionais e internacionais.

Apesar de o ano ser marcado por um contexto socioeconómico adverso para as empresas do Setor Empresarial do Estado, o empenhamento dos seus colaboradores, a compreensão dos seus parceiros e uma criteriosa seleção de prioridades, permitiram manter os compromissos de desempenho ambiental, económico e de responsabilidade social.

A Simtejo, assegurou, este ano, o tratamento de cerca de 123 milhões de metros cúbicos de águas residuais, valor que constitui um novo valor máximo e consolida a empresa como a de maior dimensão nacional no setor.

A Simtejo conheceu um novo ciclo de investimentos, mercê do sucesso que conheceram as suas candidaturas do POVT e a um melhor comportamento dos recursos de tesouraria decorrentes de acordos estabelecidos com alguns Municípios. Ao longo de 2013 houve lugar a um importante conjunto de procedimentos e adjudicações, os quais terão em muitos casos reflexos em 2014, em termos de execução física e financeira.

A Simtejo continua a dedicar particular importância à Investigação e Desenvolvimento, estando envolvida em vários estudos e projetos, que visam a eficiência operacional do sistema, sendo de destacar o sucesso que conheceu o projeto NEREDA e a nova etapa de evolução nas instalações da ETAR de Frielas.

A Simtejo registou, em 2013, um acréscimo de volume de negócios, apresentando um resultado operacional de 10,6 milhões de euros e um resultado líquido de 5,2 milhões de euros.

A empresa reduziu neste exercício as dívidas a fornecedores, ao mesmo tempo que reduziu o endividamento bancário e procedeu ao reembolso integral dos suprimentos do acionista Águas de Portugal, SGPS.

A Simtejo manteve as certificações do Sistema Integrado de Gestão, tendo realizado trabalho no sentido do alargamento do seu âmbito.

A eficiência energética tem sido uma preocupação central da gestão operacional, sendo esta uma área a conhecer prioridade em termos de futuras certificações.

A empresa prosseguiu um plano de sensibilização, comunicação e educação ambiental, em boa articulação com os Municípios acionistas, merecendo particular destaque o grande número de visitas técnicas à ETAR de Alcântara e o lançamento do Livro dos 10 anos da Simtejo.

Mercê das medidas impostas às empresas do Setor Empresarial do Estado, verificou-se uma redução do número de colaboradores, apesar de a Simtejo ser referida pela ERSAR, como estando com efetivos abaixo do valor de referência. Esta situação é reveladora do esforço coletivo e do empenho dos colaboradores, pelo que se deixa expresso o apreço e reconhecimento pela forma com que todos os colaboradores contribuíram para os objetivos da Simtejo.

Os resultados obtidos pela Simtejo refletem, também, uma colaboração e apoio institucional do concedente, dos acionistas, da entidade reguladora setorial, dos órgãos sociais e do revisor oficial de contas, a quem deixamos um particular agradecimento.

O Presidente do Conselho de Administração
Eng.º Carlos Martins

A Empresa

Acionistas

O sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão foi criado através do Decreto-Lei nº 288 – A/2001, de 10 de novembro, tendo como objetivo operacional a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos Municípios da Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira e como objetivo estratégico a redução dos níveis de poluição no estuário do Tejo, nas bacias do rio Trancão, ribeiras dos Municípios de Mafra e de Vila Franca de Xira.

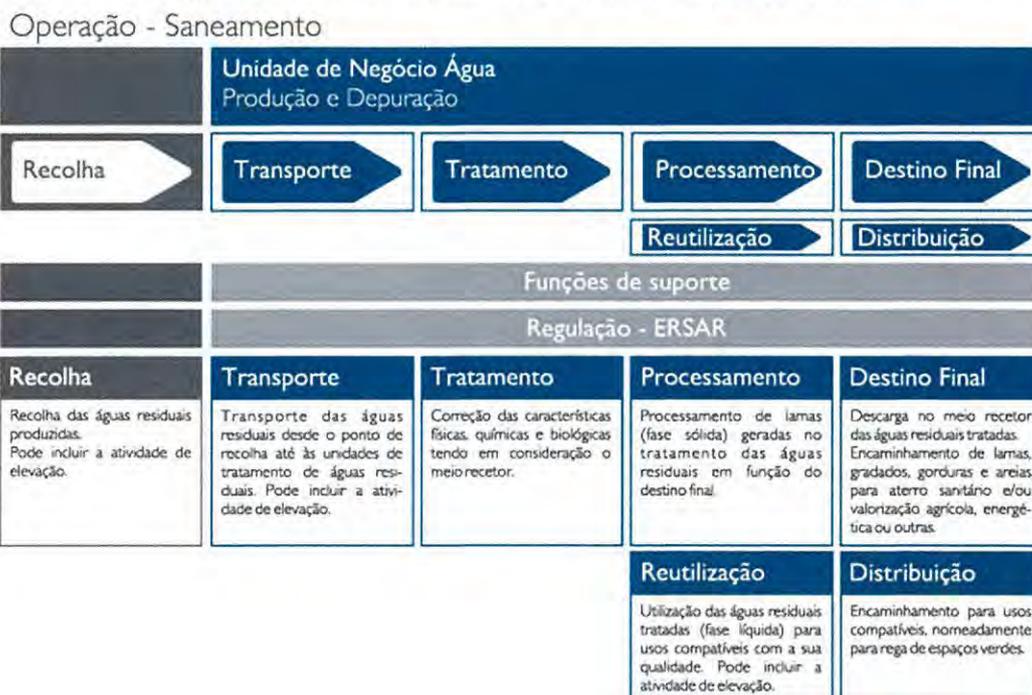
O citado diploma legal estabeleceu que o exclusivo de exploração e gestão do sistema era adjudicado pelo Estado Português, em regime de concessão, à SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, por um prazo de 30 anos, a qual foi posteriormente prolongada para 43 anos, através de Aditamento ao Contrato de Concessão inicial, celebrado em 2009.

O Capital Social da Simtejo é de 38,7 milhões de euros, repartido pelo Grupo Águas de Portugal e pelos Municípios de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora, Mafra e Odivelas com a seguinte distribuição:

Águas de Portugal, SGPS, SA	50,5%
Câmara Municipal de Lisboa	23,5%
Câmara Municipal de Loures	11,5%
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	4,0%
Câmara Municipal de Amadora	3,5%
Câmara Municipal de Mafra	3,5%
Câmara Municipal de Odivelas	3,5%

Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a atividade mais visível da Simtejo, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos. Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.



Síntese de Indicadores

Indicadores financeiros

	2010	2011	2012	2013
Volume de negócios	42.590.843	46.597.059	47.810.816	49.237.741
Tarifa (Eur/m ³)	0,4850	0,4850	0,4850	0,4899
EBITDA	23.267.953	31.813.705	29.311.901	28.861.149
Resultados financeiros	(30.445)	(3.604.120)	(1.088.594)	(2.469.741)
Resultado líquido do exercício	5.738.571	7.735.259	8.924.383	5.236.957
Investimento bruto acumulado	298.860.544	324.525.054	342.649.926	348.878.615
Dívida de clientes	15.258.545	37.815.810	65.574.808	67.739.873
Total do ativo	385.955.596	372.610.945	391.265.810	381.413.889
Dívida financeira	163.770.397	171.819.229	182.029.416	159.714.788
Total do passivo	327.034.975	309.332.591	324.412.044	313.589.470
Capital próprio	58.920.622	63.278.354	66.853.766	67.824.419

Rácios financeiros

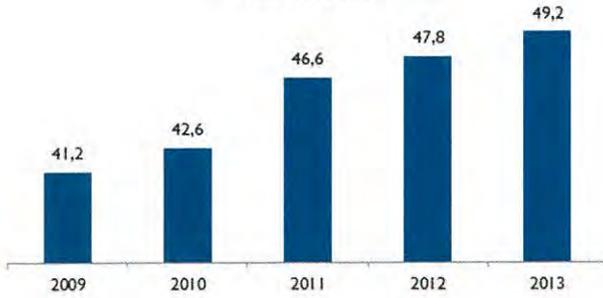
	2010	2011	2012	2013
Solvabilidade (capital próprio/passivo)	18,0%	20,5%	20,6%	21,6%
Autonomia Financeira (capital próprio/ativo)	15,3%	17,0%	17,1%	17,8%
Endividamento (passivo/ativo)	85%	83%	83%	82%
Estrutura do Endividamento (passivo corrente/passivo)	7,0%	10,0%	11,6%	4,5%
Liquidez Geral (ativo corrente)/(passivo corrente)	3,52	2,29	1,85	2,83
Prazo médio de recebimentos	140	199	373	124
Prazo médio de pagamentos	44	37	75	84

Indicadores de atividade

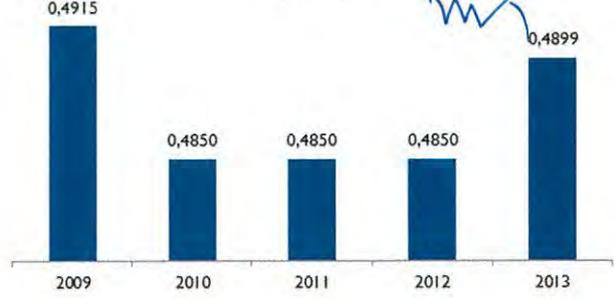
	2010	2011	2012	2013
Volume de efluente recolhido	111.239	118.332	111.974	123.100
Volume de efluente tratado	109.660	118.067	111.763	122.891
Volume de efluente faturado	87.729	97.662	98.329	100.292
População abrangida	1.276.976	1.276.976	1.276.976	1.280.664
População servida	1.225.897	1.225.897	1.247.280	1.252.356

Handwritten signatures and initials in blue ink.

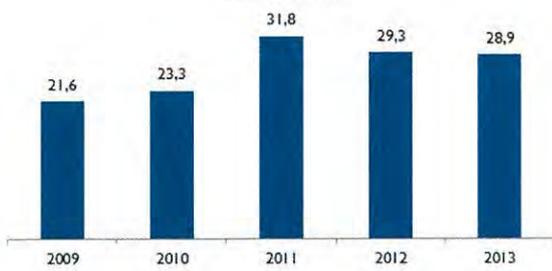
Volume de negócios
(milhões de eur)



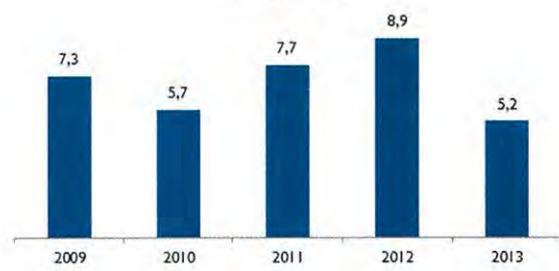
Tarifa
(eur/m³)



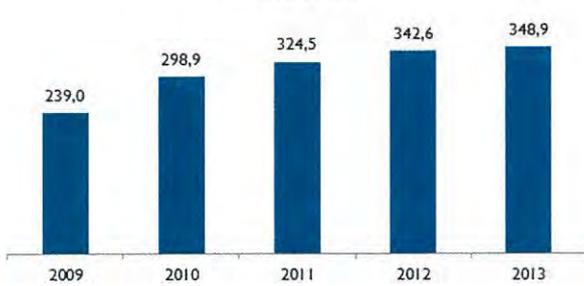
EBITDA
(milhões de eur)



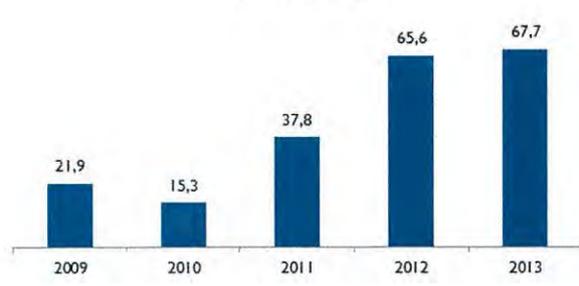
Resultado líquido do exercício
(milhões de eur)



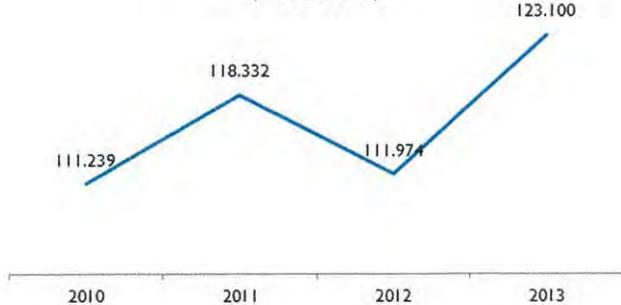
Investimento bruto acumulado
(milhões de eur)



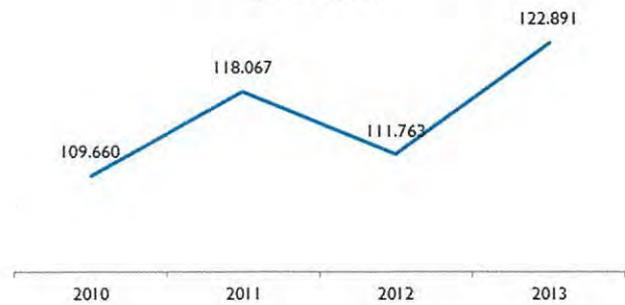
Dívida de clientes
(milhões de eur)



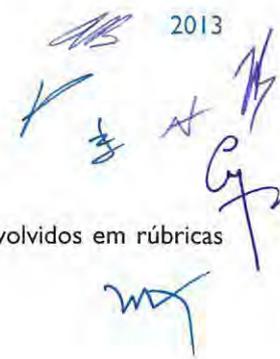
Volume de efluente recolhido
(milhares de m³)



Volume de efluente tratado
(milhares de m³)



2013



Principais acontecimentos

Destacam-se os aspetos considerados mais relevantes no exercício de 2013 da Simtejo (que serão desenvolvidos em rúbricas subsequentes deste Relatório):

Investimento

- Criação de condições para maior ritmo de investimento, depois de período de contenção, com reflexos na realização de 2013
- Lançamento, desenvolvimento ou conclusão de várias empreitadas para significativa beneficiação da ETAR de Frielas, que serve os Municípios de Loures, Odivelas, Lisboa, Amadora, Vila Franca de Xira e Sintra
- Ampliação do sistema de Alverca, através da entrada em funcionamento de uma nova Estação Elevatória (Avieiros), criação de condições para reutilização de água tratada (EE lcesa), e abertura de procedimento para a reabilitação de outras (Quinta das Drogas)
- Abertura de procedimento e consignação de um troço de reparação do Caneiro de Alcântara, em Lisboa
- Decisão de adjudicação da empreitada de duplicação da Ribeira da Falagueira, na Amadora
- Lançamento de concursos públicos para intervenção na Praça do Império e para reabilitação de várias estações elevatórias do subsistema de Alcântara, em Lisboa
- Lançamento de empreitadas para beneficiação da ETAR de Beirolas, que serve os Municípios de Lisboa e Loures, e da ETAR de Chelas, em Lisboa
- Desenvolvimento de várias empreitadas do subsistema da Foz do Lizandro, em Mafra
- Lançamento de empreitadas relativas a outros subsistemas de Mafra
- Criação de condições para período de arranque formal da ETAR de Alcântara, após execução pelo empreiteiro de intervenções necessárias para o efeito

Operação

- Máximo histórico de águas residuais tratadas em ETAR da Simtejo (cerca de 123 milhões de metros cúbicos no ano), consolidando a Simtejo como a Empresa do setor de águas residuais de maior dimensão em Portugal
- Resultados analíticos globais positivos de qualidade de tratamento
- Continuação da implementação do Plano Geral de Eficiência Energética
- Adjudicação de concurso público internacional para recolha, transporte e envio a destino final de lamas
- Conclusão com sucesso da fase-piloto do estudo Nereda™

Manutenção

- Continuação do permanente esforço de manutenção, com inúmeras intervenções pontuais



Laboratórios

- Realização de mais de 40 mil análises
- Realização de trabalhos de investigação
- Taxas relevantes de prazos de execução e de disponibilização de dados
- Manutenção da acreditação nos parâmetros químicos e microbiológicos

Medição de Caudais

- Otimização do tratamento de dados do sistema da medição de caudais para fins de faturação
- Manutenção específica dos medidores de caudal e dos udómetros instalados

Investigação & Desenvolvimento

- Desenvolvimento de vários projetos de reutilização de águas residuais
- Colaboração no projeto Aquasafe, destinado à integração dos sistemas de informação numa ferramenta de gestão operacional
- Conclusão do projeto Envitejo, cujo objetivo é integrar o conhecimento, a informação e as ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do estuário do Tejo
- Colaboração no projeto SW4E, relativo ao desenvolvimento de um sistema inteligente para a gestão energética das ETAR
- Desenvolvimento do Projeto Odowatch, relativo à caracterização de eventos de odor ocorridos

Recursos Humanos

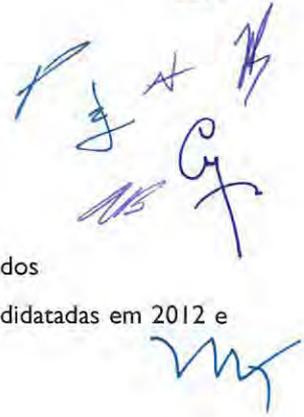
- Redução do quadro de pessoal de 212 para 205 efetivos
- Qualificação crítica da ERSAR quanto ao rácio número de colaboradores/volume de caudais tratados, por o número de colaboradores ser muito inferior ao intervalo de referência considerado como adequado pela ERSAR
- Continuidade do esforço coletivo, em geral com muita entrega e qualidade, apesar das condições adversas decorrentes da inexistência de promoções, das reduções salariais e da manutenção das expetativas negativas sobre a evolução salarial em 2014

Evolução económica

- Situação económica estável
- Acréscimo do volume de negócios de 1,4 milhões de euros
- Resultados, no exercício, operacionais de 10,7 milhões de euros e líquidos de 5,2 milhões de euros
- Manutenção dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos em 2013 em valores inferiores aos de 2009 e 2010, para a atividade comparável

Evolução financeira

- Significativa diminuição das dívidas a fornecedores
- Realização de acordos de pagamento com os Municípios de Lisboa e de Mafra
- Cumprimento pelos Municípios de Lisboa, Loures, Mafra e Odivelas dos Acordos de Pagamento efetuados
- Recebimento cerca de 26 milhões de euros do Fundo de Coesão, no âmbito de duas operações candidatas em 2012 e aprovadas pelo POVT
- Recebimento de saldo final de operação anterior do Fundo de Coesão
- Diminuição do endividamento bancário e reembolso de suprimentos à Águas de Portugal



Qualidade, Segurança e Responsabilidade Social

- Continuidade do trabalho no Sistema Integrado de Gestão correspondente às NP EN ISO 9001:2008 (Qualidade), ISO 14001:2004 (Ambiente) e OHSAS 18001:2007 (Segurança e Saúde no Trabalho) e preparação do alargamento a novos subsistemas
- Avaliação de risco em todas as estações elevatórias
- Monitorização de ruído ocupacional e de agentes biológicos e químicos em algumas ETAR
- Realização de vários estágios para distintos níveis de ensino e integração profissional

Comunicação e Educação Ambiental

- Lançamento do Livro “10 anos afirmando o Saneamento do Tejo e Trancão”
- Lançamento da plataforma “on-line” “Conheça o funcionamento de uma ETAR”, projeto de dinamização de visitas às Infraestruturas Simtejo
- Lançamento do sítio “SW4E - Smart Water for Energy”
- Participação na iniciativa “20 anos AdP” – “Porta abertas”
- Ampliação da “Intranet” na Simtejo
- Realização de II “Workshops” / Ações de Formação sobre o “Ciclo da Água” em parceria com o GEOTA, em estabelecimentos de ensino da região
- Participação no Projeto “Mochila Verde” – Lisboa E-nova
- Participação no Projeto “Ciência Viva”
- Participação da ETAR de Alcântara na iniciativa “Lisboa – Open House” – Trienal de Arquitetura
- Lançamento de nova iniciativa do programa “Ama a Água” junto das Escolas da região, em conjunto com os Municípios acionistas Simtejo

Handwritten notes in blue ink:
NB
X
S
G
M
NB

A – GOVERNO DA SOCIEDADE



A – RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

I. Missão, Objetivos e Políticas

A SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., na qualidade de Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal de Saneamento Integrado do Tejo e Trancão, tem como missão assegurar a prestação de serviços de saneamento de águas residuais – recolha, tratamento e rejeição – aos Municípios integrados na concessão.

A gestão da Empresa deve fazer-se num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental.

2. Regulamentos internos e externos

A Simtejo tem como documentos normativos mais relevantes, os seguintes:

Regulamento de Descarga

O regulamento tem por objeto a regulamentação das condições de utilização dos Sistemas de Drenagem Municipais e do Sistema no que se refere às águas residuais industriais lançadas nos mesmos.

Manual de Contratação

Este Manual define a metodologia e responsabilidades para a contratação de empreitadas de obras públicas, locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços por procedimento de ajuste direto.

Conceção de Estudos e Projetos

Caracteriza as etapas da metodologia e responsabilidades associadas à conceção de estudos e projetos desde o planeamento do estudo/projeto, o processo de concurso e as fases de desenvolvimento até à sua conclusão.

Manual de Licenciamentos

Estabelece os vários procedimentos a adotar para os casos de licenciamentos e autorizações, nomeadamente inerentes ao Contrato de Concessão e à legislação aplicável associados a projetos de infraestruturas a desenvolver pela Simtejo.

Gestão de Empreitadas

Este documento normativo define a metodologia e responsabilidades na preparação e controlo de empreitadas.

Aspetos Ambientais e Perigos e Riscos

O documento normativo define a metodologia para a identificação de aspetos ambientais e determinação daqueles que podem ter impactes significativos no Ambiente, bem como para a identificação de perigos e avaliação e controlo dos riscos para a segurança e saúde do trabalho. Aplica-se aos processos, atividades, produtos e serviços da Empresa, existentes, novos, planeados ou modificados.

Gestão de Resíduos

Regulamenta a forma de proceder relativamente à separação, recolha, tratamento e destino final adequado dos resíduos sólidos, líquidos e pastosos resultantes das várias atividades da Empresa produtoras de resíduos sólidos, líquidos e pastosos, incluindo as lamas de processo e a sua monitorização.



Rotinas de Exploração

Definem local e temporalmente as diversas atividades de rotina diárias e não diárias de cada instalação operacional.

Avaliação de Fornecedores

Define a metodologia de seleção e avaliação de fornecedores de bens e serviços com influência na qualidade do serviço prestado pela Simtejo e que possam afetar o desempenho ambiental ou causar perigos e riscos para a segurança e saúde do trabalho.

Auditorias

Este procedimento define a metodologia para planear e realizar auditorias internas ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com os normativos internacionais respetivos.

Avaliação da Satisfação de Clientes

Define a metodologia para a avaliação e análise do grau de satisfação dos clientes (Municípios), em relação aos serviços prestados pela Simtejo.

Tratamento de Não Conformidades e Reclamações

São definidas a metodologia e as responsabilidades para o tratamento de não conformidades e reclamações e para a definição, implementação e avaliação de ações corretivas e preventivas.

Regulamento de valorização profissional

Fixa os termos da comparticipação das Empresas do Grupo AdP no desenvolvimento dos seus colaboradores, incentivando à participação em programas de pós-graduação, ações de formação que contribuam para o aumento do capital intelectual.

Gestão da Formação

Define o processo de identificação das necessidades de formação, desde a caracterização dos objetivos da formação individuais e coletivos, elaboração do plano anual de formação e a sua implementação até à avaliação da sua eficácia.

Atribuição de Fardamento e de Equipamentos de Proteção Individual

Regulamenta a metodologia para a atribuição, substituição e lavagem do fardamento bem como dos equipamentos de proteção individual atribuídos a cada colaborador.

Visitas aos Subsistemas da Simtejo

Define a metodologia e as diversas responsabilidades na marcação e acompanhamento de visitas de entidades externas às instalações da Simtejo. É aplicável a todas as visitas de empresas, escolas, associações ou particulares às unidades operacionais da Empresa.

Regras Segurança para Entidades Externas

Identifica os requisitos, em termos de qualidade, ambiente e segurança, que os prestadores de serviços externos e os seus colaboradores, terão de cumprir, quando da execução de trabalhos nas instalações da Simtejo. Constitui um reforço de comunicação das exigências estabelecidas em Caderno de Encargos e pretende assegurar o cumprimento dos procedimentos existentes na Empresa.

Atribuição de Donativos e Patrocínios

Define a metodologia a aplicar para a atribuição de patrocínios e donativos, de forma a garantir a maior transparência quando da avaliação da concessão dos mesmos.

ABX 2013
X
G

Gestão e Segurança dos Sistemas de Informação

Regulamenta e estabelece os procedimentos de gestão e segurança dos sistemas de informação da Simtejo e aplica-se a todos os equipamentos e programas informáticos, bem como os acessos disponibilizados a entidades externas.

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

MT

Este Plano identifica as principais áreas (contratação de empreitadas, aquisição de bens e serviços, concessão de benefícios públicos) que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e as medidas adotadas para prevenir o seu acontecimento e mitigar o seu impacto. Visa ainda reforçar a cultura da Empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

Regulamento de Exploração

O Regulamento de Exploração, que teve em conta os pareceres dos Municípios utilizadores, foi remetido ao Concedente para aprovação final e posterior publicação. O Regulamento tem por objeto o estabelecimento das condições de utilização do Sistema Multimunicipal do Tejo e Trancão, no que se refere à recolha, drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, tendo em conta as exigências de proteção ambiental, segurança e de saúde pública.

3. Informações sobre transações relevantes

Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

A Empresa, durante o ano de 2013, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria. O relacionamento com a unidade de serviços partilhados, AdP Serviços Ambientais, SA, funciona no quadro de uma relação *in house* estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, SA.

Universo das transações que não tenha ocorrido em condições de mercado

Não aplicável.

Lista de fornecedores com volume de faturação superior a 1 milhão de euros

Apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representaram mais de um milhão de euros durante o ano de 2013 e/ou mais de 5% do volume total de fornecimentos da Empresa no ano de 2013:

NIF	Denominação	Valor (€)	%
503504564	EDP Comercial - Com. de Energia, S.A.	4.680.562	35%
503447145	Terrafértil - Gestão e Valorização de Resíduos, Lda.	2.041.875	15%
503093742	Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A.	779.205	6%

3.1 Cumprimento da orientação relativa às normas de contratação pública

Em cumprimento do determinado no n.º 1 do ofício – circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010, da Direção Geral do Tesouro e Finanças, as prestações de serviços adjudicadas pela Simtejo, S.A. de valor superior a 125 mil euros foram justificadas pela inexistência de soluções internas, sendo a sua adjudicação precedida de procedimento de natureza concorrencial, pelo que, também por esta via, foi obtida a solução mais económica.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2013 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Simtejo foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos.

4. Modelo de Governo

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três, cinco ou sete Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º dos estatutos da Sociedade, e à semelhança dos restantes Órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos Órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na Lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia. Nos termos do artigo 19º dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração terá os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos da Sociedade e pelas deliberações dos acionistas.

4.1 Orgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eng. José Maria Ministro dos Santos
Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes
Secretária: Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente: Eng. Carlos Manuel Martins
Vogal: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha
Vogal: Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão
Vogal: Eng. Joaquim Carlos Correia Peres
Vogal: Eng. José Fernando da Silva Ferreira
Vogal: Arquiteto Ricardo Alexandre da Silva Bastos
Vogal: José Esteves Ferreira

Comissão Executiva

Na sequência da deliberação da Assembleia-Geral de 17 de junho de 2010, o Conselho de Administração deliberou, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, criar uma Comissão Executiva, atualmente constituída pelos seguintes Administradores:

Presidente: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha
Vogal: Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão
Vogal: Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

Sem prejuízo das disposições seguintes, a Comissão Executiva deverá informar regularmente o Conselho de Administração das deliberações que tomar no âmbito da sua competência, que serão registadas em livro de atas próprio.



Da esquerda para a direita:

Eng.º José Fernando da Silva Ferreira - Vogal (não executivo); Arquiteto Ricardo Alexandre da Silva Bastos - Vogal (não executivo); Dr. José Henrique Zenha - Vogal e Presidente da Comissão Executiva; Eng.º Carlos Manuel Martins - Presidente do Conselho de Administração (não executivo); Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres - Vogal (executivo); José Esteves Ferreira - Vogal (não executivo); Eng.º António Frazão - Vogal (executivo).

2013
[Handwritten signatures and initials]

Delegação de Poderes na Comissão Executiva

O Conselho de Administração deliberou delegar a gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva, para o que lhe atribui os seguintes poderes:

- a) Gerir negócios e praticar todos os atos e operações relativas ao objetivo social que não sejam da competência reservada do Conselho de Administração (art.º 406º. do Código das Sociedades Comerciais);
- b) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- c) Estabelecer a organização técnica – administrativa da Sociedade e introduzir nela as modificações que se revelem necessárias;
- d) Estabelecer as normas de funcionamento interno;
- e) Tomar a decisão de contratar e autorizar a inerente despesa com vista ao lançamento de concursos e envio de convites para a contratação de empreitadas, aquisição de serviços e de bens, pronunciar-se sobre erros e omissões detetados pelos interessados e aprovar minutas de contratos;
- f) Adjudicar empreitadas até ao valor de €150.000 (cento e cinquenta mil euros);
- g) Adjudicar estudos e projetos, fiscalização de empreitadas e aquisição de bens e outros serviços até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros);
- h) Adjudicar trabalhos a mais, até ao valor de 5% (cinco por cento) do valor de adjudicação da empreitada ou aquisição de bens e serviços em causa;
- i) Celebrar, acompanhar e controlar os contratos de empreitada e de aquisição de serviços celebrados para a prossecução do objeto social da Sociedade;
- j) Negociar, adquirir e indemnizar os direitos sobre imóveis, constituir servidões e/ou direitos de propriedade, até ao valor de €75.000 (setenta e cinco mil euros), por parcela de terreno, resultante de relatórios de avaliação tecnicamente fundamentados e elaborados por perito de lista oficial;
- k) Representar a Sociedade, na outorga de contratos-promessa, bem como de contratos definitivos à constituição de servidões de aqueduto e direitos de passagem para concretização dos fins próprios da Sociedade, assim como para aquisição de parcelas de terreno, com vista aos fins e com possibilidade de os subdelegar, por procuração, com vista a obviar a situações de urgência ou conveniência;
- l) Executar todas as faculdades, poderes e direitos, designadamente autos de expropriação e autos de posse administrativa, bem como cumprir os deveres de que, no âmbito da lei e, designadamente, do Código das Expropriações, a Sociedade seja ou venha a ser titular, enquanto entidade expropriante ou enquanto sujeito de direito emergente da constituição de servidões administrativas ou outras, e que estejam relacionados com o desenvolvimento de projetos e obras que a Sociedade careça de executar;
- m) Promover de todos os atos de registo predial e comercial, podendo preencher e assinar em nome da Sociedade, quaisquer declarações e requerimentos junto das entidades competentes, e proceder à sua alteração;
- n) Outorgar em arrendamentos necessários às instalações da Sociedade;
- o) Aprovar e estabelecer contratos relativos à prestação de serviços prestados pelos acionistas ou por Empresas detidas por estes, devendo informar o Conselho de Administração das operações efetuadas ao abrigo da presente alínea;
- p) Elaborar proposta dos relatórios de gestão anuais, orçamentos, planos de atividades, estudos económicos e outros de cariz semelhante, para aprovação pelo Conselho de Administração;
- q) Fazer a supervisão da atividade dos serviços da Empresa;
- r) Recrutar pessoal e renovar contratos de trabalho a termo certo de acordo com os procedimentos definidos e exercer função disciplinar;
- s) Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, no âmbito dos poderes delegados;
- t) Definir áreas de administração de que ficarão especialmente encarregues os seus membros e distribuir por estas tais áreas;
- u) Abrir e movimentar contas, tanto a débito como a crédito, em quaisquer instituições de crédito, incluindo o saque e endosso de cheques, sem qualquer limite, sem prejuízo das competências do Conselho de Administração quanto à contração de empréstimos de valor superior ao limite de €250.000 (duzentos e cinquenta mil euros);
- v) Assinar letras e livranças até ao limite de €75.000 (setenta e cinco mil euros), ou, dentro de obrigações aprovadas pelo Conselho de Administração, de valor superior;
- w) Receber todas as quantias, valores e documentos que pertençam à Sociedade e passar recibos e quitações de importâncias ou valores entregues à Sociedade;
- x) Representar a Sociedade junto dos serviços competentes da Administração Fiscal, preencher, em nome da Sociedade, quaisquer declarações para efeitos fiscais, alterá-las e cancelá-las;
- y) Representar a Sociedade na apresentação de quaisquer candidaturas que tenham como atos e operações correntes relativos ao objeto social e à sua missão;

- z) Praticar qualquer ato de gestão urgente da competência do Conselho de Administração que não caiba, por lei, às suas competências exclusivas, sendo sempre sujeito a posterior ratificação daquele órgão;
- aa) Assinar todo o expediente corrente da Sociedade;
- bb) Assinar os extratos de atas do Conselho de Administração;
- cc) Informar o Conselho de Administração dos elementos essenciais da atividade da Sociedade, designadamente através da subsequente disponibilização das atas da Comissão Executiva e, particularmente, quanto às atividades descritas nas alíneas f), g), h) e j).

A Comissão Executiva poderá subdelegar alguma ou algumas das funções que lhe foram delegadas.

Órgão de Fiscalização

Nos termos do artigo 24º dos estatutos da Sociedade, a fiscalização da Sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não sejam membros daquele órgão. O Conselho Fiscal é estatutariamente composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em Assembleia-Geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado. O Revisor Oficial de Contas, ou a sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

Atualmente, após a renúncia de dois dos seus elementos, o Conselho Fiscal é composto por um Presidente e um Vogal.

Assembleia-Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia-geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia-Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia-Geral.

A Simtejo cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de “*stakeholders*”, nomeadamente, acionistas, Ministérios, entidades reguladoras, utilizadores e instituições financeiras.

Curriculum Vitae dos Administradores

Eng.º Carlos Manuel Martins

Nasceu em Lisboa a 19 de Janeiro de 1956

Mestre em Planeamento Regional e Urbano, Licenciado em Engenharia Civil e doutorando em Administração Pública. Diplomado na UC no “Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Água e Pós-graduado em “Direito da Água”, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade de Lisboa.

Membro da Ordem dos Engenheiros, com nível de qualificação de sénior e outorga do grau de especialista em engenharia sanitária.

Iniciou atividade profissional em 1979 no Município de Loures, onde exerceu como Chefe de Divisão até Abril de 1998.

Em 1998 foi nomeado pela Presidência do Conselho de Ministros para as funções de Vice-presidente do Instituto dos Resíduos do Ministério do Ambiente, tendo coordenado a implementação nacional do PERSU (Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos) e no âmbito das suas funções participou na elaboração dos Planos Estratégicos sectoriais para os resíduos hospitalares e resíduos industriais.

Em 2002 foi designado administrador nos Serviços Municipalizados de Loures, função que acumulou com a assessoria técnica à Direção Regional do Ambiente da Secretaria do Ambiente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, integrou a Comissão de Acompanhamento do Processo de Avaliação de Impacte Ambiental do projeto da Central de Valorização de Resíduos da Ilha de S. Miguel, promovido pela Associação de Municípios – AMISM e desempenhou as funções de administrador não executivo no Conselho de Administração da SIMTEJO em representação da Câmara Municipal de Loures, sendo também assessor da AMEGA (Associação de Municípios para Estudos de Gestão da Água).

Em 2007 foi nomeado pela AdP, Águas de Portugal, para as funções de Presidente da Comissão Executiva do Conselho de

2013
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Administração da SIMTEJO, S.A., que exerceu até Novembro de 2009.

Em Abril 2009 foi nomeado para membro do Conselho de Administração da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., acumulando com as funções de Presidente do Conselho de Administração da AMARSUL, S.A. e do ACE EGF & DOUROGÁS, Administrador da VALORSUL, S.A., da empresa AQUASIS, SA e da AdP – Serviços Ambientais, SA.

Atualmente é Gestor da Unidade de Negócio de Água – Produção e Depuração, do Grupo AdP, sendo Presidente do Conselho de Administração das seguintes empresas: SANEST, SA, SIMTEJO, S.A, Águas do Oeste, SA e Águas do Zêzere e Côa assumindo responsabilidade de coordenação da Águas do Centro, SA.

Exerce funções de equiparado a Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas no domínio da Organização de Obras, Ordenamento do Território e Saneamento Básico. Integrou, de 2004 a 2010, o Conselho Científico do Departamento de Engenharia Civil e desde 2009 o Centro de Estudos de Engenharia Civil do ISEL.

Integrou a comissão técnica mista de acompanhamento dos estudos e execução das infraestruturas na área de intervenção da EXPO'98, atual Parque das Nações (Lisboa/Loures).

Foi Presidente da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas de 2003 a 2009, foi membro da CNAIA – Comissão Nacional da Associação Internacional da Água e no mandato 2004/2005 exerceu funções de Presidente da EUROPEAN UNION OF NATIONAL ASSOCIATIONS OF WATER SUPPLIERS AND WASTE WATER SERVICES, com sede em Bruxelas.

Foi coordenador do Grupo de resíduos da APESB de 2002 a 2006, tendo representado Portugal no Bord da ISWA – *International Solid Waste Association*, foi membro do Conselho Editorial da revista Água e Resíduos, é membro do Senado do ISR - Instituto para a Sustentabilidade dos Recursos, com sede em Madrid.

Integrou a “Comissão da Seca” criada por despacho interministerial em 2005 e a Comissão de Acompanhamento de elaboração do PEAASAR II – Plano Estratégico do Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013).

Tem proferido dezenas de intervenções técnicas como participante convidado em seminários, colóquios, workshops e sessões em estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente a convite do Banco Interamericano para o Desenvolvimento, autor de mais de quatro dezenas de artigos técnicos apresentados em eventos técnicos e publicados em revistas nacionais e internacionais.

Funções atuais:

Presidente do Conselho de Administração da SIMTEJO, S.A.

Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Nasceu em 6 de novembro de 1949, em Braga.

Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Direito (Universidade de Lisboa)

Carreira Profissional

Advogado e Membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados; Consultor Jurídico do Banco Português do Atlântico; Consultor Jurídico e Diretor dos Serviços Jurídicos da EPAL- Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA; Administrador da ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, SA; Administrador da ÁGUAS DO CÁVADO, SA; Presidente do Conselho de Administração da SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, SA; Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado da ÁGUAS DO OESTE, SA; Membro do Conselho Consultivo do IRAR - Instituto Regulador de Águas e Resíduos; Presidente da Comissão Executiva da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA.

Experiência profissional complementar: Membro da Comissão de Economia e Legislação da APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas e da União Europeia das Associações de Distribuidores de Água e de Serviços de Saneamento (EUREAU); participação como formador em ações de formação no âmbito do Banco Mundial; comunicações em congressos nacionais e internacionais; autoria ou coautoria de diversas publicações respeitantes ao Setor da Água.

Projetos mais relevantes: Preparação dos projetos de expansão da EPAL para o Médio Tejo; participação na conceção da ÁGUAS DE PORTUGAL, SGPS, SA e no apoio jurídico ao respetivo projeto; colaboração na conceção dos sistemas multimunicipais e na instalação dos primeiros; colaboração na criação da ÁGUAS DO CÁVADO, SA; criação e início da exploração da SANEST, SA; início e desenvolvimento da atividade da ÁGUAS DO OESTE, SA; colaboração na criação da SIMTEJO, SA.

Funções Atuais

Presidente da Comissão Executiva da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA; Membro das comissões de Economia e Legislação da APDA e da EUREAU.

Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Nasceu em S. Mamede Infesta, Matosinhos a 22 de setembro de 1951

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo Energia e Sistemas de Potência, pelo IST.
Programa de Alta Direção de Empresas (AESE - 1992).

Carreira Profissional

Iniciou a carreira em 1978, como Engenheiro Eletrotécnico, na D.S. de Projetos e Obras da Direção-Geral do Saneamento Básico, tendo participado em estudos, projetos e acompanhamento e fiscalização de obras nos domínios de abastecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais, designadamente para as cidades de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal, Coimbra, Faro, Portimão e Santarém. No Gabinete Coordenador do Projeto de Saneamento da Costa do Estoril desde abril de 1987, tendo tido como principais tarefas a coordenação da execução da ETAR da Guia e das estações elevatórias e da sua entrada em funcionamento. Participação no projeto de despoluição do Rio Alviela (1986 a 1989), onde foi responsável pela beneficiação e entrada em funcionamento das estações de tratamento de Alcanena e a gestão do serviço de exploração. Consultor da Comissão de Saneamento Básico do Algarve entre 1980 e 1985. Como projetista procedeu à elaboração de inúmeros projetos no domínio do tratamento de águas de abastecimento, residuais domésticas e industriais. Consultor da Organização Mundial de Saúde para a Europa, no domínio das Instalações Eletromecânicas. Diretor de Exploração e de Estudos e Desenvolvimento da SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, SA, desde outubro de 1995 a abril de 1999. Assessor de Administração da AQUAPOR, Serviços SA, desde maio de 1999 até dezembro de 2001, onde foi o coordenador técnico dos estudos para criação das Empresas SIMTEJO, SA e SIMARSUL, SA, e efetuou a revisão e remodelação do Plano Diretor de Esgotos da PROLAGOS, no Rio de Janeiro. Representante da APDA na Commission 2 da EUREAU desde outubro de 1998 a janeiro de 2000. Vogal do Conselho de Administração da SIMTEJO desde dezembro de 2002. Vogal do Conselho de Administração da SIMARSUL, entre janeiro de 2003 a maio de 2003.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da **Simtejo**.

Eng.º Joaquim Carlos Correia Peres

Nasceu em 21 de janeiro de 1950.

Habilitações Académicas e Profissionais

Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa. Diploma de Estudos Superiores Especializados em Gestão e Execução de Obras e Edificações. Diplomado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa no “Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas”. Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros. Membro efetivo da Sociedade Portuguesa de Geotecnia. Membro efetivo da Associação Francesa de Topografia.

Carreira Profissional

Iniciou a carreira em 1978, no Metropolitano de Lisboa, onde também exerceu as funções de Chefe de Divisão de Topografia e Medições, Chefe de Divisão de Estudos e Projetos e Diretor Adjunto do Gabinete dos Novos Empreendimentos até 1991.

Entre 1991 e 2006 foi Diretor Técnico da FERCONSULT.

Entre 2006 e 2009 regressa ao Metropolitano de Lisboa para desempenhar as funções de Responsável pelo Núcleo de Planeamento e Apoio Técnico do Gabinete de Infraestruturas.

Entre fevereiro de 2009 e junho de 2010 foi Diretor de Projeto, Planeamento, Obras, Investigação e Desenvolvimento da Simtejo.

Exerce funções de docência no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas do domínio da Gestão de Obras e Legislação. É membro da Direção do Centro de Estudos de Engenharia Civil do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

Funções Atuais

Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da SIMTEJO, SA.

2013



Eng. José Fernando da Silva Ferreira

Nasceu em Lisboa, 19 de dezembro de 1951

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica, ramo Energia e Potência, pela Universidade de Luanda, em agosto de 1974

Carreira Profissional

- De outubro a novembro de 1973 – Tradutor-intérprete de Inglês e Francês na Petrangol, Refinaria de Luanda;
- De novembro de 1974 a abril de 1975 – Professor de Matemática no Liceu Nacional Paulo Dias de Novais em Luanda;
- De abril a julho de 1975 – Professor de “Instalações Elétricas” no Curso de Engenharia Mecânica do Instituto Tecnológico de Luanda;
- De abril de 1975 a julho de 1978 – Assistente convidado da Universidade de Luanda, primeiro no Departamento de Física da Faculdade de Ciências e, posteriormente, no Departamento de Engenharia Eletrotécnica da Faculdade de Engenharia, tendo lecionado as disciplinas de Física III (Eletromagnetismo), Mecânica Clássica, Iluminação e Climatização e Eletrotécnica Teórica II;
- De janeiro de 1975 a janeiro de 1979 – Técnico Superior dos SMAE de Luanda, Angola, (posteriormente Empresa de Distribuição de Eletricidade de Luanda – EDEL), tendo desempenhado cargos dirigentes da Rede de Iluminação Pública e da Rede de Exploração de Energia Elétrica (Alta e Baixa Tensão); De janeiro de 1979 a dezembro de 1979, funções na Área da Eletrónica Industrial, primeiro como Entwicklung Ingeieur (Engenheiro de I&D) e posteriormente no Controle de Qualidade, na firma REKOBA, Relais und Fernmeldetechnik, GmbH em Berlim Ocidental, República Federal Alemã; De janeiro de 1980 a dezembro de 1981, funções idênticas na Sucursal da firma alemã REKOBA em Lisboa e, mais tarde também como sócio-gerente, na firma REKOBA, Relés e Telecomunicações Lda., que sucedeu à firma alemã;
- De dezembro de 1981 a julho de 1999 – Administração do Território de Macau, Direção de Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, desempenhando funções de chefia da Divisão de Eletricidade e mais tarde do Departamento de Edifícios Públicos;
- De janeiro de 2000 a abril de 2002 – Iluminação Pública da Câmara Municipal de Lisboa, tendo exercido funções de chefia da Divisão, de agosto de 2000 a março de 2002;
- De abril até agosto de 2002 – Assessor do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues;
- De agosto a novembro de 2002 – Diretor Municipal da Intervenção Local da CML;
- De novembro de 2002 a novembro de 2005 - Diretor Municipal Ambiente Urbano da CML;
- De novembro de 2005 até fevereiro de 2011 - Diretor Municipal de Projetos e Obras da CML e Gestor de Projeto na UCCLA.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da Simtejo.

Arqtº. Ricardo Alexandre da Silva Bastos

Nasceu em Lisboa, a 10 de novembro de 1972

Habilitações Académicas

Licenciatura em Arquitetura na Universidade Lusíada (Lisboa), com especialização em Recuperação Arquitetónica e Urbana.

Carreira Profissional

Iniciou a sua carreira no ano de 1997, na empresa ArquinoVA – Arquitetura e Gestão de Obra, Lda. onde exerceu a função de coordenador de projetos até 2012. Foi consultor técnico para a reconversão de Áreas Urbanas de Génesis Ilegal (AUGI's) nas Freguesias de Camarate (janeiro/00 a dezembro/01) e de Unhos (fevereiro/00 a fevereiro/02), ambas freguesias do concelho de Loures, bem como consultor técnico na empresa de construção Joaquim Lourenço David, Lda. (abril/99 a Setembro/01) e na empresa de construção Pelixo e Filho, Lda (abril /06 a dezembro /09). Como projetista procedeu à elaboração de inúmeros projetos de arquitetura no seu atelier desde fevereiro de 2005. Entre agosto de 2006 e agosto de 2012 exerceu a função de Vogal do Conselho de Administração da Loures Parque, Empresa Municipal de Estacionamento E.M. Entre janeiro de 2007 e outubro de 2012 foi técnico perito avaliador ao abrigo do Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU). Em janeiro de 2008, fundou a empresa de diagnósticos imobiliários – IMODiag, Lda., empresa vocacionada para a avaliação e deteção de patologias em imóveis.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da Simtejo.

José Esteves Ferreira

Nasceu em Lisboa, a 30 de julho de 1966.

Habilitações Académicas

Bacharel em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian de Lisboa (curso 1985-1987)

Carreira Profissional

Iniciou a sua atividade profissional em 1988 no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, a cujos quadros ainda pertence (com a categoria de Enfermeiro - Graduado), no Bloco Operatório do Serviço de Cirurgia Cardio - Torácica, onde permaneceu (com a interrupção para cumprimento do serviço militar obrigatório) até 1993. Passou nessa data a exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Otorrinolaringologia do mesmo Hospital, onde permaneceu até 2000. Depois de uma interrupção para exercício de funções dirigentes na Comissão Instaladora do Município de Odivelas, volta ao Hospital de Santa Maria em 2002, agora para exercer funções no Bloco Operatório do Serviço de Pediatria, onde permanece até nova interrupção no mesmo ano, agora para exercício de cargo político, como Vereador em regime de permanência na Câmara Municipal de Odivelas.

Participou ainda na equipa inicial de arranque do projeto “Saúde 24 – Serviço de Orientação Pediátrica” do Ministério da Saúde, onde esteve entre janeiro de 1999 e janeiro de 2000. Prestou também serviços no Hospital Prisional S. João de Deus (Caxias) entre setembro e novembro de 1998, bem como no projeto privado AdvanceCare, Gestão de Cuidados de Saúde, entre março e dezembro de 2001.

Funções atuais

Vogal do Conselho de Administração da Simtejo.

Atividade Política

- Membro do M.O.C. – Movimento Odivelas a Concelho (até à data da criação do Concelho de Odivelas);
- Membro da Assembleia de Freguesia da Pontinha, no mandato autárquico 1993-1997;
- Presidente da Assembleia de Freguesia de Odivelas, no mandato autárquico 1997-2001;
- Coordenador do Gabinete de Tráfego, Circulação e Estacionamento da Comissão Instaladora do Município de Odivelas (desde o início do seu funcionamento, em janeiro de 2000, até dezembro de 2001);
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação Intermunicipal “ALO-Digital”, que integra os Municípios da Amadora, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, em representação do Município de Odivelas, entre 2004 e 2005;
- Membro da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios “Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis”, onde desempenhou as funções de Secretário da Mesa, em representação do Município de Odivelas, entre 2005 e 2009;
- Vereador na Câmara Municipal de Odivelas entre 2001 e 2009, cargo que exerceu em regime de permanência desde maio de 2002, tendo à sua responsabilidade no mandato de 2001/2005 os pelouros Jurídico, do Património e da Administração Geral, e no mandato de 2005/2009 os pelouros da Habitação e da Saúde;
- Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Comercial “Odivelas Viva”, em representação do Município de Odivelas, desde a sua criação em março 2009 até fevereiro de 2010;
- Chefe do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Odivelas, desde novembro de 2009;
- Membro da Assembleia de Freguesia da Ramada, entre outubro de 2009 e maio de 2011.

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Luís Filipe Cracel Viana

Vogal: Eng.º José Manuel Ribeiro Lopes Tomé

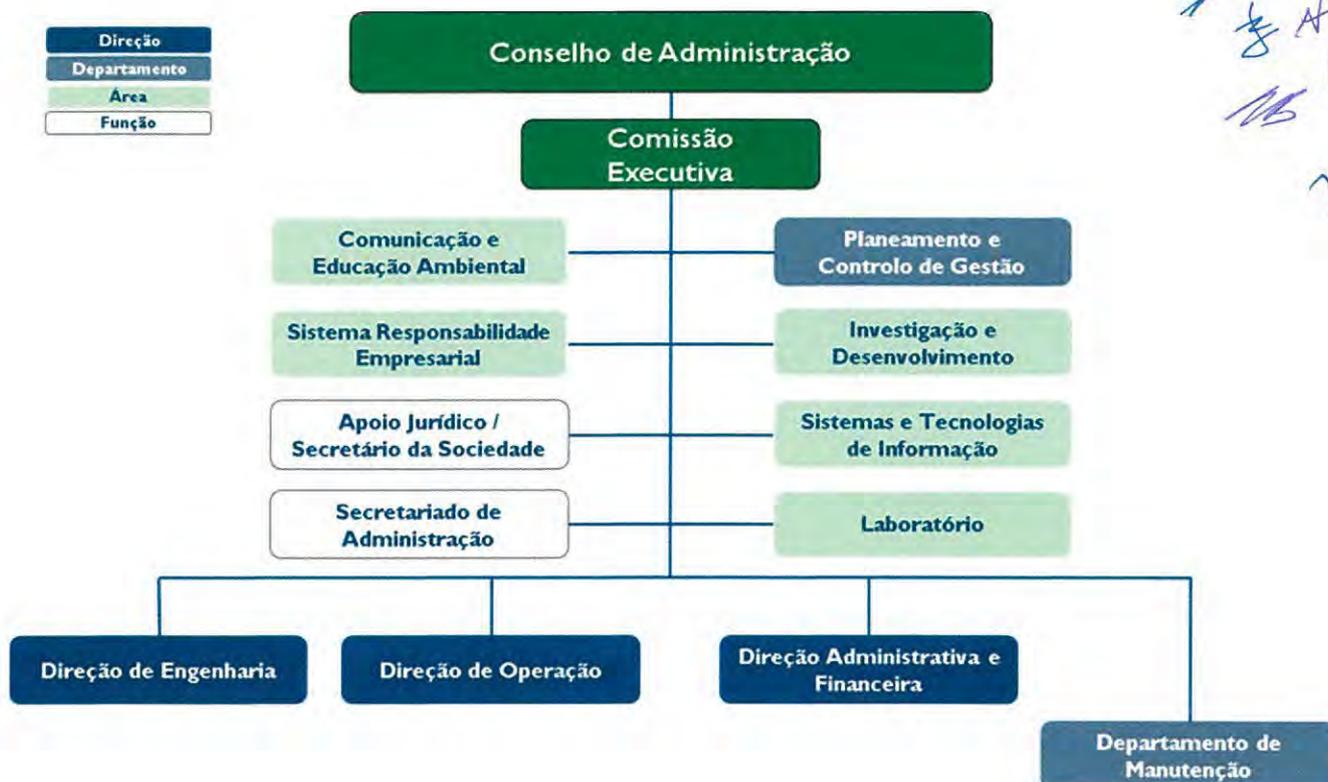
Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados – S.R.O.C., S.A., representada pelo Dr. Rui Abel Serra Martins (R.O.C. nº1119) ou Dr. Carlos Miguel Alves (R.O.C. nº 896)

Suplente: Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira (R.O.C. nº1154)

4.2 Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções, a Simtejo dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão da Empresa. Estes órgãos operacionais e de *staff*, apresentam a seguinte afetação, não estando atualmente preenchidas o Apoio Jurídico (interno):



DE – Direção de Engenharia

Órgãos diretamente subordinados:

- PRO – Área de Estudos e Projetos;
- OBR – Área de Obras.
- ITE – Área de Instalações Especiais.

DE - Atribuições globais

- Planeamento, coordenação e fiscalização de obras de ampliação, de melhoria/renovação e de reabilitação de coletores, gerindo a sua execução em termos de prazo, custo e qualidade (incluindo obras relativas a desvios de coletores provocados por terceiros) em articulação com DO.
- Programação temporal e afetação de meios aos grandes investimentos físicos, novos e em curso na Empresa.
- Análise e gestão da execução de projetos.
- Manutenção do arquivo administrativo técnico, bem como dos elementos de cadastro.

PRO – Área de Estudos e Projetos – Atribuições específicas

- Identificação do sistema existente e das suas necessidades de expansão.
- Gestão de projetos elaborados internamente ou por prestadores externos.
- Elaboração de programas de concursos e de cadernos de encargos e apoio na seleção e adjudicação de obras.
- Lançamento de concursos, seleção de propostas, adjudicação e contratação de obras de ampliação, melhoria e reabilitação do Sistema.
- Elaboração de estudos e projetos de obras de ampliação, de melhoria/renovação e de desvio de coletores.
- Realização de estudos e pareceres específicos para o CA.
- Emissão de pareceres técnicos e aprovação dos respetivos projetos relativos a obras de terceiros com implicações no Sistema.
- Elaboração de estudos prévios.
- Realização de desenho, topografia, medições e orçamentos de obras, projetos ou partes de obras.

OBR – Área de Obras – Atribuições específicas

- Acompanhamento e fiscalização técnica e administrativa das obras, coordenando os aspetos interdisciplinares.
- Elaboração de manuais de obras.
- Preparação de elementos técnicos de apoio necessários aos projetos e obras.

- Vigilância, acompanhamento e controlo de trabalhos na via pública ou zonas adjacentes.
- Implementação de um sistema de segurança no trabalho da construção.
- Gestão corrente do relacionamento com empreiteiros e controlo do progresso.
- Controlo e conferência de faturas dos prestadores externos e controlo financeiro das obras.
- Articulação com os clientes finais internos.
- Definição das normas e procedimentos das comissões de apreciação de concursos de sua competência.

ITE – Área de Instalações Especiais – Atribuições específicas

- Manutenção de equipamentos elétricos e de comunicações não especificamente ligados ao sistema de drenagem.
- Otimização das redes e tecnologias de telecomunicações, em articulação com os utilizadores internos e prestadores externos.
- Desenvolvimento e manutenção do sistema de telegestão, incluindo apoio técnico ao equipamento e “software” instalados nos centros de controlo.
- Detecção e solução de avarias ou anomalias do sistema de telegestão e intervenção na programação de autómatos.
- Apoio às Áreas da DE e da DO respeitante a questões relacionadas com instalações especiais.

DO – Direção de Operação

Órgãos diretamente subordinados:

- ALC – Área do Centro Operacional de Alcântara
- ALV – Área do Centro Operacional de Alverca
- BEI – Área do Centro Operacional de Beirolos
- CHE – Área do Centro Operacional de Chelas
- FRI – Área do Centro Operacional de Frielas (inclui também Bucelas)
- SJT – Área do Centro Operacional de São João da Talha
- MFR – Área do Centro Operacional de Mafra (inclui também Ericeira, Malveira e outros subsistemas)
- VFX – Área do Centro Operacional de Vila Franca de Xira (inclui também outros subsistemas)

DO - Atribuições globais

- Coordenação das ações de operação e comando da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, incluindo a coordenação geral funcional dos centros de comando nas ETAR.
- Monitorização da qualidade de serviço prestado, em articulação com SRE.
- Manutenção geral e corrente das instalações, edifícios e recintos.
- Manutenção dos espaços verdes e sistemas de drenagem dos recintos.
- Gestão da vigilância, segurança e higiene das instalações na Empresa (exceto na Sede).
- Análise e resolução das reclamações sobre qualidade da prestação dos serviços e dos resultados das colheitas realizadas pelos Laboratórios, investigando e estudando as causas possíveis e promovendo as medidas conducentes à respetiva resolução.
- Coordenação da articulação operacional com os clientes municipais.
- Em articulação com DE, avaliar a necessidade de realização de estudos, de investimentos e de intervenções e a deteção e alerta para disfuncionalidades.
- Em articulação com o Departamento de Manutenção, avaliar a necessidade de realização de intervenções e investimentos bem como da eficiência das operações.
- Gestão do destino final das lamas.

Centros Operacionais – Atribuições específicas

- Assegurar a operação dos Subsistemas, nomeadamente a operação das ETAR, a operação das Estações Elevatórias e o funcionamento dos coletores a cargo da Empresa.
- Preparação dos manuais de procedimentos da operação.
- Garantir o cumprimento dos parâmetros de descarga.
- Controlar a utilização de reagentes e consumíveis.
- Zelar pela manutenção dos espaços envolventes das ETAR quanto a higiene e imagem bem como pela operacionalidade da rede de telemetria.
- Garantir a vigilância das instalações.
- Aplicação de modelos matemáticos com vista à otimização da exploração, em colaboração com I&D.
- Análise e controlo sistemático dos consumos energéticos das ETAR, estações elevatórias e demais instalações para a otimização da exploração.
- Programação dos consumos e produção de todo o Subsistema.
- Participação na elaboração e atualização de Manuais de Segurança e de Planos de Emergência.



Direção Administrativa e Financeira

Órgãos diretamente subordinados:

- TES – Função de Tesouraria;
- CONT – Função de Contabilidade;
- RHS – Função de Recursos Humanos.
- LOG – Função de Logística;
- ADM – Função Administrativa;

DAF – Atribuições globais

- Elaboração de planos a médio e longo prazo para a Empresa.
- Participação na definição da estratégia e política tarifária, na fixação de objetivos e na afetação de custos à produção.
- Gestão financeira da Empresa.
- Contabilidade geral e analítica.
- Gestão corrente da relação com o regulador.
- Implementação do Sistema de Informação da Empresa.

TES – Área de Tesouraria – Atribuições específicas

- Gestão financeira da Empresa.
- Gestão e controlo da tesouraria.
- Elaboração de orçamentos de tesouraria.
- Planeamento financeiro e pesquisa das fontes de financiamento bem como das alternativas de aplicação de fundos e elaboração dos correspondentes contratos.
- Gestão e controlo de cobranças e pagamentos (incluindo “caixas” locais).

CONT – Área de Contabilidade – Atribuições específicas

- Definição da estrutura do sistema de contabilidade analítica.
- Registo dos movimentos contabilísticos (contabilidade geral e analítica), atualização do plano de contas e elaboração de fechos de contas.
- Identificação de riscos a cobrir por seguros e gestão da carteira de seguros, em articulação com as outras áreas da Empresa e corretoras.
- Processamento de faturação.
- Processamento de outros produtos e serviços.
- Atualização do inventário do ativo imobilizado e controlo físico do património.
- Controlo de inventariação física anual das existências.

RHS – Área de Recursos Humanos - Atribuições específicas

- Estudo e desenvolvimento de sistemas e metodologias inerentes à gestão integrada de recursos humanos.
- Apoio à Administração no relacionamento com organizações sociais e representativas dos trabalhadores.
- Gestão dos processos inerentes às relações de trabalho (legislação de trabalho, regulamentação e contratação coletiva).
- Assegurar, em articulação com CEA, a comunicação interna relativamente à sua Área.
- Identificação e priorização das necessidades de formação da Empresa.
- Elaboração, execução e avaliação do Plano de Formação da Empresa.
- Programação e gestão das ações de formação profissional.
- Promoção e avaliação da participação em ações de formação profissional (internas e externas), bem como de visitas de estudo e de atualização de conhecimentos, no País e no estrangeiro.
- Desenvolvimento de ações de aprendizagem e de autoaprendizagem.
- Implementação de políticas de medicina do trabalho, programas de saúde e controlo de riscos profissionais e de unidades de saúde assistencial, de acordo com o Sistema de SST.
- Promoção de atividades de higiene e segurança no trabalho, nas áreas de prevenção e do controlo.
- Promoção de iniciativas de acolhimento e reconhecimento empresarial de trabalhadores.
- Administração da política de compensação e retributiva do pessoal.
- Em articulação com as demais Áreas, definição do quadro de pessoal.
- Gestão administrativa de pessoal, recrutamento e seleção, sua movimentação e respetiva atualização dos sistemas de suporte.
- Implementação dos procedimentos inerentes às relações laborais.
- Centralização dos registos das representações da Empresa e dos seus profissionais em entidades externas.
- Processamento de salários.

2013
AGT
M

LOG – Área de Logística – Atribuições específicas

- Aprovisionamentos dos materiais e consumíveis, utilizados nos Subsistemas, bem como de peças e ferramentas necessárias a MAN.
- Aquisição, após consulta ao mercado, de bens móveis requisitados pelas Áreas da Empresa.
- Prospecção de fornecedores e gestão do seu relacionamento com a empresa, em articulação com MAN.
- Iguamente em colaboração com MAN, elaboração e atualização da listagem de fornecedores de bens e serviços qualificados pela Empresa.
- Elaboração de programas de concursos ou cadernos de encargos no âmbito dos aprovisionamentos.
- Gestão dos processos de compras ao mercado acionados pelas várias Áreas da Empresa, nomeadamente por MAN.
- Gestão económica dos “stocks” e respetivo suporte administrativo.

ADM - Área Administrativa – Atribuições específicas

- Interface comercial com os Clientes da Empresa.
- Gestão da relação contratual.
- Gestão da frota automóvel e acompanhamento de acidentes.
- Gestão do economato.
- Gestão dos seguros da Empresa.

MAN – Departamento de Manutenção

MAN – Atribuições Globais

- Definição da política de manutenção da Empresa e coordenação dos programas de manutenção preventiva e curativa de todo o Sistema.
- Gestão de “stocks” de peças de reserva e consumíveis, que garantam eficiente e eficaz manutenção das instalações operacionais.
- Definir normas e procedimentos de manutenção (rotinas) do Sistema.
- Em articulação com DO, promover a elaboração e a atualização de manuais de manutenção.
- Implementação do Sistema informático de gestão de manutenção.
- Manutenção da instrumentação de medida e controlo.
- Manutenção da rede de telemetria e telegestão.
- Criação dos cadernos de equipamentos.
- Controlo, vigilância e manutenção das instalações operacionais.
- Manutenção dos coletores e equipamentos associados.
- Vigilância e conservação das faixas de servidão.
- Realização de intervenções de beneficiação de instalações operacionais que lhe sejam especificamente cometidas.
- Manutenção da integridade operacional do Sistema que suporta as atividades da Empresa, em articulação com DE e DO.
- Avaliação das causas de incidência sistemática.
- Manutenção preventiva e curativa do Sistema, coletores confinantes e Órgãos hidromecânicos de responsabilidade da Empresa.
- Apoio logístico quanto a fornecimento de equipamentos, ferramentas e materiais a trabalhos de construção civil inerentes ao Sistema.
- Montagem e manutenção curativa, preventiva e condicionada das instalações e equipamentos eletromecânicos, electropneumáticos e eletrónicos do sistema de drenagem.
- Assegurar a execução de trabalhos oficinais metalomecânicos e outros, em Órgãos e componentes de equipamentos do Sistema.
- Montagem, ensaios, reparação e manutenção de instalações, equipamentos, cabos e circuitos de telecomunicações.
- Manutenção e análise metrológica dos caudalímetros e outros equipamentos instalados, em colaboração com DO e I&D.
- Controlo metrológico dos caudalímetros objeto de reclamações dos clientes.
- Gestão de “stocks”, em articulação com LOG, de peças e consumíveis necessários a uma eficiente e eficaz manutenção do Sistema, incluindo instalações e recintos.
- Prospecção de fornecedores de peças e equipamentos da área da manutenção e gestão do seu relacionamento com a Empresa.
- Elaboração de programas de concursos ou cadernos de encargos no âmbito da gestão de stocks que lhe compete.
- Definição das normas e procedimentos das comissões de apreciação de concursos de sua competência.
- Arrumação, movimentação e conservação dos armazéns a seu cargo.
- Gestão de bens “excedentários/em abate”, mediante reafecção interna ou venda externa como material sem utilização.

2013
Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'AB', 'X', 'J', 'G', and 'MT'.

PCG – Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão

PCG – Atribuições Globais

- Planeamento geral e coordenação dos investimentos da Empresa.
- Organização e acompanhamento dos dossiês do Fundo de Coesão e outros.
- Atualização contínua de indicadores de desempenho.
- Apoio à preparação e controlo dos planos anuais e plurianuais da Empresa, relativamente aos investimentos sob a sua responsabilidade de gestão.
- Avaliação contínua da evolução dos caudais e habitantes e unidades industriais servidos.
- Assegurar o processo de expropriações e de constituição de servidões, bem como de todos os licenciamentos necessários para o efeito.
- Acompanhamento de processos de licenciamento de obras de outras entidades interferentes com as instalações operacionais.
- Participação e/ou apoio em Comissões de abertura de propostas de concurso.
- Preparação dos planos a médio e longo prazos para a Empresa, assegurando a sua utilização como instrumentos de gestão.
- Análise crítica de planos operacionais da Empresa.
- Avaliação de grandes investimentos potenciais.
- Resposta a inquéritos estatísticos de entidades externas.
- “Benchmarking” e análise de métricas de desempenho do negócio.
- Desenvolvimento de modelos de controlo de gestão (“*tableau de bord*”).
- Elaboração de candidaturas de investimentos e financiamentos.
- Consolidação dos “*inputs*” das diferentes áreas para elaboração do orçamento de exploração.
- Elaboração do orçamento de exploração, do plano de investimentos e sua atualização.
- Controlo da execução dos orçamentos de exploração e de investimentos, identificação e investigação de desvios.
- Em articulação com SRE, promover a realização de auditorias internas.

I&D – Área de Investigação e Desenvolvimento

I&D – Atribuições Globais

- Planeamento e gestão do desenvolvimento dos sistemas de informação de processo da Empresa, nomeadamente, sistemas de telegestão e rede de telecomunicações.
- Promoção e acompanhamento de estudos de inovação e desenvolvimento.
- Desenvolvimento de estudos comparativos para avaliação de desempenho dos processos, órgãos e subsistemas
- Desenvolvimento e gestão do sistema de medição de caudais para fins de faturação.
- Administração e atualização do cadastro do Sistema.
- Assegurar a cobertura dos sistemas pelo Sistema de Informação Geográfica.

STI – Área de Sistemas e Tecnologias de Informação

STI - Atribuições Globais

- Definição de necessidades e soluções informáticas (“*hardware*” e “*software*”) em articulação com os utilizadores.
- Planeamento e gestão do desenvolvimento dos subsistemas de informação de gestão e de informação de processo da Empresa, este em articulação com I&D.
- Desenvolvimento de aplicações a disponibilizar na Internet e sua administração, garantindo a interface com os sistemas de informação implementados na Empresa.
- Conceção e execução de testes aos subsistemas informáticos.
- Apoio aos utilizadores dos sistemas de informação de Empresa.
- Apoio aos utilizadores ao nível da microinformática.
- Execução de testes técnicos a equipamentos e “*software*” microinformático.
- Desenvolvimento e administração dos subsistemas de informação de gestão da Empresa, nomeadamente o SAP.
- Conceção e articulação do Site da Empresa, em articulação com CEA.
- Gestão dos contratos de prestação de serviços telefónicos.
- Manutenção do sistema telefónico e rede de dados da Empresa.

LAB – Área de Laboratório

LAB – Atribuições Globais

- Execução das análises microbiológicas, físicas e químicas necessárias ao cumprimento das normas legais e do programa de monitorização da Empresa, assegurando os requisitos do Sistema de Qualidade.
- Assegurar a atualização de metodologias de análise, de acordo com novas exigências técnicas e normas em vigor.
- Cumprimento das normas legais de frequência de amostragem e de análise de qualidade das águas residuais drenadas pela Empresa.
- Definição e execução do programa de monitorização da qualidade ambiental (para além dos requisitos legais), adequado às necessidades de gestão da Empresa e aos níveis de qualidade de serviço a oferecer aos seus Clientes.
- Recolha de amostras, com a colaboração dos Subsistemas.
- Preparação do material necessário à execução das análises e da recolha de amostras.
- Gestão dos resíduos sólidos e líquidos das Unidades Laboratoriais.
- Execução de relatórios técnicos relativos à qualidade da água, necessários às Áreas da Empresa e a disponibilizar a entidades externas.
- Garantir a disponibilização sistemática de dados de qualidade das águas residuais para informação às autoridades e aos Clientes Diretos e Municipais.
- Sugestão de possíveis medidas corretivas de desvios atuais ou potenciais na qualidade das águas residuais.
- Apoio técnico à seleção de materiais/produtos usados no sistema da Empresa, no respeitante à influência na qualidade das águas residuais.
- Garantir a acreditação dos ensaios laboratoriais.
- Assegurar a gestão do armazém de reagentes e vidraria do Laboratório.
- Assegurar o cumprimento dos requisitos do Sistema de Qualidade.
- Em articulação com DO, propor medidas corretivas.
- Em articulação com DE, promover o levantamento e controle de descargas.

CEA – Área de Comunicação e Educação Ambiental

CEA – Atribuições Globais

- Elaboração, em articulação com a AdP, do Plano de Comunicação da Empresa.
- Gestão das iniciativas de comunicação institucional da Empresa.
- Gestão das relações com os Órgãos de comunicação social, particularmente em situações de crise.
- Apoio ao CA em funções de representação protocolar e acolhimento de visitas institucionais à Empresa.
- Assegurar a comunicação interna e externa da Empresa.
- Definição, em articulação com a AdP, dos “standards” de imagem da Empresa e controlo da sua aplicação, nomeadamente nas viaturas, nas obras em curso e nas instalações.
- Implementação de atividades de educação ambiental de acordo com a estratégia de comunicação e imagem da Empresa.

SRE – Sistema de Responsabilidade Empresarial

SRE – Atribuições Globais

- Colaborar na definição da Política do Sistema.
- Coordenar a implementação, operação, análise crítica e melhoria contínua do SRE, de acordo com a Política definida, o Manual do Sistema, as Partes interessadas e os requisitos das Normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001.
- Promover a realização do levantamento ambiental e de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e assegurar a sua consolidação e atualização.
- Garantir o Controlo Operacional em matéria de Ambiente e de SHST de acordo com os respetivos normativos.
- Coordenar a elaboração do Planeamento de Gestão do Sistema Integrado e acompanhar a respetiva execução.
- Elaborar o Manual do Sistema.
- Coordenar o programa de auditorias internas do SRE.
- Promover a revisão do SRE;
- Gerir o sistema documental do SRE;
- Promover e assegurar o cumprimento do Plano de Formação no domínio do SRE.
- Coordenação, implementação e manutenção da Certificação dos Sistemas de Qualidade da Empresa.
- Monitorização da qualidade do serviço prestado pela Empresa.
- Promover a monitorização da eficiência do Sistema e dos meios recetores.
- Promover a regulamentação das descargas.
- Promover estudos da caracterização das lamas e dos solos agrícolas.

- Promover o levantamento da tipologia das indústrias, nomeadamente das lavandarias a seco.
- Em articulação com DAF, promover auditorias internas.
- Normalização de impressos e procedimentos administrativos da Empresa.
- Garantia da separação dos resíduos nas instalações.
- Obtenção das licenças de descarga e de utilização do domínio hídrico.

JUR – Apoio Jurídico e Secretário da Sociedade

JUR – Atribuições Globais

- Consulta e assessoria jurídica ao CA e às várias Áreas da Empresa.
- Representação da Empresa em processos judiciais, para-judiciais e jurídico-administrativos.
- Elaboração e participação em estudos de foro jurídico-institucionais relevantes para a Empresa.
- Apoio institucional e jurídico aos Órgãos da Empresa.

SEC – Secretariado da Administração

SEC – Atribuições Globais

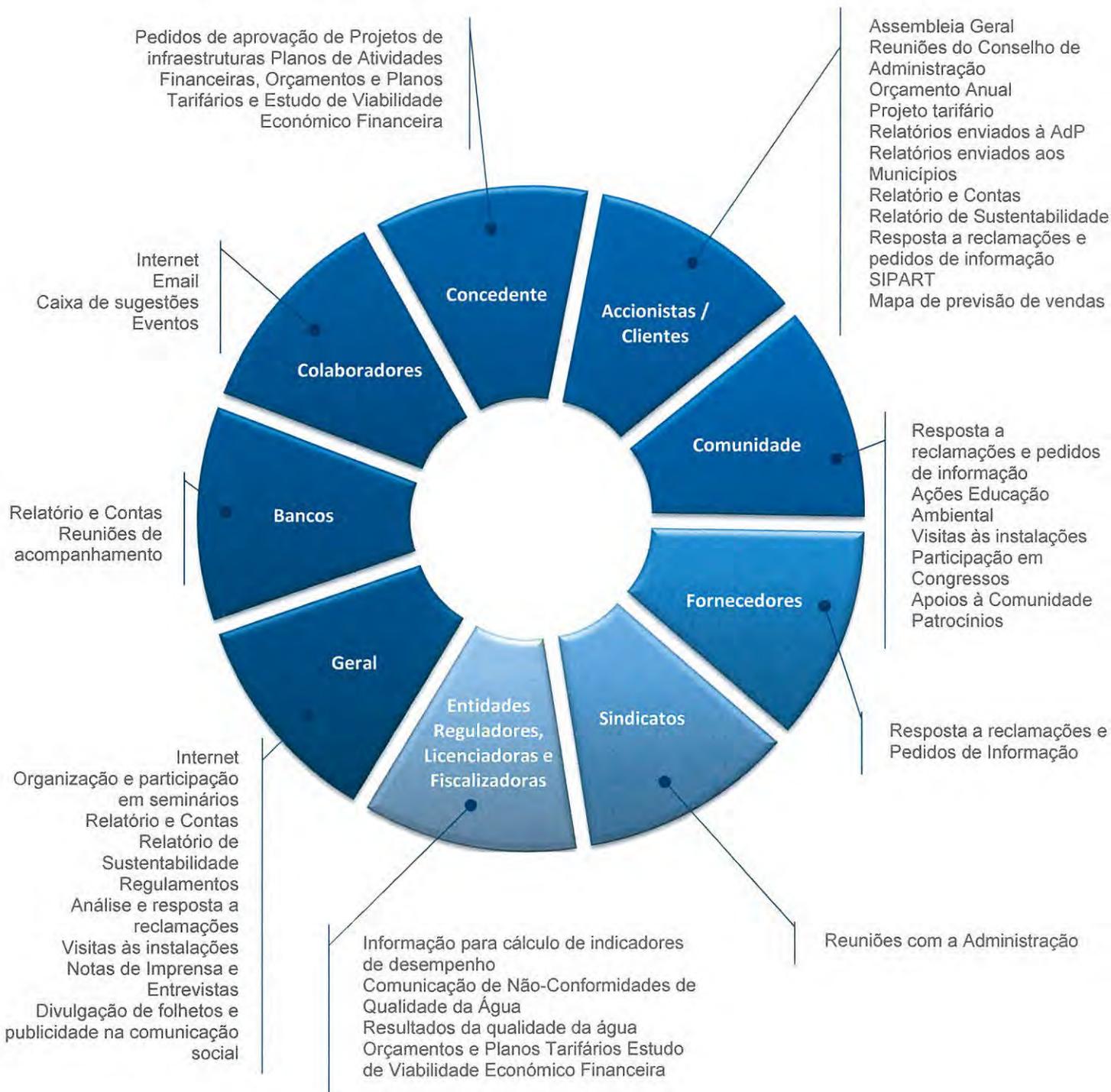
- Velar pelo cumprimento das obrigações da Sociedade, sob a orientação do membro do CA designado para o efeito, em matéria de elaboração e arquivo de atas do CA, bem como o expediente a elas relativo e registo comercial dos atos sociais a ele sujeitos.
- Secretariado das reuniões do CA e controlo do cumprimento dos prazos estabelecidos nas deliberações do CA.
- Apoio logístico diretamente afeto aos membros do CA.
- Aquisição, classificação, circulação e arquivo de publicações e documentação técnica (externa e interna) com vista à criação de um Centro de Documentação.
- Receção e expedição de correspondência, distribuição interna e arquivo geral, designadamente dos documentos normativos.
- Manutenção geral e corrente das instalações da sede.
- Serviços de articulação com o exterior (entregas e estafetas).

2013

[Handwritten signatures and initials]

Relações com as partes interessadas (“Stakeholders”), acionistas, reguladores, clientes, fornecedores, pessoal, etc.

São vários os Grupos de partes interessadas da Simtejo, com quem a Empresa se relaciona de várias e diversas formas. No esquema seguinte são ilustradas, para cada Grupo de “stakeholders”, as principais formas de comunicação.



5. Remunerações e outros encargos

Com efeitos a 1 de Abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Atualmente o Conselho de Administração tem a seguinte composição:

Presidente: Eng. Carlos Manuel Martins

Vogal: Dr. José Henrique Guimarães Salgado Zenha

Vogal: Eng. Joaquim Carlos Correia Peres

Vogal: Eng. António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Eng. José Fernando da Silva Ferreira, representante da Câmara Municipal de Lisboa

Vogal: Eng. Arquiteto Ricardo Alexandre da Silva Bastos, representante do Município de Loures

Vogal: José Esteves Ferreira, representante da Câmara Municipal de Odivelas

A Comissão de Vencimentos, composta por um Presidente e dois Vogais, foi eleita na de Assembleia-geral de 17 de junho de 2010. Com efeitos a partir da data de eleição supra referida, fixou as remunerações dos órgãos sociais para o mandato em curso, bem como a remuneração variável dos administradores executivos para o triénio 2010/2012. As remunerações foram subsequentemente reduzidas nos termos da sucessiva legislação aplicável.

O montante total de remunerações anuais auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi o seguinte:

1. Mesa Assembleia Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral Mandato 2010-2012	2013		
	Presidente	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Secretário ⁽¹⁾
	José Maria Ministro dos Santos	Paulo Manuel Marques Fernandes	Ana Cristina Rebelo Pereira
Remuneração anual fixa	-	830	552
Redução remuneratória*	-	n.a.	n.a.
Remuneração anual efetiva	-	830	552

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

(1) Valores faturados pela AdP, SGPS, SA

2. Órgãos de Fiscalização

Unid: €

Conselho Fiscal	2012			2013		
	Presidente	Vogal	Vogal	Presidente	Vogal	Vogal
	Luis Filipe Cracel Viana	José Manuel Lopes Ribeiro	Joana Taveira Almodôvar	Luis Filipe Cracel Viana	José Manuel Lopes Ribeiro	-
Remuneração anual fixa	6.888	5.166	1.292	6.888	5.166	-
Redução remuneratória*	2.739	2.057	515	3.486	2.618	-
Remuneração anual efetiva	4.149	3.109	777	3.402	2.548	-

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

3. Auditor externo

A Simtejo, S.A. não tem auditor externo.

4. Conselho de Administração

Exercício de 2013	Presidente não executivo	Presidente da Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
	Carlos Martins	José Henrique Guimarães Salgado Zenha	António Alberto Côrte-Real Frazão	Joaquim Carlos Correia Peres	José Fernando da Silva Ferreira	José Esteves Ferreira	Ricardo Bastos
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	12.124	88.968	76.106	62.608	12.939	12.939	12.939
OPRLO (Opção pela Remuneração do Lugar de Origem)	n.a.	Sim	Sim	Não			
Entidade de Origem (identificar)							
Entidade pagadora (origem/Destino)							
1.1.Remuneração Anual	17.025	96.222	91.252	91.252	22.820	22.820	22.820
1.2.Despesas de Representação (RCM 16/2012)	0	12.267	3.375	18.679	0	0	0
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0	0	0	0	0
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (5%)	851	5.203	4.451	3.661	681	681	681
1.5.Redução decorrente da Lei 66-B/2012 (OE 2013)	1.617	9.885	8.456	6.956	0	0	0
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	2.432	256	1.028	5.253	1.314	1.314	1.314
1.7.Redução resultante da aplicação da RCM 16/2012	0	13.803	9.543	31.452	7.886	7.886	7.886
1.8.Efeito resultante da opção pela remuneração na origem EGP art. 28	0	-9.626	-4.956	0	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	12.124	88.968	76.106	62.608	12.939	12.939	12.939
2. Remuneração variável	0	0	0	0	0	0	0
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0	0	0	0	0
4.Outras (identificar)	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio de deslocação	0	0	0	0	0	0	0
Subsídio de refeição	0	1.301	1.320	1.385	0	0	0
Encargos com benefícios sociais							
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	0	16.982	16.940	15.644	3.073	3.073	3.073
Seguros de saúde	0	774	774	774	0	0	0
Seguros de vida	0	1.565	1.582	1.916	0	0	0
Seguro de Acidentes Pessoais	0	0	0	0	0	0	0
Seguro de Acidentes de Trabalho	0	755	645	531	110	110	110
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)							
Entidade (identificar)	n.a.	Não	Não	Não	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração Anual	n.a.	-	-	-	n.a.	n.a.	n.a.

2013
 [Handwritten signatures and initials]

Parque Automóvel	Presidente não executivo	Presidente da Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Modalidade de Utilização	-	-	-	-	-	-	-
Valor de referência da viatura nova (AOV)	-	37.680	39.663	36.227	-	-	-
Ano Início	-	2007	2008	2008	-	-	-
Ano Termo	-	-	-	-	-	-	-
N.º prestações (se aplicável)	-	72	60	60	-	-	-
Valor Residual	-	-	-	-	-	-	-
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	-	7.896	6.864	6.972	-	-	-
Combustível gasto com a viatura	-	2.923	1.468	2.613	-	-	-
Plafond anual Combustível atribuído (e portagens)	-	4.226	4.226	4.226	-	-	-
Outros (Portagens)	-	1.303	665,95	1.347	-	-	-
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Outras regalias e compensações	Presidente não executivo	Presidente da Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	-	80	80	80	-	-	-
Gastos anuais com comunicações móveis	-	555	540	960	-	-	-
Outras (indicar)	-	0	0	0	-	-	-
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	-	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Gastos c/ deslocações	Presidente não executivo	Presidente da Comissão Executiva	Vogal executivo	Vogal executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo	Vogal não executivo
Mandato	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012	2010-2012
Custo total anual c/ viagens	-	-	1.908	0	-	-	-
Custos anuais com Alojamento	139	297	0	0	92	-	-
Ajudas de custo	-	277	384	0	54	-	-
Outras (indicar)	-	0	0	0	-	-	-

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Nos quadros acima, são apresentadas todas as remunerações auferidas pelos órgãos sociais da Simtejo, não recebendo os administradores executivos mais qualquer remuneração, despesas de representação, prémios de gestão, ou outras.

6. Análise de Sustentabilidade

Os valores que regem a atividade da Simtejo vão desde a procura constante do envolvimento dos Municípios, à racionalização dos investimentos e obtenção de economias de escala, ao desenvolvimento de capacidades, “know-how” e domínio tecnológico das soluções técnicas, para que sejam adequadas, eficientes e economicamente sustentáveis e de forma a melhorar e preservar os ecossistemas, com tarifas socialmente aceitáveis.

A atividade da Simtejo é desenvolvida tendo por base a estratégia e os objetivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de fevereiro de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, a par com a necessária execução de infraestruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, a Simtejo tem ainda como dever assegurar que o preço dos serviços reflita os custos do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

Em termos de posicionamento estratégico, a Simtejo tem desenvolvido a sua estratégia em duas frentes em simultâneo:

- Expansão – pela conceção e construção de novas infraestruturas que visam abranger uma maior população servida de tratamento de águas residuais;
- Especialização – na contínua melhoria da qualidade e eficiência dos processos de tratamento dos afluentes.

A Simtejo tem como principal objetivo estratégico contribuir para a despoluição dos recursos hídricos das bacias hidrográficas e dos meios recetores na sua área de influência com o correspondente contributo da atividade da Empresa para a melhoria das condições ambientais, dos valores naturais em presença e da qualidade de vida das populações na área servida.

Isto significa que o desempenho da Simtejo visa contribuir para o bem-estar de cerca de 1,5 milhões de habitantes, numa área geográfica da ordem dos 1000 km², situada na zona metropolitana mais importante do País.

Os valores estratégicos a preservar incluem o Estuário do Tejo, que se destaca pela sua representatividade e importância a nível europeu e pela diversidade de ecossistemas e valores naturais que possui, as bacias hidrográficas do rio Trancão, das pequenas ribeiras afluentes da margem direita do rio Tejo, situadas entre Vila Franca de Xira e Algés, as ribeiras do Oeste do Município de Mafra e a respetiva frente atlântica.

No Planeamento de Objetivos e Metas para 2014 são definidas metas quantificáveis para cada um dos objetivos previstos.

No domínio da responsabilidade social a Simtejo tem como pressuposto a gestão adequada do capital humano da Empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, a instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores, num quadro de um Código de Ética que garante a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos humanos e de não discriminação.

A sustentabilidade da Simtejo está devidamente relatada e disponível no Relatório de Sustentabilidade, publicado anualmente, e a sua análise está também disponível na página de Internet, em www.simtejo.pt, que contém também o presente Relatório e Contas e o referido Relatório de Sustentabilidade.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the year 2013 and initials like 'AB', 'Cy', and 'Mx'.

7. Gestão do Capital Humano

A Simtejo é uma empresa que pugna pela melhoria contínua dos processos internos de recursos humanos, garantindo a igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos dos seus colaboradores, bem como dando cumprimento aos requisitos das normas de referência do Sistema de Gestão Integrado da Empresa.

O sistema de gestão de avaliação de desempenho profissional realiza-se considerando a avaliação de competências, sendo um dos objetivos deste processo de integrar no plano de formação anual da Empresa as necessidades constantes no plano de desenvolvimento pessoal.

7.1 Evolução dos gastos e do quadro de pessoal (a 31 de dezembro)

	2010	2011	2012	2013
Quadro de pessoal (nº)	215	217	212	205
Gastos com pessoal (Eur)	5.547.449	5.188.005	4.723.793	6.389.728
Gasto médio anual com pessoal	25.802	23.908	22.282	31.169
Gastos com pessoal/Volume de negócios	13%	11%	10%	13%

A Simtejo procedeu, sempre que aplicável, às reduções remuneratórias aplicáveis aos seus trabalhadores, em conformidade com a lei.

7.2 Quadro de pessoal por área funcional (a 31 de dezembro)

	2010	2011	2012	2013
Área Operacional	176	178	177	174
Área de Suporte	39	39	35	31
	215	217	212	205

Quadro de pessoal	2012	2013
Comunicação e Educação Ambiental	1	1
Direção Administrativa e Financeira	12	11
Direção de Engenharia	13	13
Direção de Operação	125	121
Investigação e Desenvolvimento	5	4
Laboratório	13	14
Manutenção	26	26
Planeamento e Controlo de Gestão	6	5
Secretariado de Administração	6	6
Sistema Responsabilidade Empresarial	3	2
Sistemas e Tecnologias de Informação	2	2
Total Geral	212	205

7.3 Evolução dos vínculos contratuais

	2010	2011	2012	2013
sem termo	178	185	195	189
termo certo	29	27	13	13
outros	8	5	4	3
Total	215	217	212	205

7.4 Distribuição da formação académica

	2010	2011	2012	2013
Ensino Básico ou inferior	96	100	89	90
Ensino Secundário	59	55	64	60
Ensino Superior	60	62	59	55
Total	215	217	212	205

7.5 Segurança e Saúde no Trabalho

Durante o ano 2013 consolidou-se a política ativa de promoção da segurança e da saúde no trabalho, incluindo a prevenção da ocorrência de lesões e danos para a saúde. Para tal, foram levadas a cabo as atividades/ações sucintamente descritas de seguida:

- Participação no acompanhamento de auditoria externa, segundo a ISO 18001 e no âmbito do Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança, com consolidação dos procedimentos inerentes ao referencial referido em todas as instalações.
- Consulta aos colaboradores em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho designadamente através de sugestões apresentadas, reuniões e visitas às instalações realizadas com os representantes eleitos em matéria de SST.
- Identificação de oportunidades de melhoria nomeadamente ao nível da adequação da infraestruturas, com preparação de uma lista de intervenções de beneficiação ao nível da segurança, e da sinalização de segurança.
- Implementação de um plano de prevenção de quedas, com instalação de ancoragens em todas as estações elevatórias da Simtejo.
- Implementação de correções e ações corretivas diversas definidas no decurso da avaliação da conformidade legal, auditorias e inspeções, nomeadamente no que respeita a reagentes químicos e verificação de EPI dos trabalhadores.
- Revisão do Plano de Segurança Interno da Simtejo, incluindo a compilação das medidas de autoproteção e o plano de emergência interno para as instalações da nova ETAR de Alcântara.
- Monitorização de radiações óticas de fontes artificiais.
- Monitorização de ruído ocupacional, na ETAR de Alcântara, de modo a minimizar os riscos de surdez profissional, com informação dos colaboradores sobre os valores de ruído a que estão expostos e as medidas de proteção que devem adotar.
- Monitorização de agentes biológicos e químicos na ETAR de Alcântara, nomeadamente no edifício da sede da Empresa.

A MB
2013
G
MK

- Cumprimento da obrigação de prestar anualmente informações sobre a atividade social da Empresa: Relatório Único, no anexo D, vertente da segurança.
- Ações de sensibilização, informação e de formação, interna e externa, vocacionadas para o exercício das funções e das medidas de prevenção dos riscos associados às atividades dos colaboradores, nomeadamente no que respeita a combate a incêndios, socorrismo, trabalhos em espaços confinados e reagentes químicos.

No que respeita à saúde, mantiveram-se na Simtejo as políticas de promoção da saúde dos colaboradores, cumprindo a empresa os objetivos a que se havia proposto, para além dos exames médicos que visam cumprir as obrigações legais. Realizaram-se 135 exames periódicos, 3 exames de admissão, 1 exame a um trabalhador que iniciou o seu vínculo contratual com a SIMTEJO, 2 exames referentes a estagiários que iniciaram o estágio ao abrigo do IEFP e ainda 308 exames ocasionais, dos quais 224 a pedido dos trabalhadores.

Manteve-se o aumento do número de exames ocasionais, potenciando desse modo um efetivo e regular acompanhamento de todos os trabalhadores no seu meio laboral. No que respeita à campanha de vacinação da gripe sazonal, aderiram 75 colaboradores da Empresa, número em linha com o do ano anterior.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the year 2013 and several initials.

8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

No ano de 2013 consolidaram-se as atividades de investigação e desenvolvimento a decorrer dos anos anteriores e iniciaram-se novas atividades e projetos:

Projeto Nereda

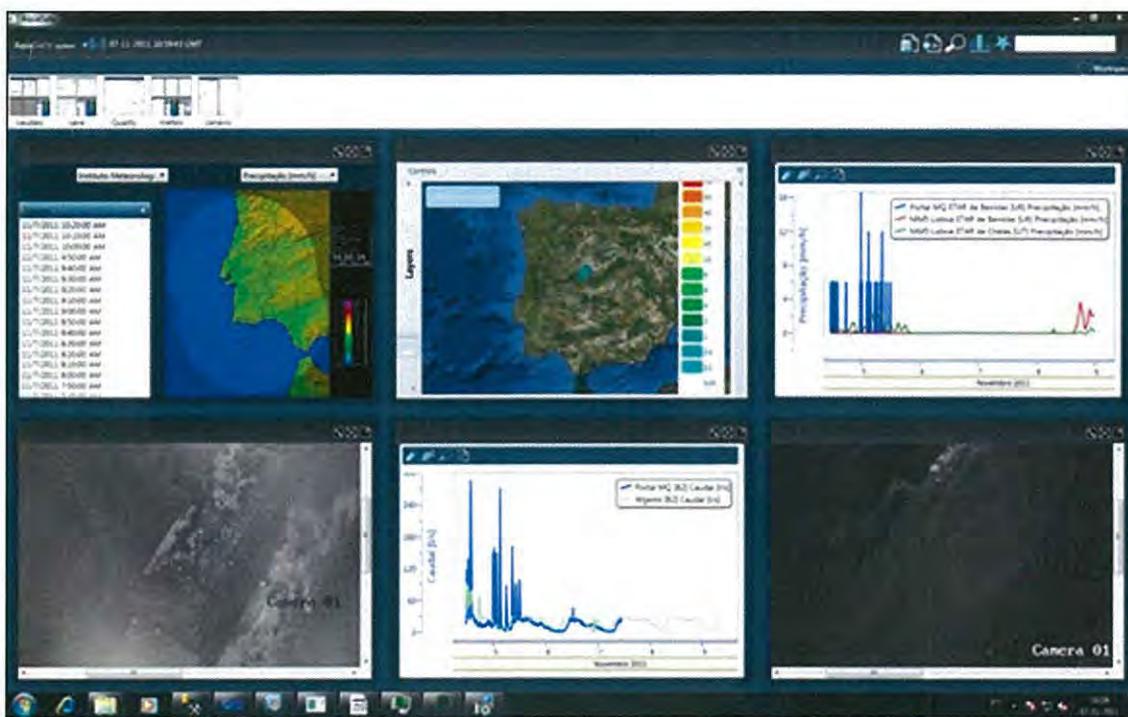
No ano 2013 deu-se continuidade à exploração do reator NEREDA na ETAR de Frielas à escala industrial, tendo-se verificado a estabilidade dos grânulos ao nível da % de granulação e da eficiência do processo de tratamento. Procedeu-se à contratação do projeto e obras de conversão do reator biológico 5 da ETAR de Frielas num reator NEREDA, neste momento em desenvolvimento.



Salienta-se a publicação em Abril de 2013 na revista Water 21 da IWA (International Water Association - <http://www.iwahq.org/Inb/home.html>) dos resultados obtidos na ETAR de Frielas no projeto piloto.

Projeto Aquasafe

Em Abril foi ministrada a primeira de várias sessões de formação da plataforma Aquasafe para os colaboradores da Simtejo. Esta sessão foi direcionada para as áreas de exploração, projeto, manutenção e obra. Teve por objetivo permitir aos colaboradores da Simtejo analisar as diferentes fontes de dados em tempo real. O primeiro set de relatórios a disponibilizar em 2014 permitirá às equipas operacionais das ETAR localizadas junto ao Estuário do Tejo (Alcântara, Chelas, Beiroas, São João da Talha, Alverca, Vila Franca de Xira) e de Frielas ter acesso a variáveis de maré, salinidade, caudais e precipitação em tempo real.



2013
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Projeto SIMAI

O Projeto SIMAI tem como objetivo o desenvolvimento de um sistema de monitorização, aviso e alerta em tempo real numa bacia hidrográfica da zona baixa de Alcântara, em Lisboa, para suporte de serviços de proteção civil, assim como a monitorização e aviso de descargas, com estimativa das cargas poluentes no meio recetor. Os artigos publicados no âmbito do projeto estão disponíveis no seguinte link <http://projectosimai.wordpress.com/>.

No primeiro semestre de 2013 procedeu-se à instalação de um medidor de nível num coletor de grande dimensão junto à praça do Martim Moniz de forma a medir toda a bacia afluente da Avenida Almirante Reis. Este ponto de medição além de dar suporte à calibração do modelo afluente ao Terreiro Paço será um dos principais pontos de medição pertencentes ao sistema de monitorização para aviso e alerta em tempo real na bacia em estudo.



Local da instalação



Instalação do medidor de nível

Monitorização e Projeto Envitejo

No ano de 2013 concluiu-se o projeto Envitejo, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional de Lisboa, em parceria com a Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P. e a Simarsul. O Envitejo visa integrar conhecimento, informação e ferramentas relevantes para a gestão e monitorização do Estuário do Tejo.

Concluíram-se os seguintes produtos das componentes da responsabilidade da Simtejo:

Aquisição de dados em tempo real do Estuário do Tejo através de uma boia instrumentada adquirida no âmbito do Envitejo:





Monitorização do estuário e locais de descarga:

- Relatórios das campanhas de monitorização do Estuário do Tejo e ribeiras da Bacia do Rio Trancão;
- Base de dados com os resultados analíticos.

Implementação de atualizações no modelo do Estuário do Tejo, manutenção e exploração do sistema de modelação:

- Análise do efeito no estuário da redução de azoto amoniacal no efluente das ETAR (deliverable 8);
- Determinação da importância de diferentes fontes de nutrientes e de sólidos no estuário (deliverable 9);
- Análise das zonas de influência das descargas de ETAR no estuário (deliverable 10);
- Efeito das descargas da Margem Norte na contaminação fecal do Estuário do Tejo (deliverable 11);
- Validação do modelo do estuário para período entre 2006 e 2009, e respetivo anexo (deliverable 4);
- Validação do modelo do estuário para o ano de 2011 (deliverable 12);
- Validação do modelo do estuário para o ano de 2012 (deliverable 14);
- Análise comparativa dos resultados de modelação do estuário obtidos com a malha de 100 e de 200 metros (deliverable 3);
- Respetivos modelos desenvolvidos no MOHID (Studio) para o Estuário do Tejo.



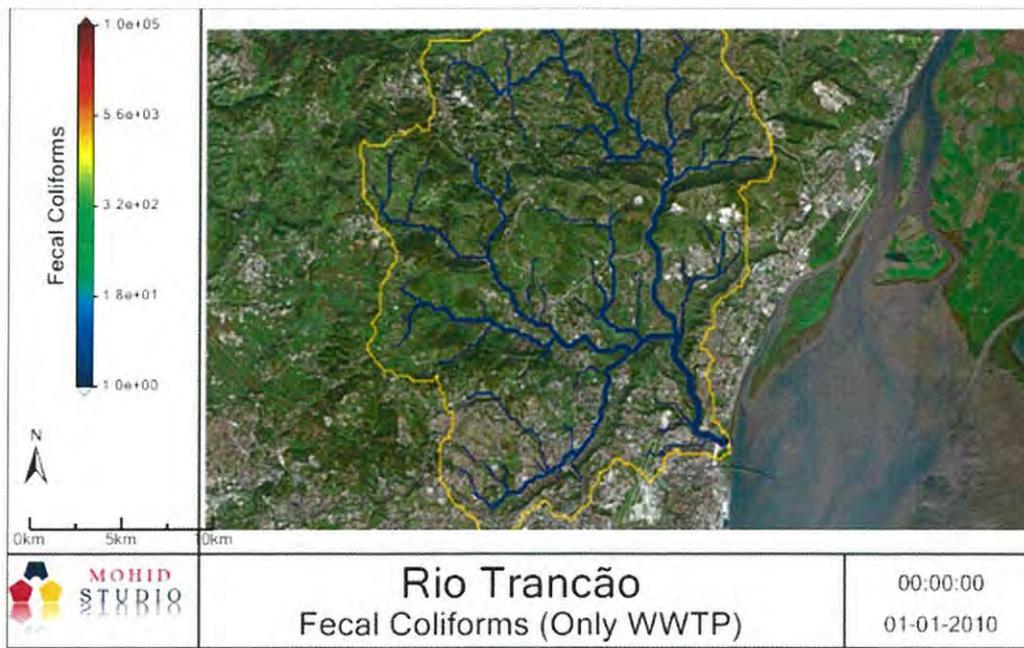
Desenvolvimento, implementação e teste da ferramenta de exploração do modelo:

- Aplicação desktop com ferramenta para simulação operacional de descargas.

Atualização do Modelo Hidrológico, Microbiológico e Biogeoquímico da Bacia do Rio Trancão:

- Relatório modelação da componente hidrológica e previsão de cheias;
- Relatório modelação da componente microbiológica;
- Relatório modelação nutrientes;
- Respetivos modelos desenvolvidos no MOHID (Studio) para a Bacia do Rio Trancão.

2013
J A
B C
D E
F G
H I



Projeto Odowatch

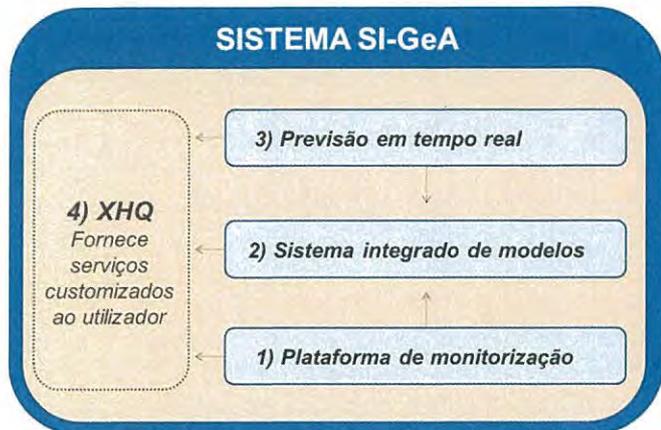
Durante o ano de 2013 foi mantido o trabalho de automação de análise de dados, sendo enviados semanalmente relatórios aos responsáveis da ETAR, com informação relativa à caracterização dos eventos de odor ocorridos, excetuando nos eventos de falhas de dados.



Si-GeA

O projeto SI-GeA é um projeto de I&D que tem como objetivo final a criação de um sistema inteligente de apoio à gestão otimizada de sistemas urbanos de águas residuais, baseado em monitorização e simulação em tempo real. A otimização permite integrar toda a informação relevante, tendo em vista, nomeadamente, a redução do risco de inundações, de afluições indevidas e de descargas poluentes nos meios recetores, a custos mínimos.

MS
2013
JA
Gf
m



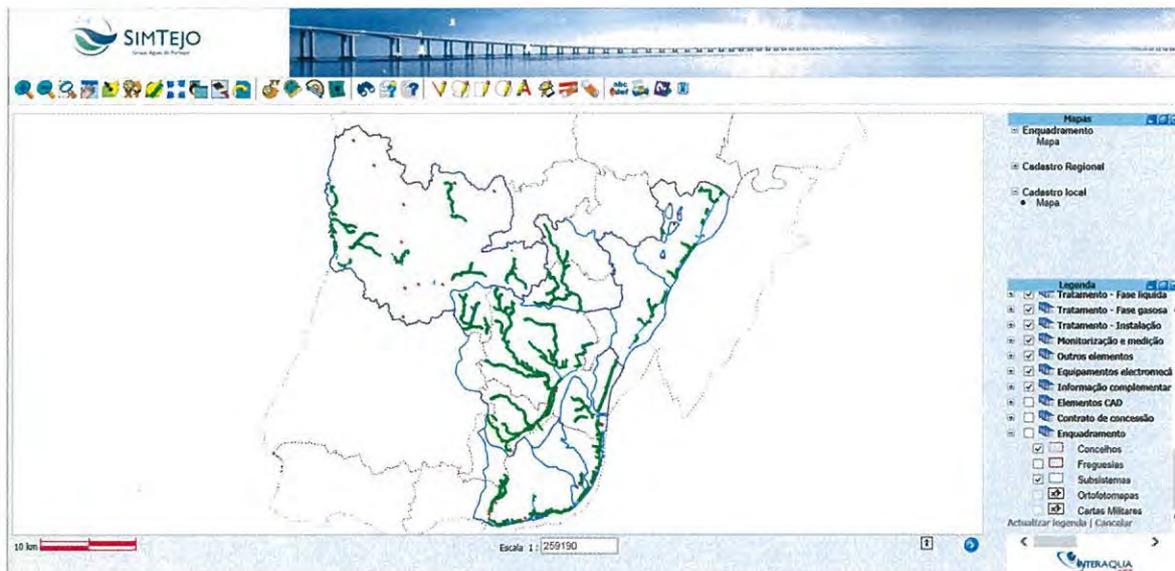
Conceção do sistema Si-Gea



Manutenção regular da sonda espectrofotométrica S:CAN

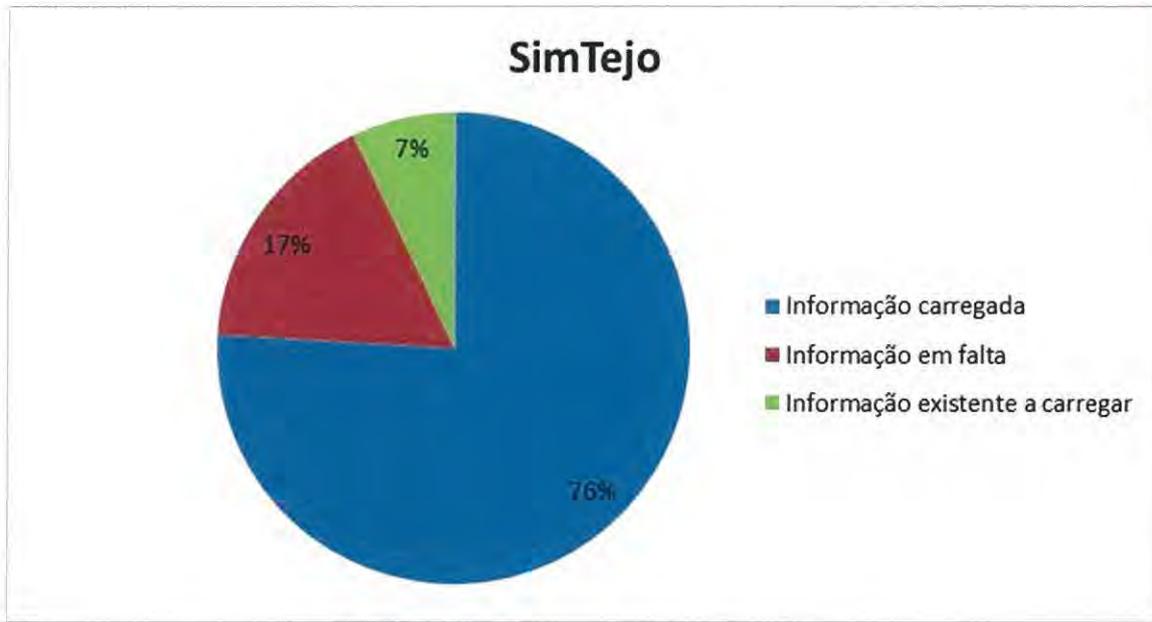
SIG

Em 2013, foi finalizada a prestação de serviços com a empresa AQUASIS no que diz respeito à gestão da base de dados do SIG da SIMTEJO. Assim, no início do segundo semestre foi transferida para a SIMTEJO a versão final da base de dados carregada pela AQUASIS. Atualmente todos os carregamentos e edições necessárias a efetuar ao SIG são efetuadas na SIMTEJO.



WebSIG

2013
[Handwritten signatures and initials]



Ponto de situação dos carregamentos SIG – Início 2014

Modelação Matemática dos sistemas de drenagem urbana

Em 2013 evoluiu-se em termos de modelação matemática, com a construção do primeiro modelo matemático de simulação de funcionamento da ETAR, mais precisamente com a ETAR de Alcântara. Este modelo foi posteriormente agregado ao modelo global do subsistema de Alcântara construído em software SWMM.

No 2º semestre de 2013 deu-se início à transferência dos modelos matemáticos construídos em SWMM para o software SewerGEMS. Juntamente com a transferência ir-se-ão recalibrar os respetivos modelos matemáticos com os dados de medição de caudal e precipitação disponíveis.

PROJECTO AQUAVIR

Por intermédio do Departamento de Micro e Nanotecnologia da Universidade Técnica da Dinamarca (DTU), a Simtejo integrou a candidatura, na qualidade de utilizador final, ao concurso FP7-NMP-2013-SMALL-7 do sétimo Programa Quadro (FP7) da Comissão Europeia, designado por Aquavir.

Este projeto pretende testar, validar e divulgar um sistema inovador portátil de monitorização de três tipos de vírus entéricos humanos em diferentes locais geográficos e para diferentes aplicações, nomeadamente em águas residuais tratadas. A candidatura foi aprovada pela Comissão Europeia no mês de maio, tendo o projeto uma duração total de 36 meses e a Simtejo receberá uma contribuição de 21.600 euros.

MEDIÇÃO DE CAUDAL (MQ)

Em 2013 foi concluído o conjunto de relatórios relativos à medição de caudais no sistema Simtejo, ao longo do ano experimental (Julho de 2011 a Junho de 2012). Incluiu a apresentação dos resultados das medições realizadas em tempo seco e tempo húmido nos pontos de medição para faturação permanentes, assim como os resultados das campanhas realizadas nos pontos de medição de caudal por estimativa.

Dadas as condições especiais de medição de caudal na fronteira entre o Município da Amadora e de Lisboa na bacia de Alcântara, foram desenvolvidas diligências no sentido de verificar e testar os resultados da medição.

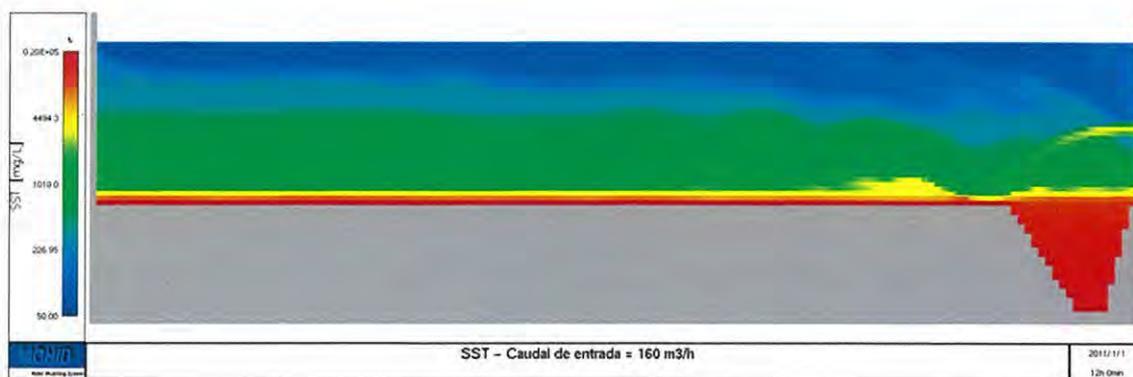
Foi adjudicada a Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema de Medição de Caudais da Simtejo, que visa a manutenção de 57 medidores de caudal instalados em permanência e de 7 udómetros.

Está ser desenvolvido trabalho no sentido de otimizar o tratamento de dados de medição de caudal.

No subsistema de Beirolas foram constituídos 4 novos pontos de medição em permanência, B4, B5, B6 e EE18, em face da reorganização administrativa do território das freguesias, e da transmissão para o Município de Lisboa dos bens e infraestruturas do Parque Expo, em vigor a partir de 7 de novembro de 2012.

Otimização hidráulica do funcionamento hidráulico da decantação secundária por CFD

Este projeto visa o desenvolvimento de uma metodologia para a simulação numérica da circulação tridimensional da água e de sólidos em suspensão em decantadores secundários de forma a aumentar a sua eficiência com base no modelo numérico MOHID (<http://www.mohid.com>).



Projeto TRUST

O desenvolvimento deste projeto surgiu no âmbito de uma das vertentes de Investigação & Desenvolvimento de um projeto do 7º Programa Quadro (FP7). A Simtejo está a colaborar no projeto WA4 – Technologies & Operational Options, que tem como principal objetivo o desenvolvimento de tecnologias e mecanismos de gestão para o melhoramento dos sistemas de águas urbanas, em particular na WP4 (“Work Package”) – AlternativeWaterSources, designadamente ao nível da reutilização.

Em 2013, com coordenação do LNEC, procedeu-se à realização de ensaios de microfiltração/ultrafiltração com efluente final nas ETAR de Frielas e Beirolas.

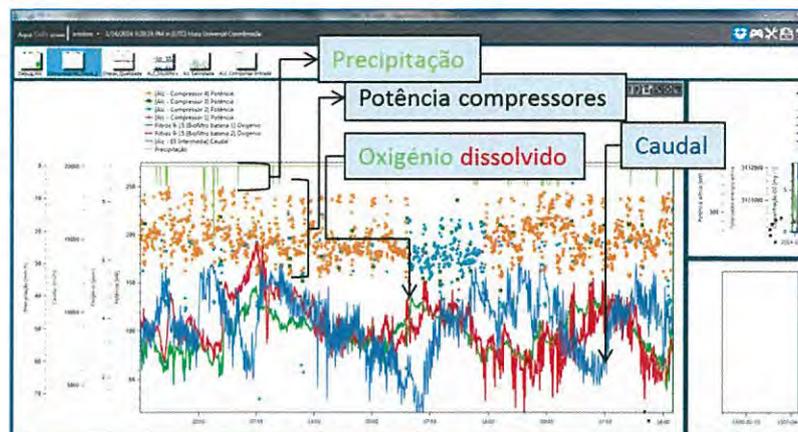
2013
[Handwritten signatures and initials]



SmartWater4Energy

O projeto Smart Water 4 Energy (SW4E) é um projeto QREN em co-promoção que visa desenvolver um sistema inteligente para gestão energética das ETAR. O SW4E está em desenvolvimento, desde Março de 2013, pelo consórcio Simtejo (Promotor), ISQ e Hidromod. Pretende contribuir para o desafio que o sector de gestão de águas residuais enfrenta, a nível global, de diminuir o consumo energético no processo de tratamento, em simultâneo com a adoção de limites mais exigentes a nível da qualidade do efluente a descarregar nos meios recetores

Atualmente, o servidor de dados SW4E permite a visualização em tempo real dos dados provenientes do sistema de monitorização de energia e o seu cruzamento com os dados de processo disponíveis:



SEREA 2013 / ENEG (2013)

Foram submetidos três artigos ao ENEG 2013 (Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento) que foram aceites para integrar o programa técnico do Encontro, intitulados: “MEDIÇÃO DE CAUDAL DE ÁGUAS RESIDUAIS EM TEMPO HÚMIDO - A experiência da SIMTEJO”, “SI-GEA - SISTEMA DE PREVISÃO EM TEMPO REAL DO DESEMPENHO DAS INFRAESTRUTURAS E DA DINÂMICA DOS MEIOS RECETORES” e “SMART WATER 4 ENERGY – SW4E”.

CANDIDATURAS A PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE I&D

ARTICA

Por convite da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa a Simtejo integrou a candidatura do projeto “A multivariable advanced control product for sustainable performance of nutrient removal urban WWTPs (ARTICA)”, para demonstração da aplicação da tecnologia ARTICA na ETAR de Chelas, a submeter ao concurso mencionado.

O projeto ARTICA tem como objetivo a demonstração da aplicação de um controlador inteligente para ETAR de lamas ativadas com remoção de azoto, tendo em vista a otimização em tempo real da recirculação de lamas, nitratos e caudal de ar de processo, para respetiva redução de custos energéticos.

ASP-CON

A Simtejo tem colaborado com a empresa STRATKELVIN tendo em vista a demonstração da aplicação da sonda Asp-CON. Para tal integrou a candidatura ao FP7-ENV-2013-WATER-INNO-DEMO do sétimo Programa Quadro (FP7) da Comissão Europeia, designada por ASP-CON: Dynamic control of the Activated Sludge process to achieve substantial energy and CO2 emissions reductions and improved treatment control by using a network of newly developed multi-parameter in-situ respirometers.

O projeto pretende estudar e divulgar uma solução inovadora para automatização do controlo de processo em ETAR, com vista à redução significativa de custos energéticos, da pegada de carbono e do impacto dos Afluentes através da otimização da capacidade de tratamento disponível em cada ETAR.

WATER JPI

Na sequência da abertura da Call-Water JPI WATER JPI PILOT CALL FOR TRANSNATIONAL COLLABORATIVE RESEARCH PROJECTS, “Emerging water contaminants – anthropogenic pollutants and pathogens” a Simtejo foi convidada a integrar na qualidade de Parceiro a 2 candidaturas.

A candidatura do projeto FGIPS-COOP H2O tem como principal objetivo a caracterização do estado de qualidade da água, monitorizando quais os compostos e em que concentrações se encontram presentes (caracterização ainda não efetuada nos países do sul da Europa) e estudo de soluções de tratamento avançadas, com base em novos materiais, designadamente cortiça. O projeto terá como parceiros:- FCUL da UN Lisboa);- LNEC; - Corticeira Amorim; - Universidades de Savoie, Orleans e Oviedo; - Águas Cantábria; - Aqualter ;-Institut für Technische Chemie und Umweltchemie; - Friedrich-Schiller-Universität Jena; - Dipartimento di Chimica and NIS Centre of Excellence; - Università degli Studi di Torino; - Instituto Nacional del Carbon (INCAR, CSIC).

A segunda candidatura, projeto SHINE, tem como objetivo a monitorização e tratamento (tecnologias de tratamento avançadas) de poluentes emergentes (compostos farmacêuticos e pesticidas) de origem antropogénica em águas, sedimentos e águas residuais, envolvendo deteção química e estudos de toxicidade crónica e impacto para a saúde, tendo como parceiros: - LNEC; - EPAL; - FFUL (Farmácia da UN de Lisboa); - SINTEF; Universidades de Valência, da Extremadura e de Roma- la Sapienza; IFTS- Institut de la Filtration et des Techniques Séparatives International Filter Testing Services.

SIFIDE

Na sequência da candidatura da Simtejo ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) a Comissão Certificadora emitiu o parecer final referente a 2009, 2010 e 2011, resultando num benefício fiscal líquido para a Simtejo de € 40.124,99, € 428.365,33 e de € 179.266,18, respetivamente. O benefício fiscal líquido referente ao ano fiscal de 2012 foi estimado em € 229.574,39.

2013

(Handwritten signatures and initials)

9. Ética e Prevenção da Corrupção

No ano de 2013 deu-se continuidade à implementação do Código de Conduta e Ética do Grupo AdP, que tem como principais objetivos:

- Ser uma referência, formal e institucional, para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um padrão de relacionamento quer entre colaboradores, quer com os públicos externos do Grupo AdP;
- Cimentar no Grupo a existência e a partilha de valores e normas de conduta comuns, reforçando uma cultura comum;
- Promover relações de confiança entre o Grupo AdP e seus parceiros;
- Reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos;
- Responder ao desafio cívico de alicerçar a sociedade em princípios éticos que respeitem as orientações de organizações supranacionais.

O Código de Conduta e Ética explicita ainda a razão da sua existência, o âmbito de aplicação, a natureza das regras, os valores do Grupo AdP e princípios de atuação, os valores centrais e a sua prática e as normas de conduta.

O Código de Conduta e Ética está disponível para consulta no sítio da Simtejo, com o seguinte endereço eletrónico:
http://Simtejo.pt/output_efile.aspx?id_file=480&id_object=652

10. Controlo de Risco

A Simtejo e, em particular o seu Conselho de Administração dedicam grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2013 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos estão organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a seguinte metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission):

Classes	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/ Infraestrutura	Conformidade	Reporte
Categorias	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira		
		Estratégia	Recursos Humanos		
		Planeamento	Tecnologias de Informação		
			Legal		
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços		
			Marketing, Vendas e Comunicação		
			Supply Chain		

2013
Handwritten initials and signatures in blue ink.

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que, quando se avalia o impacto, estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar;
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco;
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Simtejo, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Simtejo e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira
- Gestão do conhecimento
- Relações laborais, higiene e segurança no trabalho
- Energético
- Cambial, taxa de juro e "commodities"
- Gestão da inovação
- Relacionamento com Municípios
- Satisfação do cliente / consumidor
- Compras e pagamentos

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

11. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Simtejo, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Simtejo, S.A. cumprem as seguintes obrigações:

- Entrega, junto da Inspeção-geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na Empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

12. Divulgação de Informação

A Simtejo, S.A. dá cumprimento à divulgação das informações previstas na RCM n.º 49/2007, de 28 de março, através do sítio da Empresa, bem como para cumprimento dos deveres especiais de informação previstos no Despacho n.º 14277/2008, tal como expressos na tabela seguinte:

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de Sítio	S		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	S		
Organigrama	S		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	S		
Identificação de comissões existentes na sociedade	S		
Identificação de sistemas de controlo de riscos	S		
Remuneração dos órgãos sociais	S		
Regulamentos Internos e Externos	S		
Transações fora das condições de mercado	S		
Transações relevantes com entidades relacionadas	S		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	S		
Código de Ética	S		
Relatório e Contas	S		
Provedor do cliente			N.A.

S – Sim; N – Não; N.A. – Não aplicável

13. Informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público - estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no Relatório de Atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na referida portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Simtejo tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Simtejo durante o ano de 2011 foi desenvolvida com vista a assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior, e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos quadros seguintes a informação sintética requerida.

Quadro A - Montante global, do ano de 2013, discriminado por trimestres

Órgão	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Valor Global
Ambiente Magazine	-	-	-	500	500
Água e Ambiente	-	-	85	1.131	1.216
Construção Sustentável	-	4.000	-	-	4.000
Voz Ribatejana	-	-	-	350	350
Total	-	4.000	85	1.981	6.066

Nota: Os valores apresentados não incluem IVA

Quadro B – Ações, de entre as referidas no quadro A, com montante superior a 15.000 euros:

Não aplicável.

No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Simtejo cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM nº47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Simtejo divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta Empresa.

14. Cumprimento das instruções, despachos e legislação diversa

A Simtejo deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
			N.A.		Ver capítulo B.7
Gestão do Risco Financeiro	S			Autorização previa em A.G. para aumentar endividamento	Assembleias Gerais de 21 de Julho de 2011 e de 19 de Julho de 2012
Evolução do PMP a fornecedores		N		84 dias (59 dias no 2º semestre)	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")					
Recomendações do acionista na aprovação de contas			N.A.	Não aplicável	Não existiram
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	S			Não aplicável	-
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	S			ver infra	-
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	S			ver infra	-
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 28º e 29º da Lei 66-B/2012	S			ver infra	-
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da nº Lei 66-B/2012			N.A.	Não aplicável	-
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal , nos termos do art.º 28º e 29º da Lei 66-B/2012	S			ver infra	-
Proibição de valorização remuneratória, nos termos do artº 35 da Lei nº 66-B/2012	S			ver infra	-
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	S			Não aplicável	-
Reembolso de despesas de representação pessoal	S			Não aplicável	-
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	S				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S			I contrato	Submetida contratação para aquisição de serviços, recolha transporte e envio para destino final, de lamas de ETAR produzidas na Simtejo; Visto concedido.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			N.A.	Não aplicável	Ver capítulo A.14
Parque Automóvel	S			variação nula	Ver capítulo A.14
Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 62º, 63º e 64º da Lei nº 66-B/2012	S				
Redução de gastos operacionais			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Redução de gastos com comunicações e deslocações			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Nº de cargos dirigentes			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Limites ao endividamento (DL 133/2013)			N.A.		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the year 2013 and initials.

- A Simtejo por intermédio da AdP, SGPS, aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial.

- Objetivos de gestão (Despacho 155/2011, de 28 de Abril; DL 133/2013)

Não foram definidos objetivos para o exercício de 2013.

- Gestão do risco financeiro (Despacho 101/2009-SETF; Despacho 155/2011-MEF, de 28 de Abril)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

- Evolução do prazo médio de pagamento RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos

PMP (em dias)	2013				2012				Var. (%) 4ºT 2013/4ºT 2012
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Prazo médio de pagamento	90	93	84	84	46	61	64	75	-12%

A variação negativa do prazo médio de pagamento, face ao ano anterior, é reflexo das dificuldades de tesouraria que a Empresa passou no final de 2012 e primeiro semestre de 2013. Apenas no 2º semestre de 2013, com o recebimento das prestações de capital previstas nos acordos de pagamento celebrados com os Municípios e com o recebimento dos subsídios do Fundo de Coesão, a Simtejo conseguiu inverter a situação de agravamento do prazo médio de pagamento, que, nesse semestre foi de 59 dias.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio, apresentam-se os pagamentos em atraso à data de 31 de Dezembro de 2013 (em Euros):

Dívidas Vencidas	Até 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	329.561	791	302	4.712	14.052
Aquisição de Capital	70.303	0	0	0	1.096.436
Total	399.864	791	302	4.712	1.110.489

Com a exceção de alguns casos em que houve a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a Simtejo procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

- Determinações sobre remunerações
De acordo com o referido no quadro supra.

- Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público
De acordo com o referido no quadro supra.

- Compras; contratação pública; medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se porque os bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades profundamente específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. Estas particularidades encontram-se igualmente presentes no parque automóvel pois as viaturas operacionais obedecem a tipologias muito específicas adaptadas às atividades desenvolvidas, incluindo-se aqui, entre outras, veículos-oficina, camiões de transporte de resíduos, camiões de desobstrução de fossas, unidades móveis de desidratação de lamas. No caso da energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial), a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito

significativas, que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições, como o demonstram os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica.

- Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

No entanto, neutralizando alterações contabilísticas e considerando a atividade comparável desses anos, houve em 2013 uma significativa redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação a 2009 (menos 16,7%) e a 2010 (menos 10,4%), bem como uma estabilização em relação a 2012. E, com a mesma neutralização, considerando a atividade global da Simtejo, ou seja, apesar do acréscimo de atividade entretanto ocorrido, tanto em caudais como em nível de operação, designadamente com a nova ETAR de Alcântara e com a ETAR de Alverca, os FSE mantiveram-se a níveis próximos dos de 2012 (variação de 1,5%) e também de 2009 e 2010 (variações inferiores a 3,5%).

- Cumprimento da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e Despacho n.º 2424/13 – SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a *holding* a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela AdP SGPS, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, a qual foi concedida através do despacho n.º 2424/13, de 19 de Dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

- Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores. E da análise relativa aos excedentes de tesouraria.

No 2º semestre de 2013, e após essa análise do Tribunal de Contas, a Simtejo desreconheceu o proveito relativo aos juros vencidos nesse semestre decorrentes de aplicações de curto prazo na banca comercial.

- Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as Empresas que integram o Sector Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a Empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Simtejo cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. ✓ Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das suas políticas 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A divulgação da missão da Simtejo, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Simtejo elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e os objetivos fixados.
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Grupo AdP, e por consequência a Simtejo, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade. ✓ A estratégia de sustentabilidade da Simtejo encontra-se disponível no seu Relatório de Sustentabilidade e no sítio da Empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Grupo AdP, e por consequência, a Simtejo preconizou a diversidade, garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência. ✓ A Simtejo foi das primeiras Empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Simtejo cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela. ✓ Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida. ✓ A Simtejo elabora anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Toda a atividade do Grupo AdP e da Simtejo é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas. ✓ Neste contexto, a Simtejo adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

<ul style="list-style-type: none"> • Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Grupo AdP e a Simtejo apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas. ✓ A Simtejo possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação. ✓ A Simtejo tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva de desenvolvimento e valorização profissional.
<ul style="list-style-type: none"> • Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Simtejo respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A Simtejo divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da Empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> • Conduzir com integridade os negócios da Empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Grupo AdP e a Simtejo pautam a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas. ✓ O Código de Conduta e Ética da Simtejo expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para desenvolvimento sustentável consolidado. ✓ Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Simtejo, o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros. ✓ A Simtejo desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.
<ul style="list-style-type: none"> • Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Código de Conduta e Ética da Simtejo está disponível no sítio da Empresa na internet.

Handwritten signatures and date: 2013

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deter Órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da Empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em Empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo sector de atividade. 	Total	<p>✓ Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos Órgãos de administração e fiscalização da Simtejo está ajustada à complexidade da sua missão e alinhada com a estratégia definida para o Grupo Empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no sector em que se insere.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das Empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos Órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa. 	Total	<p>✓ O Modelo de Governo da Simtejo, em alinhamento com o definido para as Empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Assembleia Geral; • O Conselho de Administração; • O Conselho Fiscal; • O ROC. <p>✓ Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as Empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos Órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da Empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<p>✓ A auditoria anual às contas da Simtejo é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Conselho Fiscal e a Direção Administrativa e Financeira.</p> <p>✓ De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo são da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus Órgãos de fiscalização 	Total	<p>✓ Os membros dos Órgãos Sociais da Simtejo são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p> <p>✓ No entanto, por imposição legal e estatutária, o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da Empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela Empresa. 	Total	<p>✓ A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores das Empresas que integram o Grupo AdP.</p> <p>✓ A Simtejo está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades Empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacte.</p>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the year 2013 and various initials.

Remunerações e outros direitos		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As Empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos Órgãos sociais da Simtejo consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela Empresa. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos Órgãos sociais da Simtejo consta do Relatório e Contas anual e do sítio da Empresa na internet.

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>Os membros dos Órgãos sociais das Empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os membros do Conselho de Administração da Simtejo têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
<ul style="list-style-type: none"> No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos Órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na Empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse. 	Total	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Simtejo e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. ✓ Os membros do Conselho de Administração da Simtejo cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. ✓ Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas Empresas onde exercem funções.

16. Relatório dos Administradores não Executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2013.

2. Atividade

Nos termos da lei, e das competências que o estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanhamos a gestão da Empresa e o desempenho dos administradores executivos e da Comissão Executiva.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação dos administradores executivos que integram a Comissão Executiva de auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2014

Os Administradores não executivos



(Carlos Manuel Martins)
(Presidente do Conselho de Administração)



(José Fernando da Silva Ferreira)
(Vogal do Conselho de Administração)



(Ricardo Alexandre da Silva Bastos)
(Vogal do Conselho de Administração)



(José Esteves Ferreira)
(Vogal do Conselho de Administração)

V
A
JG
AB
MT
JB

B – ATIVIDADE DA EMPRESA



2013
Handwritten initials and marks in blue ink.

B - ATIVIDADE DA EMPRESA

1. Introdução

No âmbito da sua missão, a Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, procede à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais geradas nas áreas dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Vila Franca de Xira e algumas áreas limítrofes, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental, bem como a disponibilização das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

No cumprimento da sua missão, a Simtejo assume os seguintes princípios da Política da Qualidade, Ambiente e Segurança:

- A importância social da sua actividade é suportada por objectivos, metas e processos relevantes, claramente orientados para as necessidades de clientes, cidadãos, colaboradores e acionistas;
- A preocupação de organização, simplificação e optimização dos processos e recursos, através de uma gestão transversal, é o suporte da melhoria contínua do desempenho do Sistema de Gestão Integrado, com o objectivo de maior eficiência e qualidade, sempre com a preocupação de uma redução de custos;
- O desenvolvimento do conhecimento e a disponibilidade do pleno potencial de todos os colaboradores, ao nível do indivíduo e das equipas, é condição essencial ao desenvolvimento da Política e da eficácia dos processos;
- A avaliação periódica da satisfação e necessidades do Cliente, conjugada com a resposta adequada a áreas de melhoria identificadas, é um objectivo de todos;
- A actividade da Simtejo desenvolve-se de acordo com os requisitos e a legislação aplicável, com uma postura de aposta na prevenção, nomeadamente da poluição e dos acidentes.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança de 2012, em 2013 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento bem abaixo do ano anterior (1,9% vs 2,8%), suportado por uma procura privada sustentada, em oposição com a procura pública que apresenta uma contração em 2013. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos mas abaixo dos níveis elevados dos últimos anos. Ainda que a procura externa de bens produzidos por estas economias apresente valores relevantes, a fragilidade e pouca sustentabilidade da sua procura doméstica permanece como uma preocupação. Em 2014 e 2015 é expectável uma recuperação económica, sustentada pelas economias dos países desenvolvidos, no entanto as políticas monetárias manter-se-ão conservadoras face aos riscos e fragilidades ainda em vigor.

União Europeia

A atividade económica da União Europeia registou em 2013 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,4% (menos 0,7% em 2012). Espera-se que 2014 seja o ponto de inflexão no que à recuperação económica diz respeito. Esta inversão será atenuada nas economias mais vulneráveis e sob stress severo, em resultado de situações de dívida muito elevada (pública e privada) e políticas fiscais recessivas que mantêm os níveis de procura doméstica baixos. Pelo contrário, vislumbram-se crescimentos nas exportações que contribuem para alguma melhoria nas economias dos países da União Europeia.

A inflação esperada para a zona euro em 2013 deverá ficar abaixo do 1%. Embora dentro das expectativas, os níveis da inflação refletem níveis de preços em baixa, mesmo que pressionados pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

A taxa de desemprego mantém níveis elevados, apesar de consistentes com o ano anterior (12,0% em 2013, 11,9% em 2012). As taxas de desemprego mais baixas verificam-se na Áustria (4,9%), Alemanha (5,1%) e Luxemburgo (6,2%), e as mais altas na Grécia (27,8%) e Espanha (25,8%).

Em Novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25%, ou seja a mais baixa desde a criação do Euro. Esta medida pretende travar a queda de inflação e impulsionar a recuperação económica na zona euro.

Portugal

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado a tomada de decisões com impacto recessivo e com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental e no setor privado é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do setor bancário.

Em 2013, manteve-se o cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. A queda do PIB deverá rondar os 1,5%, que traduz uma melhoria face à queda de 3% em 2012. A dívida pública portuguesa corresponderá aproximadamente a 128,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O défice orçamental de 2013 terá ficado abaixo dos 5,5% do PIB acordados com a Troika.

A economia portuguesa terá crescido 1,3% durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior, Este desempenho interrompe 11 trimestres de crescimentos homólogos negativos e foi suportado pela recuperação da procura interna, incluindo o investimento, além de refletir um processo de consolidação orçamental em 2013 inferior ao previsto no início do ano.

A taxa de desemprego terá ficado, em termos médios, em 16,4%, com um valor de 15,3% no último trimestre do ano.

A situação económica em Portugal nos próximos tempos continuará a estar muito dependente das restrições orçamentais e de financiamento. Em 2014, Portugal depara-se com a incerteza associada à conclusão dos primeiros 3 anos do programa de ajustamento no final do primeiro semestre com consequências a nível da viabilidade do financiamento autónomo do Estado bem como a nível do custo desse financiamento. Persiste, ainda, a incerteza sobre a dimensão efetiva do ajustamento orçamental em 2014 e a do seu impacto no crescimento de curto prazo.

Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; Universidade Católica Portuguesa.

3. Enquadramento do Setor

O Grupo AdP continuou a prestar serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2013 num contexto de importantes restrições.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado datam de 2010, tendo registado importante desenvolvimento no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução dos gastos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

A atividade do Grupo AdP decorre ainda num contexto de expansão da sua atividade, ainda que menos pronunciada, através da entrada em funcionamento de mais infraestruturas. Tal encontra-se patente em todos os sistemas de modo a corresponder a uma agenda de exigências ambientais acrescidas.

Também a natureza de serviço público baseado em infraestruturas com elevadas exigências para assegurar níveis adequados de bem-estar das populações, saúde pública, desenvolvimento das atividades económicas e sustentabilidade ambiental, tornam mais exigente o cumprimento das metas estabelecidas.

O Grupo AdP tem correspondido ao esforço de cumprimento das diversas metas estabelecidas, adaptando diversos processos internos e com um importante empenho de todo o quadro de colaboradores.

Paralelamente, durante o ano de 2013, prosseguiu-se na implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante o Grupo AdP, enquanto ator predominante.

O Programa do Governo prevê como linhas orientadoras para a reestruturação:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;

- Autonomizar o subsector dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

No âmbito do mandato do Governo, o Grupo AdP deu continuidade aos trabalhos tendentes a promover a agregação territorial para o setor das águas, quer ao nível dos sistemas multimunicipais, quer no âmbito de parcerias públicas para os sistemas municipais.

No subsector dos resíduos foi assegurada toda a colaboração no processo de abertura ao setor privado que veio a culminar já no início de 2014 com a aprovação do modelo de privatização através da venda em bloco da posição da AdP SGPS na EGF — Empresa Geral de Fomento, através de um concurso público internacional.

A prossecução da reestruturação do setor tem sido concretizada em diversos diplomas legais e iniciativas legislativas, relativamente aos quais se destacam:

- A Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, procedeu à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, designada Lei da Delimitação de Setores, no sentido de viabilizar a operação de alienação de participações sociais a privados no setor da gestão dos resíduos urbanos, desaparecendo a regra da maioria pública nas entidades gestoras concessionárias no subsector dos resíduos;
- A revisão do regime jurídico da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados;
- Projetos para a agregação de vários sistemas multimunicipais existentes e das respetivas entidades gestoras, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, no âmbito dos quais se contempla, desde já, a criação de três novos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais existentes
- Criação de uma nova parceria pública e continuação das negociações para a celebração de parcerias públicas com Municípios integrados no âmbito de sistemas multimunicipais, mediante a delegação da exploração e gestão dos sistemas municipais agregados por parceria pública em empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais, procedendo, assim, a uma «integração» do serviço numa única entidade gestora;
- A adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos utilizadores municipais, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- O reforço dos poderes e independência do regulador setorial concretizado já no início de 2014.

Proseguiram em 2013 os trabalhos em torno da elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas (PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) e para os serviços de gestão de resíduos urbanos (PERSU 2020 - Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores, estando prevista a sua conclusão no início de 2014.

Estes planos desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, entretanto submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC) e que irá nortear a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

A atual fase de desenvolvimento do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, evidenciam uma mudança de paradigma, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos ex-ante e ex-post.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados

4. Regulação

Desde 1993, que foram adotadas soluções através de uma gestão empresarial liderada pela AdP e em parceria com os Municípios, em que se geram economias de escala que permitem a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis em Portugal e se prosseguem os objetivos de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e tratamento e valorização de resíduos urbanos, com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas.

As atividades que o Grupo AdP tem vindo maioritariamente a exercer constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

No ano em que se assinalam os 20 anos da criação da AdP, o Grupo agrega 31 empresas sujeitas a uma forte regulação no âmbito da sua atuação nos domínios do abastecimento de água para consumo público, do saneamento de águas residuais urbanas e do tratamento e valorização de resíduos urbanos em Portugal.

A Simtejo é concessionária da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais urbanas, estando abrangida pelos Decretos-Leis n.ºs 294/94, de 16 de novembro, 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, integrando-se no âmbito da atividade regulatória da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), definida pelo Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro. Adicionalmente, as atividades são desenvolvidas pela Simtejo, em estrito cumprimento da regulamentação em vigor, bem como das disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora e pelas orientações dos acionistas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e o âmbito de atuação da entidade reguladora foram reforçados e alargados no domínio dos serviços «em baixa» (prestados aos utilizadores finais), sendo também reforçadas a sua missão de regulação geral do setor, bem como os seus poderes de autoridade (regulamentação e sancionamento)

Neste contexto, em torno das iniciativas de densificação regulatória promovidas pela ERSAR e aplicáveis a algumas das empresas do Grupo AdP, salienta-se a Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária, quanto à formação de tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços público de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Esta recomendação foi complementada em 2010 com a emissão de uma recomendação (Recomendação IRAR n.º 2/2010 – Critérios de Cálculo), que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de gastos e elaboração dos tarifários através de critérios, coeficientes e regras de cálculo.

Com a emissão destas recomendações, complementada pelo reforço dos poderes da Entidade Reguladora do Setor, é expetativa do Grupo AdP que sejam criados tarifários mais eficientes que potenciem uma maior e mais adequada forma de recuperação dos encargos associados à provisão dos serviços em “baixa”, contribuindo para a maior sustentabilidade do setor e para a eliminação das significativas disparidades nos tarifários aos utilizadores finais (serviços em “baixa”) que ainda se verificam, como, por exemplo, a inexistência de tarifas de “baixa” para serviços de saneamento e resíduos urbanos em muitos Municípios já servidos por sistemas em “alta”.

A Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. É neste contexto que deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei 125/XII, em 10 de janeiro de 2013, tendo sido aprovados, em votação final global, já em janeiro de 2014, os novos Estatutos da ERSAR.

Na prossecução da reestruturação destes setores releva-se o regulamento tarifário dos serviços de gestão de resíduos urbanos, apreciado na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, em janeiro de 2014, e relativamente ao qual é expetável idêntico desenvolvimento para os serviços de águas.

O risco regulatório das entidades reguladas constitui uma preocupação central.

A implementação de alterações ao modelo de regulação económica em vigor constitui um importante desafio para a entidade reguladora e para as entidades gestoras. Na fase de desenvolvimento do setor em que as empresas do Grupo AdP se inserem e com a implementação das alterações ao modelo, este deve ser considerado como uma evolução natural do estágio de desenvolvimento do setor e nas iniciativas em curso associadas à sua reestruturação, sendo exigida uma maior atenção à gestão das infraestruturas e à eficiência produtiva.

De salientar que nem todos os sistemas multimunicipais de águas se encontram em fase de exploração plena, estando inclusive a terminar uma fase exigente em termos de investimentos em infraestruturas, pelo que a respetiva maturidade deve tomada em consideração.

Handwritten signatures and the year 2013.

O regime das parcerias e da sua regulação entre o Estado e as Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.º 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, do disposto.

Regulação económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação pelas Concessionárias ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu-se à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2013, iniciado em setembro de 2012, estendeu-se até 22 de fevereiro de 2013, sendo que, após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Simtejo, a tarifa foi aprovada pelo Concedente.

O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite uma mais adequada recuperação dos encargos de prestação dos serviços, num cenário de maior pressão sobre os meios financeiros disponíveis.

Em setembro de 2013, iniciou-se o ciclo orçamental para 2014, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2013.

As propostas de orçamento e projeto tarifário para 2013 e para 2014 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro.

De acordo com o modelo regulatório vigente, custo do serviço (cost plus) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora advenientes da exploração e gestão do sistema, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (superavit), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade e eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP para 2013 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no RC de 2013 consolidado do Grupo AdP.

Durante o ano de 2010 a Entidade Reguladora apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (défice e superavit) ou de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável. No entanto, até final de 2013, esta proposta não foi aprovada e implementada.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão e de parcerias públicas, exigem que não se adie por mais tempo o exposto reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

Com a futura publicação dos Decretos-Lei de criação dos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais e da celebração dos contratos de concessão encontra-se previsto o reconhecimento explícito e a recuperação dos desvios de recuperação dos gastos gerados anteriormente.

2013
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2013 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2011, referenciados a 31 de dezembro.

5. Análise Económica e Financeira

O exercício de 2013, principalmente no decorrer do 2º semestre, foi bastante beneficiado ao nível da tesouraria, mediante o recebimento das amortizações de capital previstas dos acordos de pagamento celebrados, em finais de 2012 e em maio de 2013. Para uma melhor situação de tesouraria face aos últimos tempos da Simtejo, contribuiu ainda o recebimento de fundos comunitários referente a duas candidaturas aprovadas em julho, no valor total de 26 milhões de euros.

Esta nova conjuntura ao nível da tesouraria teve impacto direto e significativo nos prazos médios de recebimentos e de pagamentos, verificando-se uma melhoria significativa da situação das dívidas a fornecedores assim como, uma redução da utilização das linhas de financiamento.

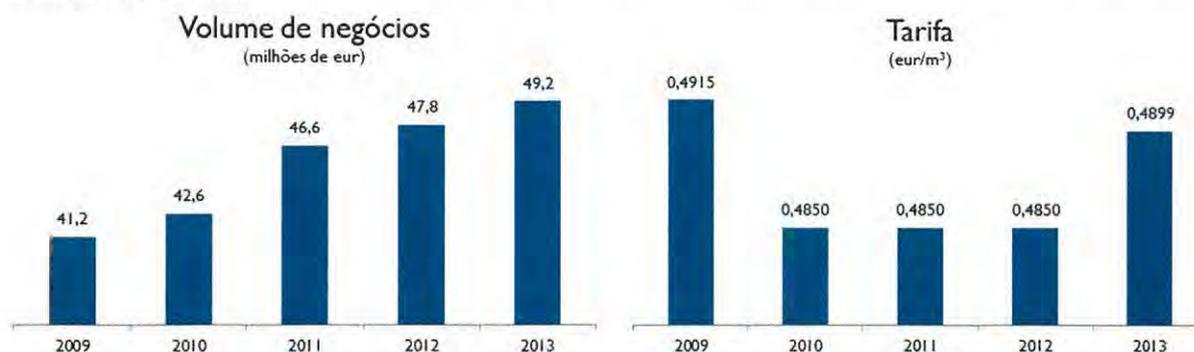
Em termos dos resultados antes de impostos é de salientar o efeito negativo da redução dos valores capitalizados de gastos financeiros, de pessoal e de fornecimentos e serviços externos. Esta situação é resultante de um menor volume de investimento realizado em 2013, que consequentemente originou uma diminuição nos resultados comparativamente a 2012 em cerca de 2 milhões de euros.

Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	31.12.2013	31.12.2012	Var. %	Var. Eur
Volume de negócios	49.237.741	47.810.816	3%	1.426.925
Custo das vendas/variação dos inventários	(1.940.411)	(2.478.870)	-22%	538.459
Fornecimentos e serviços externos	(13.491.891)	(12.264.833)	10%	(1.227.058)
Gastos com pessoal	(6.389.728)	(4.723.793)	35%	(1.665.935)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	(18.254.520)	(16.982.164)	7%	(1.272.356)
Subsídios ao investimento	1.597.051	1.121.353	42%	475.698
Outros (gastos e perdas) rendimentos e ganhos operacionais	(95.613)	(221.357)	-57%	125.744
Resultados operacionais	10.662.629	12.261.153	-13%	(1.598.524)
Gastos financeiros	(5.981.768)	(4.883.826)	22%	(1.097.942)
Rendimentos financeiros	3.512.027	3.795.232	-7%	(283.205)
Resultados financeiros	(2.469.741)	(1.088.594)	127%	(1.381.147)
Resultados antes de impostos	8.192.888	11.172.559	-27%	(2.979.671)
Imposto do exercício	(5.687.512)	(6.466.937)	-12%	779.425
Imposto diferido	2.731.581	4.218.761	-35%	(1.487.180)
Resultado líquido do exercício	5.236.957	8.924.383	-41%	(3.687.426)

Volume de negócios

O volume de negócios aumentou por via do aumento dos caudais mínimos (EVEF) e por via do aumento da tarifa, que não sofria qualquer aumento desde 2010.



Gastos operacionais

Gastos operacionais	31.12.2013	31.12.2012	Var. %	Var. Eur
Custo das vendas/variação dos inventários	1.940.411	2.478.870	-21,72%	(538.459)
Fornecimentos e serviços externos	13.491.891	12.264.833	10,00%	1.227.058
Gastos com pessoal	6.389.728	4.723.793	35,27%	1.665.935
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	18.254.520	16.982.164	7,49%	1.272.356
Outros gastos e perdas operacionais	542.901	534.994	1,48%	7.907
	40.619.450	36.984.654	9,83%	3.634.796

Os gastos operacionais aumentaram cerca de 9,85%, o que se traduz num aumento de aproximadamente 3.641 mil euros.

Os maiores aumentos, face ao ano anterior, nos gastos operacionais verificaram-se na rubricas de gastos com Amortizações, por utilização de maior taxa de depleção, e com gastos com o Pessoal.

O acréscimo verificado em Fornecimentos e Serviços Externos é, na sua grande maioria, aparente, já que se realizou uma alteração contabilística de que resultou a atribuição a FSE dos gastos com materiais destinados à Manutenção, com correspondente diminuição dos gastos com custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.

De facto, neutralizando essa alteração contabilística, considerando a atividade comparável desses anos, houve em 2013 uma significativa redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em relação a 2009 (menos 16,7%) e a 2010 (menos 10,4%), bem como uma estabilização em relação a 2012. E, com a mesma neutralização, considerando a atividade global da Simtejo, ou seja, apesar do acréscimo de atividade entretanto ocorrido, tanto em caudais como em nível de operação, designadamente com a nova ETAR de Alcântara e com a ETAR de Alverca, os FSE mantiveram-se a níveis próximos dos de 2012 (variação de 1,5%) e também de 2009 e 2010 (variações inferiores a 3,5%).

O aumento verificado nos gastos com Pessoal resulta fundamentalmente do facto de o Tribunal Constitucional ter declarado inconstitucional algumas das matérias previstas na Lei de Orçamento de Estado para 2012 e 2013, nomeadamente o não pagamento de subsidio de férias. Deste modo, o aumento dos gastos é explicado pelo subsidio de férias pago em 2013 mas respeitante a 2012, ou seja, tendo sido reconhecido em 2013 e não em 2012, como seria habitual, e pelo subsidio de férias de 2013, a pagar em 2014.

Resultados financeiros

Embora os gastos financeiros apresentem um aumento face a 2012, este aumento está influenciado pela diminuição dos Gastos financeiros capitalizados, sendo o impacte negativo em cerca de 1 milhão de euros. Assim, excluindo esse efeito nos gastos financeiros, estes apresentam um ligeiro aumento de 22 mil de euros face a 2012, que se explica pelo aumento dos "spreads" e comissões do suprimento da AdP SGPS.

Nos rendimentos financeiros, há a referir a diminuição do valor referente a débito de juros de mora aos clientes da Simtejo que apresentam saldos vencidos em dívida, sendo tal situação, explicada pela celebração dos acordos de pagamento que beneficiam de uma taxa de juro mais baixa face à taxa de juro da dívida comercial.

	31.12.2013	31.12.2012
Juros obtidos	557.703	571.523
Juros de mora	2.954.319	3.223.709
Correções relativas a exercícios anteriores	5	0
Total de rendimentos financeiros	3.512.022	3.795.232
	31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	5.126.475	4.735.598
Comissões bancárias	1.071.349	1.427.341
Outros gastos financeiros	13.645	26.035
	6.211.469	6.188.973
Gastos financeiros capitalizados	(229.701)	(1.305.148)
Total de gastos financeiros	5.981.768	4.883.826

Situação patrimonial

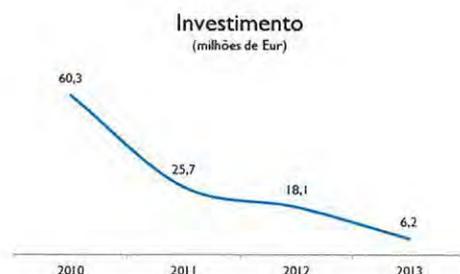
BALANÇO	31.12.2013	31.12.2012	Var. %	Var. Eur
Ativos intangíveis	271.001.373	273.657.100	-1%	(2.655.727)
Investimentos financeiros	7.864.911	6.870.161	14%	994.750
Impostos diferidos ativos	29.266.138	28.279.284	3%	986.854
Clientes	67.739.873	65.574.809	3%	2.165.064
Caixa e seus equivalentes	2.022.265	12.180.507	-83%	(10.158.242)
Outros ativos	3.519.330	4.703.949	-25%	(1.184.619)
Total do ativo	381.413.889	391.265.810	-3%	(9.851.921)
Empréstimos médio e longo prazo	152.868.485	171.470.293	-11%	(18.601.808)
Empréstimos curto prazo	6.846.303	10.559.123	-35%	(3.712.820)
Impostos diferidos passivos	15.360.865	17.105.593	-10%	(1.744.728)
Acréc. custos do investimento contratual	68.019.809	58.649.705	16%	9.370.104
Subsídios ao investimento	62.959.101	39.268.905	60%	23.690.196
Fornecedores	3.457.667	14.308.035	-76%	(10.850.368)
Outros passivos	4.077.240	13.050.391	-69%	(8.973.151)
Total do passivo	313.589.470	324.412.044	-3%	(10.822.574)
Total do capital próprio	67.824.419	66.853.766	1%	970.653
Total do passivo e do capital próprio	381.413.889	391.265.810	-3%	(9.851.921)

Ativos intangíveis

A variação negativa face ao ano anterior resulta do efeito das amortizações do exercício (8,2 milhões de euros) e da transferência de 0,7 mil euros da rubrica de acréscimos de custos do investimento contratual.

Investimento

O investimento do ano correspondeu a 6,2 milhões de euros. A desaceleração do ritmo do investimento, que já se iniciara em exercícios anteriores, resulta fundamentalmente das limitações de acesso ao crédito e das inerentes orientações de limitação de endividamento, acentuadas pelas dificuldades de tesouraria da Simtejo, só com evolução favorável recente.



Investimento financeiro

A variação dos investimentos financeiros resulta do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social previsto no Contrato de Concessão.

Clientes

As dívidas de clientes municipais a 31 de dezembro estavam assim discriminadas:

Dívidas de clientes municipais	vencido	não vencido	acordos	total
Lisboa	9.543.188	4.640.490	30.651.039	44.834.718
Loures	2.426.956	1.407.975	9.184.777	13.019.708
Odivelas	3.761.653	774.224	3.498.749	8.034.625
V.F. Xira		359.926		359.926
Mafra	495.590	327.617		823.207
Amadora		443.968		443.968
Oeiras		190.788		190.788
	16.227.388	8.144.988	43.334.565	67.706.941

Nas contas da Empresa estão classificadas como dívidas não correntes os montantes respeitantes a dívidas de Municípios referentes aos acordos de pagamento celebrados cujo pagamento se estende para além de dezembro de 2014, no montante de 68 milhões de euros.

Assim, a dívida dos Municípios de Lisboa e de Loures, os dois maiores clientes da Simtejo, bem como a do Município de Odivelas, dívidas que determinaram uma deterioração da situação financeira da Simtejo em 2012, foram objeto de acordos que permitem o seu pagamento em quatro anos e meio.

Em termos de dívida corrente, verifica-se uma melhoria significativa face ao ano anterior, menos 18 milhões de euros de dívida, o que decorre do permanente acompanhamento dos valores em dívida, dos contactos estabelecidos e dos planos de recuperação dos valores vencidos, que permitem à Simtejo ter a expectativa de poder reencontrar condições de estabilização financeira da Empresa.

Fornecedores

A diminuição da dívida de clientes assim como o recebimento de fundos comunitários tiveram impacto direto no aumento das disponibilidades, na diminuição das contas a pagar (fornecedores e outros credores) e no nível de financiamento bancário.

O prazo médio de recebimentos diminuiu de 373 para 124 dias, circunstância justificada não tanto pelo recebimento efetivo da dívida, mas pela celebração de acordos de pagamento de médio/longo prazo, cujo plano de pagamentos tem, aliás, sido cumprido.

O prazo médio de pagamentos passou de 75 para 84 dias. Parecendo um contrassenso, esta situação é explicada pelo facto de o prazo médio de pagamentos ser calculado trimestralmente e de apenas no 2º trimestre de 2013 se verificar uma significativa diminuição da dívida.

	2010	2011	2012	2013
Prazo médio de recebimentos -PMR	140	199	373	124
Prazo médio de pagamentos -PMP	44	37	75	84

Com ressalva de alguns casos em que houve a necessidade de estabilizar a relação contratual com empreiteiros, a Simtejo procurou evitar a projeção exterior ao Grupo da pendência de pagamentos por prazos superiores ao adequado.

Financiamentos (dívida financeira)

Em 2013, durante o segundo semestre, foram amortizados os suprimentos contratados com a AdP SGPS, no montante de 17 milhões de euros, assim como amortizadas linhas de financiamento de curto prazo junto da banca comercial no montante 3,7 milhões de euros.

Durante o ano de 2013, foram ainda amortizadas as prestações previstas do financiamento do Banco Europeu de Investimento no montante de 1,215 milhões de euros.

6. Atividade Operacional

6.1 Investimentos

6.1.1 Estudos e Projetos

Faz-se em seguida a discriminação dos estudos e projetos que durante o ano de 2013 estavam concluídos, em curso ou em concurso.

Subsistema de Alcântara

- Estudos e projetos para a frente de drenagem Algés - Alcântara, das infraestruturas desde o descarregador DI até à EE3 - D16, D17, D19A, D19B, D19C e D20 (concluído);
- Projeto de execução da remodelação do descarregador da Av. Infante Santo (concluído);
- Projeto de execução da remodelação do descarregador da rua Tenente Valadim (concluído);
- Projeto de execução de reparação do Caneiro - Parque Urbano da Quinta do José Pinto (concluído);
- Projeto de execução da duplicação do troço a jusante da canalização da ribeira da Falagueira (concluído);
- Projeto de execução do controlo de caudais pluviais – Alfragide (concluído);
- Estudos e projetos do sistema de drenagem da margem esquerda do caneiro de Alcântara (em curso);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores da margem direita do Caneiro de Alcântara (em curso);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores da Rua Maria Pia e Triste Feia (em curso);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores da Rua Vieira da Silva (em curso);
- Projeto de execução da remodelação dos descarregadores 17 e 17a de Alcântara (em curso).

Subsistema de Alverca

- Projeto de execução da reabilitação da estação elevatória da Quinta das Drogas (concluído);
- Auditoria ao desempenho hidráulico e energético da estação elevatória da Quinta das Drogas (concluído);
- Projeto de execução da reabilitação do sistema elevatório de Póvoa de Santa Iria - conduta elevatória (concluído);
- Projeto de execução da reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria - fase I (em curso);
- Projeto de execução da reabilitação da estação elevatória da Póvoa de Santa Iria (em concurso).

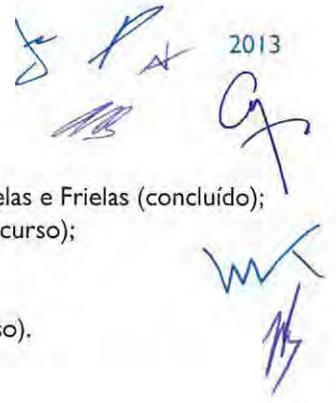
Subsistema de Beirolas

- Adaptação do projeto de beneficiação da ETAR de Beirolas (concluído);
- Projeto de execução do controlo caudais pluviais Moscavide (concluído);
- Projeto de execução do sistema de drenagem da bacia norte afluente à Estação Elevatória de Sacavém (em curso);
- Projeto de execução da reabilitação do Sistema de Espessamento de Lamas da ETAR de Beirolas (em curso);
- Projeto de execução da ligação de Unhos ao sistema de Frielas (em curso);
- Projeto de execução da reabilitação dos intercetores de Camarate e Apelação (em curso).

Subsistema de Chelas

- Projeto de execução da reativação da ligação da EE7 Calçada do Forte (concluído);
- Projeto de execução da reabilitação do Sistema de Espessamento de Lamas da ETAR de Chelas (concluído);
- Subsistema de Chelas - Intercetores e emissários - adaptação aos sistemas unitários (concluído);
- Projeto de execução do sistema de difusão de ar do tipo “bolha fina” para as ETAR de Chelas e Frielas (concluído).

2013



Subsistema de Frielas

- Projeto de execução do sistema de difusão de ar do tipo “bolha fina” para as ETAR de Chelas e Frielas (concluído);
- Elaboração do plano de controlo de caudais pluviais no subsistema de Frielas – Fase II (em curso);
- Adaptação do projeto de execução do emissário de Montemor (em curso);
- Projeto de reabilitação do coletor de Frielas (em curso);
- Projeto de execução da remodelação e otimização processual da ETAR de Frielas (em curso).

Subsistemas do Município de Mafra

- Projeto de execução da Estação Elevatória 2 de Alcainça (concluído);
- Projeto de execução da conduta elevatória da EE2 de Alcainça (concluído);
- Beneficiação da obra de entrada da ETAR da Malveira (concluído);
- Projeto de execução dos descarregadores do subsistema da Malveira (concluído);
- Projeto de beneficiação e ampliação do subsistema de Póvoa da Galega – fase I (concluído);
- Projeto de beneficiação e ampliação do subsistema de Póvoa da Galega - fase II (em curso);
- Beneficiação da ETAR da Póvoa da Galega (em curso);
- Projeto de execução da Estação Elevatória da Arrifana (em concurso).

Subsistema de Vila Franca de Xira

- Projeto de execução da EE do Bairro Atral-Cipan (em curso).

De âmbito geral

- Assessoria técnica e execução de serviços de arqueologia no âmbito do sistema de saneamento integrado dos Municípios do Tejo e Trancão (concluído);
- Implementação de atualizações no modelo do Estuário do Tejo, manutenção e exploração do sistema de modelação (concluído);
- Atualização do Modelo Hidrológico, Modelação da Microbiológica e Biogeoquímica da Bacia do Rio Trancão (concluído);
- Medição de caudal III-ETAR (em curso);
- Medição de caudal IV - restantes subsistemas (em curso);
- Prestação de serviços de execução de servidões (em curso);
- Prestação de serviços de levantamentos topográficos (em curso);
- Prestação de serviços de consultoria, assessoria técnica e prospeção geológica – geotécnica (em curso);
- Sistema de informação geográfica da SIMTEJO (em curso);
- Monitorização ambiental dos meios recetores da SIMTEJO (em curso);
- Desenvolvimento, implementação e teste da ferramenta de exploração do Modelo (em curso).

6.1.2 Empreitadas

Faz-se em seguida a discriminação das empreitadas que durante o ano de 2013 estavam concluídas, em curso ou em concurso.

Subsistema de Alcântara

- Construção da Conduta de Ligação de Água Reutilizável da EE3 e da EE Rocha de Conde de Óbidos (concluído);
- Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3.1 (concluído);
- Caneiro de Alcântara -Amadora-Obra 3.2 (concluído);
- Beneficiação de 2 vãos na portaria norte da ETAR de Alcântara (concluído);
- Fornecimento e montagem de aparelhos de ar condicionado em salas de QE da ETAR de Alcântara (concluído);
- Fornecimento e Montagem de dois Grupos eletrobomba para a EE2 do Intercetor Algés-Alcântara (concluído);
- Conceção/construção da adaptação e completamento da ETAR de Alcântara (em curso);

- Construção do emissário da Praça do Império e descarregadores e infraestruturas associadas das bacias de drenagem D3 a D9 (em curso);
- Reparação do Caneiro de Alcântara - Braço de Sete Rios/Twin Towers (em curso);
- Fornecimento e montagem dos Grupos de Emergência da EE1 e EE2 de Alcântara e da EE9 da Ericeira (em curso);
- Fornecimento e montagem de sistema de aproveitamento de água subterrânea dos furos de captação para o reservatório da água de rega da ETAR de Alcântara (em curso);
- Benfeitorias nos sistemas elevatórios de Alcântara – fase I (em concurso);
- Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira (em concurso);
- Beneficiação do sistema de desinfecção por UV da ETAR de Alcântara (em concurso);
- Reparação da Comporta Mural e Respetivo Sistema de Comando da Estação Elevatória das Agências (em concurso);
- Controlo de caudais pluviais – Alfragide (em concurso);
- Remodelação do descarregador da Av. Infante Santo (Dcs 5/6) (em concurso).

Subsistema de Alverca

- Transferência do Posto de transformação da EE da Verdelha para a EE de Avieiros (concluído);
- Instalação de novo quadro elétrico na EE da Quinta das Drogas (concluído);
- Abastecimento de Água Residual Tratada à Estação Elevatória da Icesa (concluída);
- Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria-Conduto elevatória (em curso);
- Centro de supervisão da ETAR de Alverca (em curso);
- Telegestão dos sistemas elevatórios de Alverca (em curso);
- Selagem do furo FR I da ETAR de Alverca (em concurso);
- Beneficiação da EE da Quinta das Drogas (em concurso).

Subsistema de Beirolas

- Fornecimento e Montagem de Grelha Mecânica para a ETAR de Beirolas (em curso);
- Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Beirolas (em concurso).

Subsistema de Chelas

- Reparação de coberturas na ETAR de Chelas (em curso);
- Adaptação dos intercetores e emissários do subsistema de Chelas aos sistemas unitários-Fase I (em concurso);
- Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Chelas (em concurso);
- Instalação de novos quadros elétricos nas EE9 e EE1 I de Chelas (em concurso);
- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo “bolha fina” para as ETAR de Chelas e Frielas (em concurso).

Subsistema de Frielas

- Confinamento e desodorização do tanque de equalização da ETAR de Frielas (concluído);
- Execução de fundações do silo de cal da ETAR de Frielas (concluído);
- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo “bolha fina” para tanque de arejamento da ETAR de Frielas (concluído);
- Fornecimento e montagem de escadas para os digestores e de tampas para a galeria das tubagens de reagentes da ETAR de Frielas (concluído);
- Implementação de um sistema de medição de energia em 17 consumidores da ETAR de Frielas (concluído);
- Compartimentação no Tanque de Equalização da ETAR de Frielas (concluído);
- Intercetor de Lousa-Reparação do Pavimento da EN8 em Ponte de Lousa (concluído);
- Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas (em curso);
- Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes (em curso);
- Sistema de doseamento de cal para as lamas desidratadas da ETAR de Frielas (em curso);
- Conversão global do reator biológico 6 da ETAR de Frielas em reator Nereda TM (em curso);
- Fornecimento e Montagem de agitadores para o tanque de equalização da ETAR de Frielas (em curso);

- Remodelação do sistema de alarmes das EE's da Ericeira e disponibilização para o Aquasafe dos dados das ETAR de S.J. da Talha e de Mafra e das EE's de Frielas (em curso);
- Controlo de Caudais Pluviais no Subsistema de Frielas-Fase I (em concurso);
- Fornecimento e montagem de sistema de difusão de ar do tipo "bolha fina" para as ETAR de Chelas e Frielas (em concurso);
- Adaptação Estrutural do Tanque e Tubagens de Ligação aos Circuitos Hidráulicos Existentes no Reator Biológico 6 da ETAR de Frielas - Construção Civil (em concurso).

Subsistema de S. João da Talha

- Remodelação da iluminação exterior da ETAR de S. João da Talha (em curso);
- Grupo de cogeração de S. João da Talha (em concurso).

Subsistemas do Município de Mafra

- Construção da ETAR da Foz do Lizandro (posse administrativa);
- Execução das serralharias da ETAR da Foz do Lizandro (concluído);
- Construção da Estação Elevatória de Valbom-construção civil (concluído);
- Construção da Estação Elevatória de Valbom – equipamento eletromecânico e instalações elétricas (concluído);
- Fornecimento, montagem e colocação em serviço de um novo quadro elétrico para a EE2 da Ericeira (concluído);
- Acabamentos de Construção Civil na ETAR da Foz do Lizandro (em curso);
- Execução da estação elevatória da Carvoeira -fase I (em curso);
- Remodelação da supervisão da ETAR da Malveira (em curso);
- Beneficiação e ampliação dos subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação (em curso);
- Fornecimento e montagem dos Grupos de emergência da EE1 e EE2 de Alcântara e da EE9 da Ericeira (em curso);
- Equipamentos e instalações elétricas da ETAR da Foz do Lizandro (em concurso);
- Ampliação e beneficiação do subsistema da Póvoa da Galega - Fase I -descarregadores de tempestade (em concurso);
- Beneficiação dos descarregadores da Malveira (em concurso);
- Beneficiação da obra de entrada da ETAR da Malveira (em concurso);
- Construção da Estação Elevatória 2 de Alcaínça (em concurso);
- Construção da conduta elevatória da Estação Elevatória 2 de Alcaínça (em concurso).

SIMTEJO (Geral)

- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da Simtejo 2011/2012 (concluído);
- Remodelação do sistema de alarmes do subsistema da Ericeira (concluído);
- Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da Simtejo – 2013/2014 (em curso);
- Beneficiação da segurança nas instalações dos subsistemas de Alverca, Vila Franca de Xira, Mafra, Beirilas e Chelas (em concurso);
- Reparações e pequenas intervenções em tubagens de sistemas interceptores - 2014/2015 (em concurso);
- Reparações e pequenas intervenções de construção civil em ETAR e Estações Elevatórias - 2014/2015 (em concurso).

6.2 Exploração

6.2.1 Análise Global e por Subsistema

Em termos globais, os resultados de serviços de exploração prestados pela Simtejo durante o ano de 2013 foram positivos, tendo-se tratado durante o ano um volume global de perto de 123 milhões de metros cúbicos de águas residuais, o que configura novo máximo para a empresa.

Durante o ano de 2013 entrou em serviço um novo sistema elevatório no subsistema de Vila Franca de Xira, que inclui a estação elevatória de Quintas e cerca de 1,8 km de conduta e emissário, passando o global de infraestruturas da Simtejo, no final de 2013, a ser de 29 ETAR, 78 estações elevatórias e 276,7 quilómetros de intercetores e condutas elevatórias.

A melhoria da fiabilidade das infraestruturas continuou a ser uma das prioridades da atividade da Empresa, tendo-se desenvolvido para o efeito várias ações de correção e de beneficiação. Ao nível da operação dos sistemas, o desempenho do processo de tratamento mereceu especial atenção, sendo a ocorrência de descargas industriais indevidas a principal condicionante, particularmente no subsistema de São João da Talha, onde se registou um agravamento da qualidade dos efluentes das indústrias, tendo como efeito, em termos quantitativos e qualitativos, a afluência de caudais com características incompatíveis com a capacidade da ETAR e com valores de concentração superiores aos regulamentos em vigor.

O trabalho realizado com a Valorsul destinado a melhorar a qualidade das águas residuais pré tratadas provenientes do aterro sanitário de Mato da Cruz, com o objetivo de as tornar compatíveis com o tratamento biológico existente na ETAR de Alverca do Ribatejo, teve resultados positivos, possibilitando um funcionamento de forma mais estável dos órgãos de tratamento dessa ETAR.

A aplicação do Plano Geral de Eficiência Energética continuou em curso, tendo-se conseguido resultados positivos a nível de consumos e de custos de energia.

Subsistema de Alcântara

A ETAR de Alcântara funcionou de forma satisfatória não obstante a fase final da Empreitada de Conceção/Construção e Completamento da ETAR de Alcântara, com a realização de afinações, testes e ensaios, ainda se encontrar a decorrer.

A ETAR obteve resultados de tratamento globalmente adequados, pese embora não ter funcionado em pleno, uma vez que a linha de tempo húmido apenas ficou totalmente operacional no final do ano. Como se referiu, continuou a decorrer a fase experimental de arranque, com a realização de ensaios de desempenho processual da instalação que se prolongarão ainda no primeiro trimestre de 2014.

O sistema de ventilação e de desodorização da ETAR foi reforçado pelo consórcio empreiteiro com mais 34% de ar captado e tratado, estando a fase de arranque e os respetivos testes a decorrer.

Subsistema de Alverca

O subsistema de Alverca funcionou em de 2013 de modo estável, com um adequado funcionamento das novas infraestruturas da zona Sul do subsistema, que integram as novas estações elevatórias da Icesa e dos Avieiros. O desempenho da ETAR foi regular e positivo, dando uma boa resposta ao aumento previsto dos caudais afluentes.

Este acréscimo do volume anual de águas residuais tratadas resultou de o ano de 2013 ter sido o primeiro ano em que as infraestruturas da zona Sul funcionaram um ano completo.

Prosseguiram as diligências, em colaboração com os SMAS de Vila Franca de Xira, no sentido de se sistematizarem procedimentos e de se conhecerem as descargas de águas residuais industriais que, em algumas situações, podem afetar negativamente o tratamento biológico da ETAR. De salientar, como atrás já se referiu, o trabalho realizado juntamente com a Valorsul destinado a melhorar a tratabilidade das águas residuais provenientes do aterro sanitário de Mato da Cruz.

Subsistema de Beirolas

O subsistema de Beirolas teve um bom desempenho, proporcionando um efluente final de excelente qualidade. O funcionamento dos sistemas decorreu de forma normal sem registo de ocorrências negativas.

Subsistema de Chelas

O subsistema de Chelas teve um bom desempenho, proporcionando um efluente final de excelente qualidade. O funcionamento dos sistemas decorreu de forma normal sem registo de ocorrências especiais.

Subsistema de Frielas

A ETAR de Frielas funcionou de forma regular, com um bom desempenho.

Procedeu-se à substituição completa do sistema de desinfeção por ultra-violetas da ETAR, motivo pelo qual durante grande parte do ano não foi possível assegurar uma desinfeção consistente do efluente final. A nova instalação de desinfeção arrancou, em testes, no mês de outubro, tendo a fase de testes e arranque decorrido até final do ano.

Em 2013 foi concluído, com sucesso, o ensaio piloto do tratamento Nereda™, tendo-se entrado numa nova fase, com a conversão em curso de um dos seis reatores biológicos naquela tecnologia, o que permitirá, no segundo semestre de 2014, melhorar o desempenho da instalação, com menores consumos de energia elétrica e melhor desempenho a nível processual.

Em 2013 concretizou-se, ainda, a cobertura do tanque de equalização, intervenção indispensável para a melhoria do impacto negativo da instalação em termos de odores.

Subsistema de Bucelas

A ETAR de Bucelas caracteriza-se pela sua fiabilidade e estabilidade processual e qualidade da água tratada, que se mantiveram durante o ano de 2013.

Subsistema de São João da Talha

O Subsistema de São João da Talha funcionou com algumas dificuldades pontuais, influenciado negativamente pelas características inadequadas das águas residuais industriais afluentes ao sistema, o que inverteu a tendência positiva que se tinha verificado em 2012, como resultado do trabalho conjunto de sensibilização da Simtejo com os SMAS de Loures, entidade gestora das redes de drenagem em baixa, junto das unidades industriais no sentido de estas manterem as descargas dentro dos limites previstos no regulamento de águas residuais industriais do Município.

Subsistema de Vila Franca de Xira

No subsistema de Vila Franca de Xira, é de dar destaque ao desempenho do tratamento na ETAR de Vila Franca de Xira, com índices de qualidade muito bons, garantindo o cumprimento sistemático dos parâmetros da licença de descarga.

No ano de 2013 o subsistema foi complementado com a entrada em serviço do sistema elevatório de Quintas, que serve pequena localidade do Município.

A ETAR continuou a produzir eletricidade a partir do biogás da digestão anaeróbia, sendo esta eletricidade vendida à rede pública em regime de minigeração; os valores produzidos e vendidos aproximam-se do máximo permitido, ou seja, 50% da energia consumida na ETAR e adquirida pela instalação à rede elétrica exterior.

Pequenos Subsistemas Município de Vila Franca de Xira

Os pequenos subsistemas do Centro Operacional de Vila Franca de Xira funcionaram em regime contínuo, com excelentes resultados de tratamento.

Subsistemas do Município de Mafra

As 16 ETAR geridas pela Simtejo no Município de Mafra tiveram um funcionamento global satisfatório, continuando contudo a registar-se ocorrências de descargas de águas residuais industriais indevidas, com interferências nos desempenhos das ETAR do Barril, do Milharado, de Lagoa, da Encarnação e da Póvoa da Galega.

Reforçaram-se durante o ano de 2012, dentro das competências atribuídas pela Câmara Municipal de Mafra à Simtejo, os contactos junto das indústrias de forma a dar sistematização ao programa de controlo das águas residuais industriais do Município, tendo sido realizadas campanhas de monitorização em vários pontos.

2013

[Handwritten signatures]

6.2.1 Aspetos específicos

Caudais

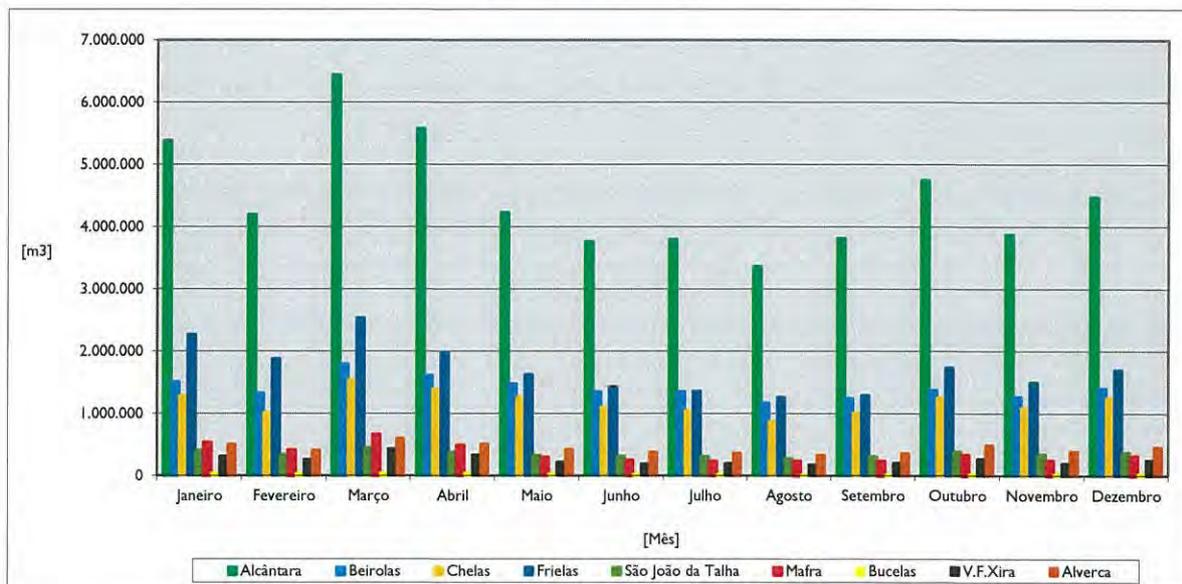
A Simtejo tratou nas suas instalações, no ano de 2013, 122.891.221 m³ de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 336.688 m³ e representa um aumento de 10% face a 2012. Tratando-se de um ano com precipitação superior à do ano anterior, o aumento de caudal ocorreu em todas as instalações, sendo de destacar, em volume, o aumento registado em Alverca devido, não apenas à precipitação, mas também à entrada em serviço de novas infraestruturas (em finais de 2012, com efeitos ao longo de todo o ano de 2013). No caso das ETAR da Quinta de Coutada e de Cachoeiras houve também registos de caudais superiores ao ano anterior, eventualmente como consequência da instalação de novo sistema de medição mais adequado aos caudais diminutos que aí afluem.

Caudais Afluentes (m³)

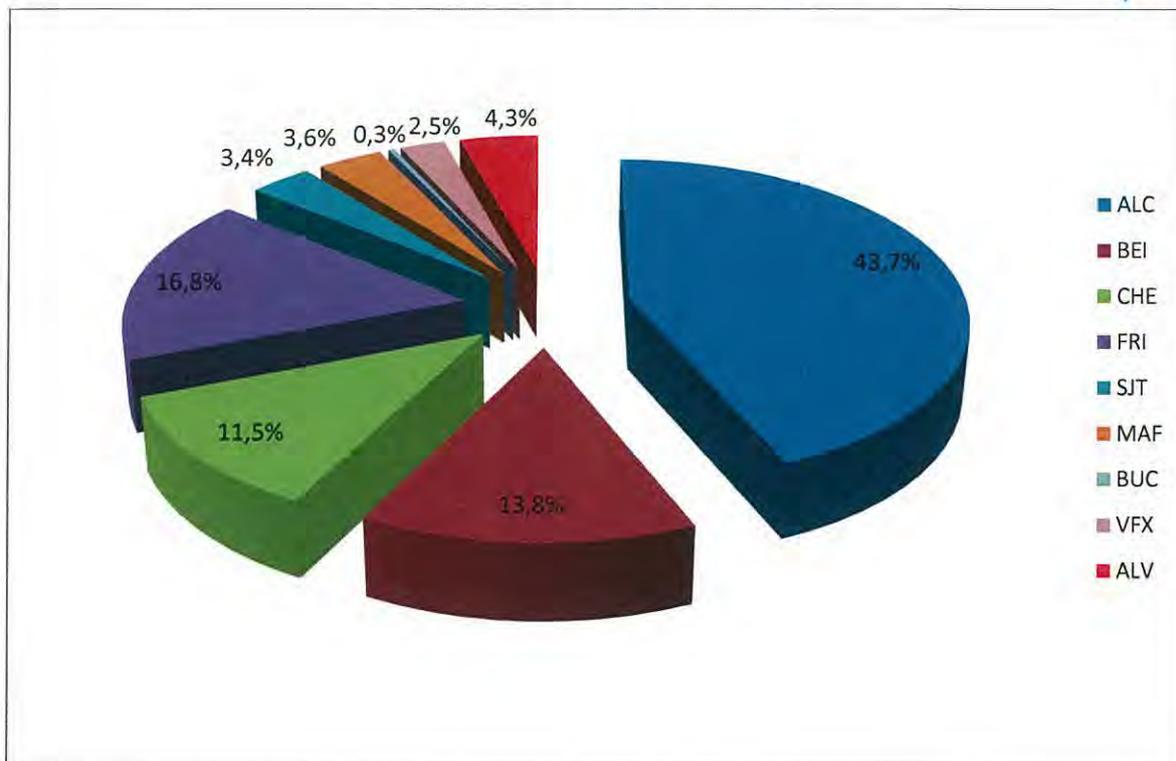
[m ³]	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. da Talha	Mafra(1)	Bucelas	V.F. Xira(2)	Alverca	TOTAL
janeiro	5.389.800	1.521.260	1.286.496	2.272.484	404.487	542.350	44.626	314.470	514.210	12.290.183
fevereiro	4.199.699	1.335.560	1.018.023	1.887.844	339.386	425.631	40.853	260.079	413.759	9.920.834
março	6.443.600	1.804.350	1.550.735	2.537.996	450.821	672.688	48.442	431.304	613.253	14.553.189
abril	5.583.999	1.617.820	1.400.971	1.989.415	375.061	496.890	45.631	331.855	515.991	12.357.633
maio	4.230.947	1.484.030	1.268.538	1.632.954	329.391	303.086	35.410	216.983	430.464	9.931.803
junho	3.762.981	1.351.640	1.099.191	1.435.225	311.174	262.198	33.103	189.694	383.241	8.828.447
julho	3.799.538	1.359.760	1.049.653	1.361.831	314.312	247.502	29.013	197.825	374.494	8.733.928
agosto	3.366.235	1.173.750	875.085	1.268.113	273.952	252.235	25.599	179.262	344.964	7.759.195
setembro	3.818.235	1.248.710	1.012.138	1.296.821	310.111	249.943	26.288	204.595	373.446	8.540.287
outubro	4.759.514	1.391.790	1.267.195	1.746.046	387.370	350.374	32.856	273.163	496.303	10.704.611
novembro	3.874.410	1.271.210	1.092.713	1.501.696	341.292	257.417	27.295	201.169	400.228	8.967.430
dezembro	4.479.083	1.411.190	1.256.815	1.703.730	373.233	327.906	36.904	248.752	466.068	10.303.681
TOTAL	53.708.041	16.971.070	14.177.553	20.634.155	4.210.590	4.388.220	426.020	3.049.151	5.326.421	122.891.221

- (1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra
 (2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira com exceção do Subsistema de Alverca

Caudais Afluentes (m³)



Repartição de Caudais por Subsistema



Remoção de Areias e Gradados

No ano de 2013 foram removidas das águas residuais tratadas 2.856,5 toneladas de areias e 1.951,5 toneladas de gradados e gorduras, correspondendo, respetivamente, a variações de +5,9% e -13,3% face ao ano anterior. Em termos de areias, e no que diz respeito aos subsistemas com maiores produções em termos absolutos, ocorreram diminuições significativas em Beirolas (-32,9%), tendo ocorrido aumentos importantes em Alverca (+59,7%), Chelas (+20%), São João da Talha (+61,5%) e Alcântara (+4,3%); os subsistemas do Município de Mafra tiveram um aumento global de 6,5%. No que diz respeito aos gradados, e também no que diz respeito aos subsistemas com maiores produções em termos absolutos, registaram-se diminuições generalizadas em todos os locais com exceção de Alverca (+65,1%). São de destacar as reduções em Alcântara (-24,1%), São João da Talha (-29,8%), Beirolas (-27,5%), Frielas (-8,5%) e Chelas (-8,3%). Em termos de remoção específica de areias, verifica-se que a ETAR de Vila Franca de Xira é a que apresenta valores superiores. Na remoção específica de gradados, o valor mais alto continuou a ser registado na ETAR de Bucelas.

Quadro 3 – Remoção de resíduos (kg/m³)

[kg/m ³]	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Bucelas	Mafra(1)	Vila Franca Xira(2)	Alverca
Remoção específica de Areias	0,026	0,012	0,025	0,025	0,026	0,000	0,018	0,027	0,020
Remoção específica de Gradados	0,013	0,017	0,014	0,016	0,017	0,065	0,020	0,027	0,037

- (1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra
 (2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira, exceto o subsistema de Alverca

Remoção de lamas

A produção de lamas atingiu em 2013 as 87.836 toneladas, o que representa um aumento de 3,8% face aos valores de 2012, mantendo-se Alcântara como o principal produtor com 50,7% do total, seguido de Frielas com 11,8%. O maior aumento, com expressão não só percentual mas também em peso, ocorreu, como era de esperar, em Alverca (+56,3%) resultado do aumento de atividade na ETAR. Nas ETAR de maior dimensão, é de destacar o aumento de produção de cerca de 9% em Alcântara e de

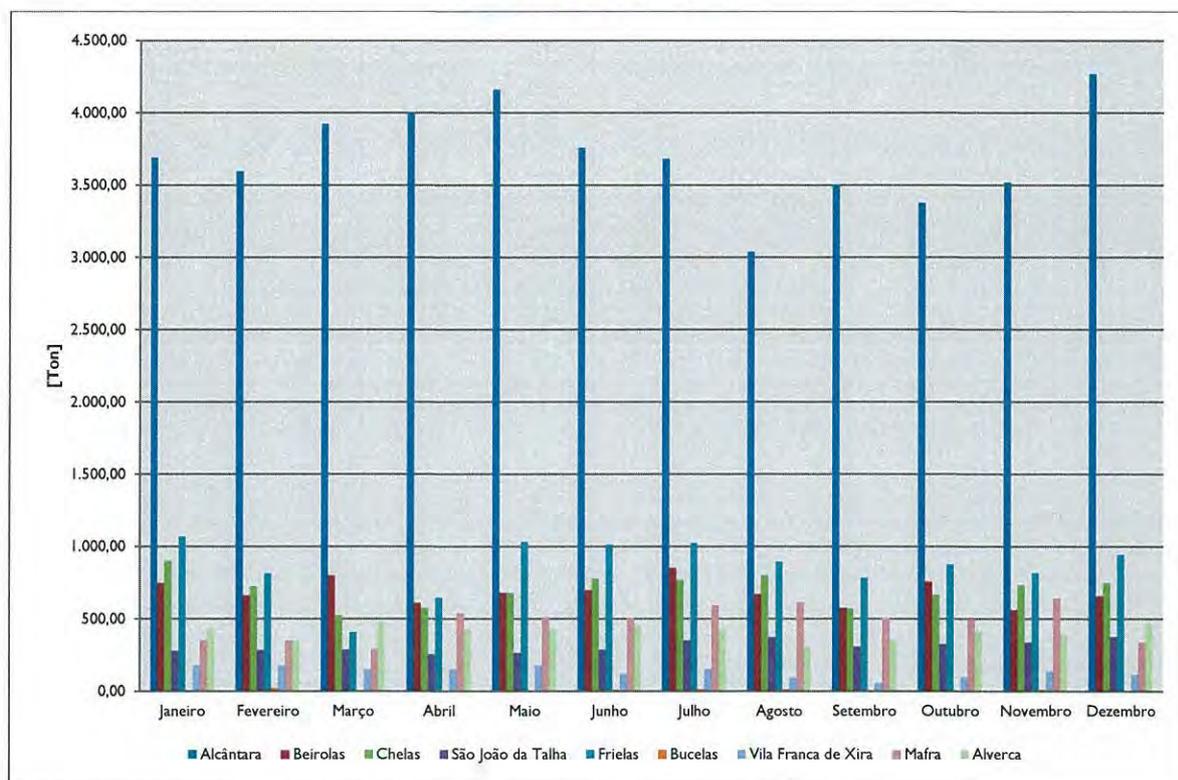
8% em Chelas, devido ao maior volume de águas residuais tratadas, bem como as reduções de 14% em Beirolas e 10% em Frielas, fundamentalmente devido a um melhor funcionamento da digestão anaeróbia das lamas.

Quadro 4 – Remoção de Lamas

[Ton]	Alcântara	Beirolas	Chelas	São João da Talha	Frielas	Bucelas	Vila Franca de Xira(1)	Mafra(2)	Alverca	TOTAL
janeiro	3.692,12	749,42	901,28	281,98	1.071,30	5,97	180,00	353,36	430,10	7.665,5
fevereiro	3.597,46	665,64	727,66	285,22	814,38	23,88	180,00	353,91	353,48	7.001,6
março	3.925,06	802,44	526,51	288,80	409,41	5,97	150,00	293,13	484,74	6.886,1
abril	4.006,56	613,10	577,30	257,26	647,15	0,00	150,00	540,04	429,78	7.221,2
maio	4.161,50	682,77	679,78	265,28	1.032,74	0,00	180,00	511,26	430,56	7.943,9
junho	3.758,88	700,36	777,86	287,68	1.012,40	11,94	120,00	509,14	456,32	7.634,6
julho	3.683,68	853,38	769,10	352,18	1.023,54	17,91	152,82	593,46	423,06	7.869,1
agosto	3.038,96	674,48	800,60	375,12	895,34	17,91	92,58	617,48	307,58	6.820,0
setembro	3.506,16	578,66	572,12	310,86	784,46	5,97	58,06	504,76	360,16	6.681,2
outubro	3.378,42	761,83	667,82	330,04	877,70	5,97	96,12	496,87	421,24	7.036,0
novembro	3.519,09	565,20	732,88	339,42	817,02	11,94	133,56	645,79	384,12	7.149,0
dezembro	4.271,48	659,40	748,36	377,84	943,22	0,00	115,72	341,63	470,50	7.928,1
TOTAL	44.539,4	8.306,7	8.481,3	3.751,7	10.328,7	107,5	1.608,9	5.760,8	4.951,6	87.836,4

- (1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca
 (2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

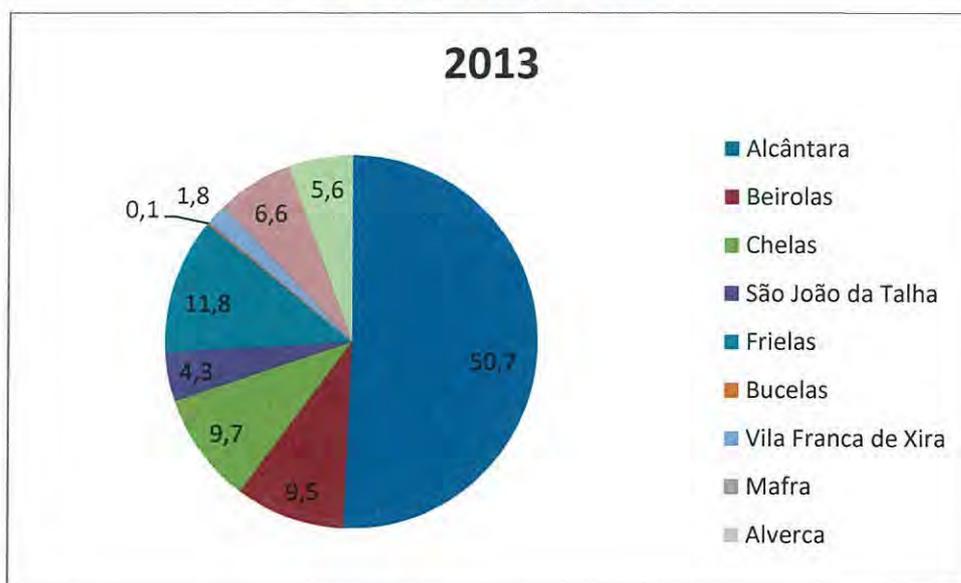
Remoção de Lamas (Ton)



2013

[Handwritten signatures and initials]

Repartição da Produção de Lamas



Energia

Em 2013 consumiram-se cerca de 55 milhões de kWh, o que traduz num aumento de 0,1% face a 2012. A esta redução de consumo correspondeu, a uma redução de 4,6% do custo. Nos sistemas com maiores consumos, verificou-se apenas um aumento significativo de energia no subsistema de Alverca (+34%), resultante do aumento importante da atividade. Pese embora o maior volume tratado de águas residuais houve reduções relevantes de energia em Alcântara (-4,3%) e Frielas (-2,4%); Beirolas e Chelas, onde algumas medidas de eficiência energética já tinham sido tomadas em anos anteriores, acabaram por ter ligeiros aumentos entre 1 e 2%, devido ao maior caudal recolhido e tratado. É de destacar o baixo custo específico do kWh em Vila Franca de Xira, fruto da receita originada pela venda de energia em regime de minigeração.

Energia Consumida (kWh)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. Talha	Mafra (1)	Bucelas	V. F. Xira (2)	Alverca	TOTAL
janeiro	1.939.811	506.365	477.956	822.683	274.625	333.790	24.024	149.704	317.674	4.846.632
fevereiro	1.689.171	449.966	439.611	739.424	239.679	257.825	23.357	131.460	275.395	4.245.888
março	2.060.389	519.615	473.384	757.904	272.237	344.539	25.654	160.990	324.599	4.939.311
abril	1.922.522	471.738	474.978	726.560	265.361	292.979	25.144	143.681	291.976	4.614.939
maio	1.725.713	506.549	498.676	746.886	277.212	276.065	23.447	136.234	287.520	4.478.302
junho	1.769.481	519.723	485.305	745.997	271.325	258.816	24.576	129.079	277.495	4.481.797
julho	1.761.876	535.166	497.664	890.469	285.599	279.954	23.646	127.363	277.281	4.679.017
agosto	1.668.480	486.649	471.539	820.646	282.663	288.065	22.840	128.714	279.051	4.448.647
setembro	1.666.473	494.425	482.969	860.099	279.242	268.063	23.509	127.932	281.810	4.484.522
outubro	1.767.996	504.885	481.063	793.975	276.627	296.536	22.832	144.772	297.159	4.585.845
novembro	1.758.688	479.773	465.575	833.634	267.265	262.450	22.691	138.658	283.932	4.512.666
dezembro	1.765.367	472.098	515.495	959.733	272.880	280.985	26.598	144.615	305.330	4.743.101
TOTAL	21.495.967	5.946.952	5.764.215	9.698.010	3.264.715	3.440.067	288.318	1.663.202	3.499.222	55.060.667
kWh/m ³	0,400	0,350	0,407	0,470	0,775	0,784	0,677	0,545	0,657	0,448

Energia Consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Elétrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, S. J. da Talha e V. F. de Xira)

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca

2013
Handwritten signatures and initials

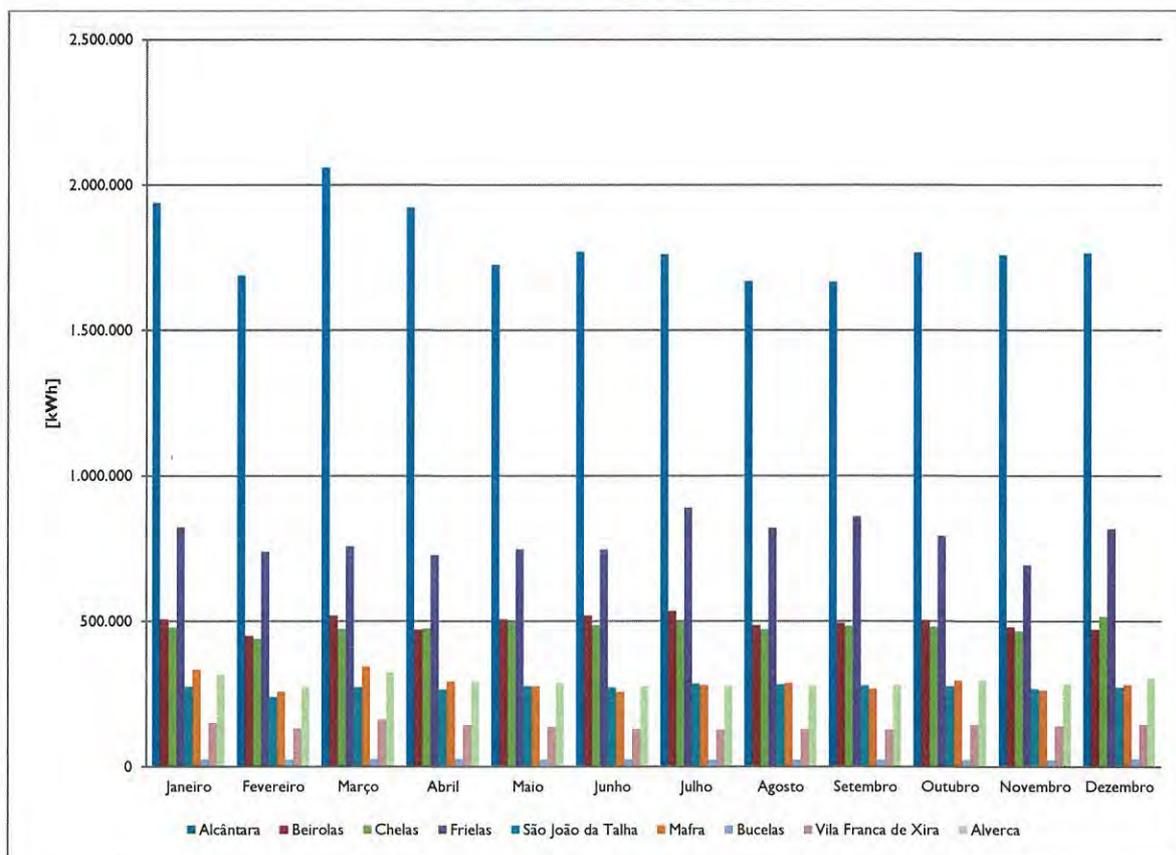
Costo da Energia Consumida (euro)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. Talha	Mafra(1)	Bucelas	V. F. Xira(2)	Alverca	TOTAL
janeiro	200.667,42	38.595,20	40.837,19	69.893,06	21.879,21	41.021,31	2.438,74	9.766,57	33.092	458.191,13
fevereiro	178.430,19	34.356,92	33.994,30	65.682,73	16.178,99	32.989,05	2.396,39	8.880,47	29.346	402.255,22
março	210.282,73	40.938,20	37.712,12	69.976,60	16.755,75	42.429,74	2.553,00	11.314,97	33.550	465.512,64
abril	200.141,78	37.906,05	40.866,85	53.073,29	18.598,00	37.453,23	2.590,86	9.915,12	30.632	431.176,77
maio	180.159,58	36.587,87	43.307,66	54.730,69	18.387,70	34.730,33	2.410,14	9.114,18	29.629	409.056,72
junho	185.845,39	41.373,48	41.039,54	48.533,96	19.348,04	33.159,74	2.559,52	8.402,92	28.850	409.112,83
julho	185.974,08	39.839,28	40.930,95	65.040,54	21.547,30	35.504,93	2.428,03	8.085,74	29.097	428.448,07
agosto	172.290,66	36.758,61	38.185,55	63.110,45	20.108,06	36.455,04	2.371,81	10.232,75	28.826	408.338,80
setembro	176.464,56	37.950,98	41.225,04	71.004,98	23.045,73	33.773,26	2.469,55	9.943,37	29.604	425.481,02
outubro	182.887,42	38.589,20	37.846,25	62.824,45	19.661,18	36.378,83	2.354,88	10.110,61	31.458	422.110,70
novembro	166.491,77	28.592,31	35.799,39	54.765,09	18.004,37	30.555,17	1.770,70	8.881,50	27.333	372.193,02
dezembro	139.652,91	22.491,43	41.170,84	64.929,30	17.663,60	29.904,59	2.079,27	8.754,35	29.482	356.128,21
TOTAL	2.179.288,48	433.979,55	472.915,67	743.565,15	231.177,93	424.355,23	28.422,90	113.402,55	360.897,65	4.988.005,12
Euro/kWh	0,1014	0,0730	0,0820	0,0767	0,0708	0,1234	0,0986	0,0682	0,1031	0,0906

Notas: Energia Consumida nos Subsistemas, incluindo os consumos registados nas Estações Elevatórias; entende-se por Energia Consumida a soma da Energia Adquirida à Rede Elétrica com a Energia Produzida nas instalações de Cogeração (existentes em Beirolas, Chelas, Frielas, S. J. da Talha e V. F. de Xira). Ao custo da energia adquirida em V. F. de Xira é descontado o valor (proveito) da energia vendida no regime de minigeração.

- (1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra
- (2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca

Energia Consumida (kWh)



Energia Produzida internamente e respetiva Taxa de Cobertura

	Beirolas		Chelas		Frielas		S.J.Talha		V.F. Xira	
	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)	Produção (kWh)	Cobertura (%)
Energia Produzida (kWh)										
janeiro	152720	30,2	76500	16,0	149455	18,2	48555	17,7	3772	33,7%
fevereiro	144750	32,2	102600	23,3	95005	12,8	75728	31,6	3252	35,1%
março	149790	28,8	96060	20,3	70010	9,2	97728	35,9	3255	29,6%
abril	135000	28,6	69600	14,7	206434	28,4	73599	27,7	3256	32,4%
maio	178220	35,2	70500	14,1	213747	28,6	85360	30,8	3328	33,6%
junho	148740	28,6	92879	19,1	286191	38,4	71164	26,2	3291	35,7%
julho	176640	33,0	105360	21,2	243377	27,3	64256	22,5	3368	36,8%
agosto	151520	31,1	95040	20,2	190938	23,3	75103	26,6	2223	24,7%
setembro	155240	31,4	91440	18,9	165984	19,3	42306	15,2	2409	26,8%
outubro	155769	30,9	102840	21,4	180708	22,8	74471	26,9	3240	31,8%
novembro	162980	34,0	84540	18,2	140937	16,9	63424	23,7	2964	30,7%
dezembro	162150	34,3	84780	16,4	141713	14,8	78776	28,9	3688	33,6%
TOTAL	1.873.519	31,5%	1.072.139	18,6%	2.084.499	21,5%	850.470	26,1%	38.046	29,6%

Nota: taxa de cobertura calculada em relação ao consumo de energia do subsistema não apenas da ETAR.

No ano de 2013 registou-se um aumento de 14,8% da energia produzida, que se deveu, essencialmente, ao aumento importante registado em Beirolas (+121%). O aumento de 65,3% registado em Vila Franca de Xira resulta do facto de 2013 ter sido o primeiro ano completo de produção de energia. A redução em Chelas (-13,85%) resultou das dificuldades mecânicas dos Grupos de cogeração. Em Frielas a produção aumentou cerca de 10%, ao passo que em São João da Talha o valor foi apenas 1% inferior ao do ano anterior, apesar de a instalação ter tido durante algum tempo apenas um dos dois motores existentes disponível.

Reagentes

Em termos globais, verificou-se em 2013 um aumento de 20% nos custos com reagentes, motivado, essencialmente, pelo aumento significativo dos consumos, que originaram aumentos de 36,6% em termos de custos em Alcântara (61,4% do custo global de reagentes) e pelos aumentos de 77,5% e 29,8% em Alverca e São João da Talha, respetivamente devido a um maior volume de águas residuais tratadas e a uma maior aplicação de reagentes devido às descargas industriais. O aumento do consumo em Alcântara respeita ao tratamento primário da ETAR devido à afluência de cloretos no afluente, que impôs um maior recurso à adição de cloreto férrico. Em Beirolas registou-se uma redução de custos de 9%, enquanto em Chelas e Frielas essa redução foi de 12%.

Custo de reagentes (euro)

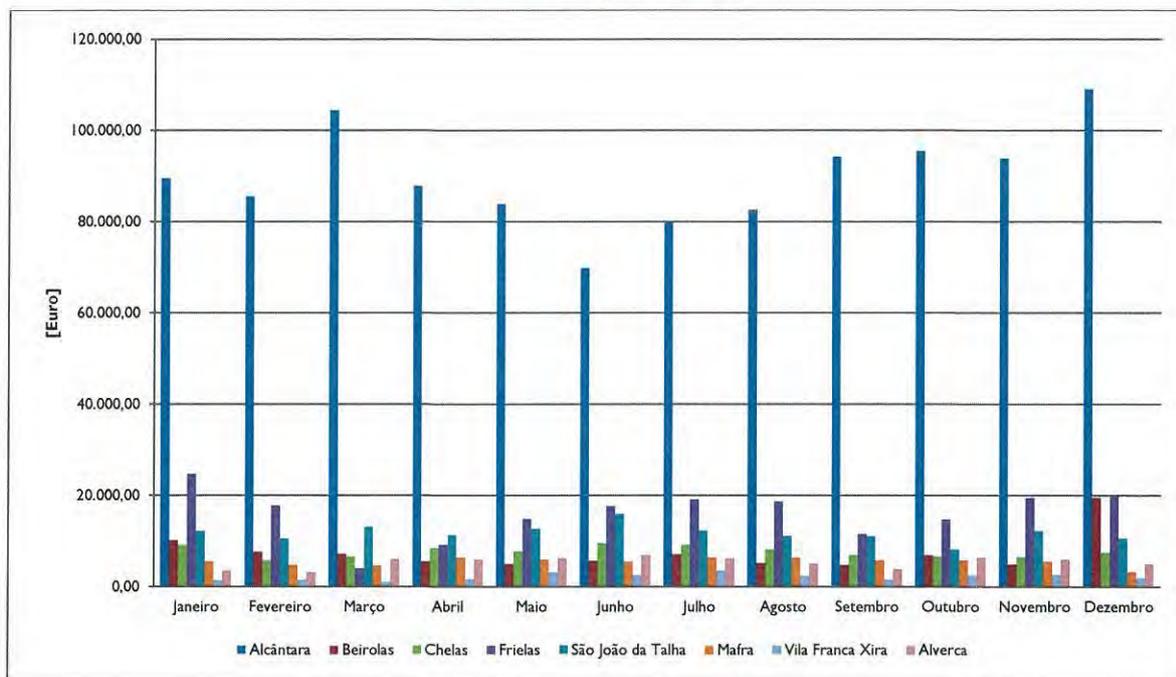
Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	S. J. Talha	Mafra(1)	V. F. Xira(2)	Alverca	TOTAL
janeiro	89.578,02	10.182,98	9.243,15	24.742,26	12.240,19	5.647,31	1.419,83	3.602,36	156.656,11
fevereiro	85.596,40	7.715,44	5.877,36	17.823,48	10.633,49	4.841,89	1.542,61	3.216,93	137.247,60
março	104.506,20	7.274,40	6.684,07	4.100,82	13.142,26	4.712,04	1.069,78	6.125,56	147.615,12
abril	87.952,32	5.609,67	8.506,25	9.249,18	11.293,19	6.455,00	1.634,50	5.964,88	136.665,00
maio	83.900,25	5.016,64	7.831,60	14.864,70	12.711,50	5.953,70	3.186,26	6.256,49	139.721,13
junho	69.818,44	5.775,74	9.555,34	17.731,59	15.930,01	5.567,20	2.536,39	6.960,65	133.875,36
julho	79.909,52	7.177,04	9.219,67	19.150,16	12.267,32	6.488,56	3.577,43	6.280,18	144.069,87
agosto	82.660,00	5.298,77	8.188,91	18.769,39	11.159,26	6.471,43	2.393,07	5.149,00	140.089,84
setembro	94.322,53	4.886,06	7.066,60	11.583,80	11.101,59	5.927,38	1.604,44	3.993,78	140.486,18
outubro	95.586,80	7.028,15	6.704,54	14.857,83	8.207,46	5.890,12	2.581,92	6.464,06	147.320,88
novembro	93.872,95	5.027,63	6.552,10	19.500,43	12.206,97	5.622,11	2.711,25	6.025,20	151.518,64
dezembro	109.102,59	19.567,18	7.609,94	20.005,75	10.715,63	3.380,64	2.020,68	5.066,88	177.469,29
TOTAL	1.076.806,01	90.559,72	93.039,53	192.379,40	141.608,86	66.957,39	26.278,15	65.105,97	1.752.735,02

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Maфра

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o Subsistema de Alverca

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the year 2013 and initials like 'MB', 'GFT', and 'WX'.

Custo de reagentes (euro)



Água Potável

No ano de 2013 registou-se uma diminuição de cerca de 12,5% no consumo da água potável, a que correspondeu uma diminuição com custos em cerca de 5,4%. As reduções mais significativas em termos de volume ocorreram no subsistema de Alcântara e, em termos percentuais, no subsistema de Beirolas (-53%). As reduções de consumo resultaram de programas de substituição de água potável por água residual tratada.

Custo de água potável (euro)

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra(1)	Bucelas	Vila Franca de Xira(2)	Alverca	TOTAL
Janeiro	11.689,36	1.143,60	824,12	6.113,68	267,71	2.237,85	318,00	2.914,63	2.885,75	28.394,69
Fevereiro	8.948,14	759,23	740,16	3.431,40	227,54	2.087,95	324,12	1.652,36	3.110,92	21.281,82
Março	9.544,46	840,35	805,64	3.012,39	200,56	1.870,21	348,29	7.157,28	2.215,92	25.995,10
Abril	9.839,63	775,49	829,74	3.035,99	269,22	2.251,94	335,70	1.109,10	1.431,12	19.877,93
Mai	15.467,54	708,26	814,65	4.237,09	246,58	2.173,19	316,23	1.266,76	1.437,90	26.668,20
Junho	15.610,77	616,67	785,71	4.538,25	223,19	2.132,81	26,02	1.232,79	1.848,31	27.014,52
Julho	12.568,69	665,23	885,12	7.135,17	226,13	2.594,78	33,75	1.317,34	1.686,83	27.113,04
Agosto	12.951,61	595,82	1.131,77	4.838,80	267,04	2.011,38	32,67	985,37	1.725,72	24.540,18
Setembro	14.465,75	654,52	798,33	4.164,40	212,96	1.794,37	28,71	938,89	1.567,40	24.625,33
Outubro	13.892,71	674,07	797,58	3.370,94	236,36	1.944,56	26,04	1.203,61	1.576,35	23.722,22
Novembro	15.285,85	672,73	1.116,60	6.422,16	223,19	1.818,83	29,56	948,61	1.280,54	27.798,07
Dezembro	12.346,83	719,75	983,29	3.948,65	890,95	1.989,94	26,03	1.038,18	1.155,61	23.099,23
TOTAL	152611,33	8825,72	10512,71	54248,92	3491,43	24907,80	1845,12	21764,92	21922,37	300130,32

Inclui os consumos da ETAR e das EE de cada subsistema

(1) Inclui todos os Subsistemas do Município de Mafra

(2) Inclui todos os Subsistemas do Município de Vila Franca de Xira exceto o subsistema de Alverca

Resultados analíticos

Os resultados globais de tratamento foram positivos, tendo-se atingido 97,1% de população servida com tratamento satisfatório (indicador ERSAR).

6.3 Manutenção

Durante o ano de 2013, realizaram-se intervenções de manutenção preventiva, preditiva, corretiva e de reparação. Consolidou-se no Sistema de Manutenção e Gestão de Ativos (sistema Máximo) na vertente manutenção preventiva, com elaboração e lançamento de novos percursos de lubrificação, mudança de óleo e verificação de instrumentos de campo. Efetuaram-se levantamentos e verificações com vista à renovação e beneficiação de equipamentos e instalações antigas e obsoletas.

No final do ano foi realizada a transferência para o novo Sistema de Manutenção e Gestão de Ativos, Aquaman, adaptação do sistema informático Máximo no Grupo AdP, que contempla a integração com o SIG - Sistema de Informação Geográfica.

Das reparações e substituições de equipamentos efetuadas destacam-se as seguintes:

- Reparação dos raspadores do decantador primário B da ETAR de Beirolas;
- Reparação geral do parafuso de Arquimedes A da ETAR de Beirolas;
- Aquisição e instalação de nova caixa redutora no parafuso de Arquimedes A da ETAR de Beirolas;
- Substituição do cabo de comunicações entre a EE12 e a EE15 do Intercetor de Beirolas;
- Substituição de chumaceira inferior no parafuso de Arquimedes III da ETAR de Alcântara;
- Instalação de aparelhos de ar condicionado em salas de QE da ETAR de Alcântara;
- Aquisição de dois Grupos eletrobomba para a EE2 do Intercetor Algés-Alcântara;
- Instalação de válvulas murais no tanque de equalização da ETAR de Frielas;
- Revisão geral e reinstalação de hidrojatores no tanque de equalização da ETAR de Frielas;
- Aquisição e instalação de agitadores para o tanque de equalização da ETAR de Frielas;
- Instalação de novo compressor de ar para a flotação da ETAR de Frielas;
- Reparação geral do silo de lamas da ETAR da Ericeira;
- Reparação dos parafusos de Arquimedes D do 1º estágio e C do 2º estágio da elevação inicial da ETAR de S. João da Talha;
- Instalação de Grupo produtor de água gelada para secagem frigorífica do biogás da ETAR de S. João da Talha;
- Reparação do Grupo de cogeração n.º1 da ETAR de Chelas;
- Reparação geral do tamisador da EE de Adarse;
- Reparação geral do tamisador da EE4 da Ericeira;
- Reparação geral do tamisador da EE da Quinta das Drogas;

6.4 Laboratórios

Durante o ano de 2013 foram recebidas 11.146 amostras, das quais 511 foram extra plano, tendo sido realizados no total 42.917 ensaios internamente, nas duas Unidades Laboratoriais da Simtejo. Verificou-se um aumento de 6% no número de amostras em relação ao ano anterior e de 3,1% no total dos ensaios

Para além destes ensaios, foi mantido o perfil de subcontratação, com o peso mais relevante alocado aos planos de rotina, metade dos quais foi relativo ao controlo de qualidade das lamas, para efeitos de avaliação da conformidade legal, seguido do controlo de processo e controlo de qualidade do biogás. Os ensaios subcontratos corresponderam a 5,8% do total dos ensaios efetuados.

A leitura dos dados enunciados pode ser analisada à luz do trabalho desenvolvido, inscrevendo-se no âmbito do cumprimento dos planos analíticos pré-estabelecidos com a Direção de Operação e das solicitações extra, decorrentes da monitorização de descargas atípicas, predominantes nos centros operacionais do Município de Mafra, ou da otimização do controlo de processo sempre que são detetadas as situações anómalas nos centros operacionais e ainda campanhas de caracterização resultantes de necessidades específicas de funcionamento, solicitadas quer pela Direção de Operação, quer pela área de I&D.

São exemplo de trabalhos extra a partir dos centros operacionais, as campanhas do projeto Trust no centro operacional de Beirolas e de caracterização microbiológico da linha de água da ribeira da Póvoa, na zona contígua à ETAR de Frielas, em função do processo de desinfecção da ETAR ou de monitorização da concentração de pesticidas no afluente da mesma.

A continuidade de colaboração com a área de I&D foi assegurada no acompanhamento da candidatura ao programa FP7, do projeto ASP-CON, na integração da equipa de apoio ao AQUAVIR e na realização das campanhas de amostragem associadas ao projeto SIGEA-SIMAI e campanha de isótopos.

Foram iniciados trabalhos de caracterização analítica para águas naturais, ao nível dos meios recetores com a caracterização, durante a época balnear, de vários pontos na linha de água da Foz do Lisandro.

Foi dado início, para o cliente interno e Administração, a um sistema/procedimento de controlo e emissão de alertas relativos aos valores limite de emissão, associados aos requisitos de qualidade da água tratada, impostos pelos títulos de utilização de recursos hídricos.

Os indicadores de desempenho do laboratório registaram índices de 98,9% de cumprimento para o prazo de execução (TR), com um valor médio de um dia de atraso nos 1,1 %, de situações de prazo não cumprido e uma taxa de resultados provisórios confirmados (RPM) de 98,0%. Estes indicadores foram aferidos a partir da disponibilização dos dados na plataforma IN-LABLims.

No mês de Dezembro o Laboratório integrou, a convite do LNEC e da Faculdade de ciências/UL, a elaboração da candidatura a dois projetos europeus promovidos pela Academia de Ciências Finlandesa, no âmbito do controlo e tratamento de poluentes emergentes de natureza farmacológica:

Projeto “SHINE - Understanding and Improving Water Safety against Pesticides and Pharmaceutical Compounds: Human Health Impact and Treatment Barriers”- (EPAL, Faculdade Farmácia/UL, LNEC, Università di Roma- La sapienza, IFTS- Institut de la Filtration et des Techniques Séparatives; WEG-UV- research group in economics of water and wastewater management and treatment, Universidade Politécnica de Valencia, Sintef, University of Extremadura (UEX)).

Projeto “ France-Germany-Italy-Portugal-Spain cooperation to face current water challenges: developing technologies for screening and controlling emerging pollutants (FGIPS-coop-H2O)”, (Instituto Nacional del Carbon (INCAR, CSIC), Institut für Technische Chemie un Umweltchemie, Friedrich-Schiller-Universität, CNRS-Orleans, CONFEDERACION HIDROGRAFICA DEL CANTABRICO, University of Savoie, Universidad de Oviedo, Uiversity Frankfurt am Main, AQUALTER, Amorim Isolamentos S.A. Développement, Università degli Studi di Torino, LNEC).

O Laboratório integrou o Grupo de Trabalho para o estudo da Microbiologia das Águas Residuais Hospitalares, que congrega elementos da CML, DGS, Laboratório do IST, ARSLVT e Hospital Egas Moniz. Este Grupo tem como objetivo caracterizar a qualidade microbiológica das águas residuais hospitalares drenadas no Município de Lisboa com o vista a decidir parâmetros e níveis de qualidade a impor nas licenças de descarga na rede de drenagem das unidades hospitalares.

Procedeu-se ao arranque de ensaios com recurso ao cromatógrafo iónico em Frielas, tendo sido realizada a formação inicial dos técnicos em junho.

Foi obtida a extensão da acreditação para o pedido apresentado em 2012, relativo à área técnica da microbiologia (unidade de Frielas) para quatro parâmetros: Bactérias Coliformes Termotolerantes, Coliformes totais, *Escherichia coli*, Enterococos, na matriz águas residuais tratadas de acordo com a metodologia INDEXX, Colilert-18 e Enterolert-E.

Na área técnica de físico-química foi igualmente obtida a extensão da acreditação para os parâmetros matéria orgânica em lamas (unidade de Beirolas e Frielas), pH em lamas (unidade de Beirolas), com vista à adaptação ao normativo imposto no DL 276/2009.

Os resultados de auditoria IPAC indicam a manutenção da Acreditação das duas unidades, para os quarenta e nove ensaios associados ao controlo analítico assegurado a partir do Laboratório e distribuídos pela área de Físico-Química, na matriz água e lamas, nas unidades de Beirolas e Frielas, e na área de Microbiologia na matriz água, na unidade de Frielas. Esta auditoria iniciou um novo ciclo de acreditação de quatro anos, tendo sido renovada a equipa auditora.

O Laboratório participou ainda em ensaios interlaboratoriais para todo o âmbito da acreditação, promovidos pelas entidade IELAB e LGC, nos circuitos QWAS e QM (Aquachek) e Relacre tendo o desempenho sido satisfatório.

6.5 Qualidade e Responsabilidade Social

Renovada em 2012 a Certificação do seu sistema integrado da Qualidade (NP EN ISO 9001), Ambiente (NP EN ISO 14001) e Segurança (OHSAS 18001), em 2013 a Simtejo obteve na Auditoria de Acompanhamento um resultado inédito, dignificando, face à evolução e melhoria demonstrada, o trabalho desenvolvido internamente por todos os colaboradores.

Tendo sido um ano de auditoria de acompanhamento e face ao elevado cumprimento dos requisitos aplicáveis e outros, a Simtejo aproveitou para preparar o seu Sistema para, de imediato, solicitar a extensão do seu âmbito geográfico de Certificação, fazendo incluir mais um conjunto de instalações representativas da atividade, nomeadamente, Alverca, Caneira / Gradil, Lagoa, Quinta da Coutada, S. Sebastião e Vila Franca de Xira

6.6 Comunicação e Educação Ambiental

A estratégia de atuação para 2013 desta área estrutural da empresa refletiu-se no seu Plano de Atividades, ao nível interno e externo, onde se pretendeu traduzir e divulgar a missão da Simtejo, desenvolvendo o seu espírito de Grupo e de corpo empresarial. Neste contexto, promoveu-se a evolução quantitativa e qualitativa da Empresa, assim como os seus resultados e as ações que protagoniza. No âmbito da sua responsabilidade social e ambiental, o foco foi centrado no desenvolvimento de atividades de formação e educação ambiental. Para cumprir estes objetivos realizaram-se várias atividades, em que se destacam:

- Lançamento do Livro “10 anos afirmando o Saneamento do Tejo e Trancão”

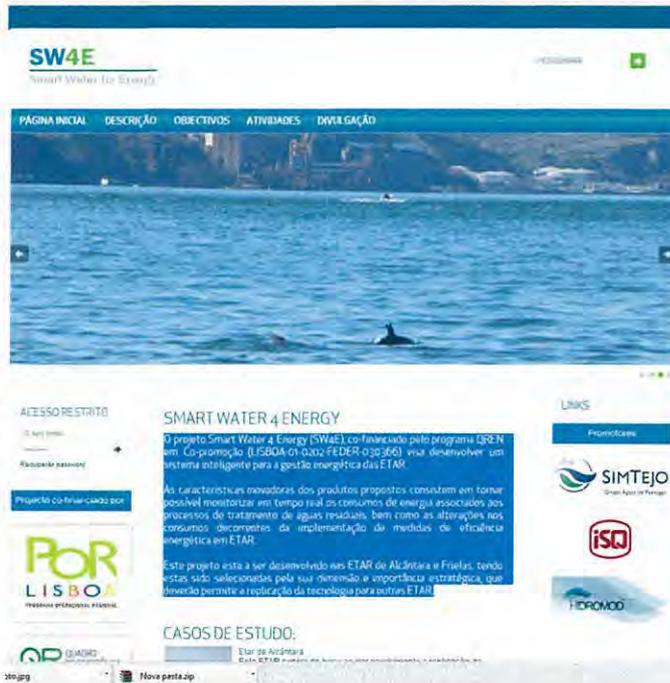
No dia 30 de maio – mês que completa a década em que a SIMTEJO iniciou a sua operação - no Edifício Sede da Empresa, na ETAR de Alcântara, foi apresentado publicamente o livro “SIMTEJO 10 anos a afirmar o Tejo e o Trancão”. Este livro retrata a década percorrida pela Simtejo, desde a sua constituição até ao ano de 2012. O momento do seu lançamento contou com a presença dos colaboradores atuais, bem como convidados institucionais e antigos colaboradores, aproveitando também para dar a conhecer a nova sede da Empresa àqueles que ainda não tivessem tido essa oportunidade.



- Lançamento da plataforma on-line “Conheça o funcionamento de uma ETAR”, projeto de dinamização de Visitas às Infraestruturas SIMTEJO

2013
AG
M
W

Com o objetivo de dinamizar e tornar mais eficiente, interna e externamente, a crescente solicitação e marcação de visitas às infraestruturas da Empresa, foi desenvolvida e lançada uma nova ferramenta on-line no sítio da Simtejo para as empresas, escolas e outras entidades agendarem as desejadas visitas. Este formulário on-line facilita o acesso ao agendamento das visitas às ETAR, garante uma resposta rápida, torna mais ágil o processo interno (de acordo com os regulamentos) e promove a segurança das visitas.



“SW4E - Smart Water for Energy”

conhecer o projeto de I&D “Smart cofinanciado pelo programa QREN, implementado um sítio para conjunta dos seus objetivos.

• Lançamento do sítio

De forma a dar a “Water 4 Energy” (SW4E), foi desenvolvido e divulgação e promoção

• Participação na iniciativa “20 anos AdP” – “Porta abertas”

Por ocasião das comemorações dos 20 anos da AdP-Águas de Portugal, a SIMTEJO associou toda a sua comunicação e imagem a este evento do seu acionista maioritário. Neste âmbito, promoveu-se uma participação activa no programa de comemorações da holding AdP, destacando o envolvimento na iniciativa “Portas Abertas em todo o País”, permitindo às populações conhecerem as infraestruturas que contribuem para o “Ciclo Urbano da Água”.

• Ampliação da Intranet na SIMTEJO

Dando continuidade ao projeto interno “INTRANET”, foram desenvolvidas e implementadas novas funcionalidades nesta ferramenta, de forma a tornar-se mais amigável, apelativa e útil. Assim, criaram-se complementariedades que permitem agora maiores interações, informação e conhecimento das iniciativas internas e externas da Simtejo.

• Realização de II Workshops / Ações de Formação sobre o “Ciclo da Água” em parceria com o GEOTA, em estabelecimentos de ensino da região:

Em complemento à iniciativa itinerante “Hidrobox”, realizada em anos transatos, e com o objetivo de sensibilizar a população dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira para a importância da água, esta iniciativa foi desenvolvida em parceria com a organização não-governamental de Ambiente GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente).

A mesma tem enquadramento no Plano de Educação Ambiental, que a Simtejo vem edificando nos últimos anos, e abrangeu cerca de 600 jovens de 4 Municípios servidos pela Simtejo, contribuindo, assim, para a educação ambiental dos jovens integrados no 2º e 3º ciclo de ensino da região. Este programa teve o apoio da “Hidrobox”, dando assim maior relevo à ação de sensibilização ambiental realizada.



Handwritten signatures and the year 2013.

• Participação no Projeto “Mochila Verde” – Lisboa E-nova

O Projeto Pedagógico de cariz ambiental, designado “Mochila Verde” (“Eco-Mochila”), promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Lisboa E-Nova, no âmbito da Plataforma Municipal de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, conta com a parceria de destacadas empresas portuguesas, nomeadamente da Simtejo. Este projeto visa motivar e capacitar para o desenvolvimento de atividades pedagógicas na área da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.



A “Mochila Verde” é uma experiência-piloto, que abrange 400 alunos do 1º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico, de Escolas Públicas do Município de Lisboa, tem a duração de quatro anos e pretende constituir-se como um indutor pedagógico, através de material didático diversificado entregue aos alunos envolvidos no Projeto, tendo em vista incentivar a aquisição de competências em Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

No Ano Letivo de 2013/2014, fase inicial do Projeto, a “Mochila Verde” integra os seguintes materiais: Livro “O Ambiente nas Nossas Mãos – 20 ideias, muitos gestos!” – Edição Especial; o Caderno de Campo e o Passaporte Escolar.

Esta experiência-piloto, tendo como quadro de referência o contexto urbano, as temáticas ambientais, energéticas e os valores de uma cidadania ativa, visa, em última instância, incentivar os mais jovens a descobrir Lisboa, a conhecer a sua biodiversidade, a desenvolver o interesse pela participação na vida coletiva, elementos indissociáveis de uma Educação para a Sustentabilidade.

• Participação no Projeto “Ciência Viva”

Em 2013 a SIMTEJO voltou a associar-se à “Ciência Viva no Verão, um projeto que visa a promoção da cultura científica e tecnológica e da divulgação junto do público da área de engenharia. De 15 de Julho a 15 de Setembro, no âmbito da “Ciência Viva no Verão”, realizaram-se várias visitas a obras de engenharia e passeios científicos, na companhia de especialistas.



NAS FÉRIAS A CIÊNCIA SAI À RUA
CIÊNCIA VIVA NO VERÃO

Para o Projeto “Ciência Viva no Verão” 2013 a SIMTEJO disponibilizou as suas ETAR, realizando 13 visitas com suporte técnico, onde estiveram presentes cerca de 500 visitantes. A destacar nesta iniciativa a “Visita ao Esgotos de Lisboa”, de características ímpares e com uma procura que mais do que quadruplicou a capacidade da visita.

2013
Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Participação na iniciativa “Lisboa – Open House” – Trienal de Arquitetura



Depois do sucesso da primeira edição em 2012, a ETAR de Alcântara acolheu mais uma vez, em 2013, a iniciativa Open House, no dia 5 de outubro, com a realização de várias visitas guiadas.

Organizado pela Trienal de Arquitetura de Lisboa, este evento internacional abriu as portas ao público geral, em 60 espaços por toda a cidade. Estes espaços, de valor arquitetónico e cultural, foram visitados de forma gratuita durante esse fim-de-semana através de um extenso programa de visitas guiadas.

- Lançamento de nova iniciativa do programa “Ama a Água” junto das escolas da região, através de parceria com os Municípios acionistas SIMTEJO

No ano letivo 2013/2014 o Programa Educativo “Ama a Água” abrangeu as escolas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico. O sucesso desta iniciativa levou a que cerca de 24 mil professores e alunos tivessem formulado a sua adesão no sítio da SIMTEJO desenvolvido e lançado para o efeito.

O Programa “Ama a Água” tem como objetivo contribuir para a sensibilização e preservação dos recursos hídricos, de forma a consciencializar que a água é um recurso escasso, essencial à vida. Através de um conjunto de iniciativas, o “Ama a Água” alertou para a importância da água, das suas ameaças e das soluções para reduzir a sua poluição e escassez.



A adesão ao Programa “Ama a Água” permitiu desenvolver nas escolas uma continuidade no acompanhamento ao longo do ano letivo, através de um conjunto de informação e de ferramentas para abordar o tema da importância da água, em salas de aula ou em visitas a programar.

Foram distribuídos materiais pedagógicos (livro “A Aventura da Água”, cartaz sobre o funcionamento de uma ETAR e vídeo com o título “O funcionamento de uma ETAR”). No âmbito deste concurso foi ainda desenvolvido um concurso escolar que desafiou as turmas a tirar uma fotografia à água dos rios e mar, de modo a procurar perceber a sua qualidade e a refletir a importância das ETAR para a preservação dos recursos hídricos e do meio ambiente.

7. Objetivos de Gestão

A Assembleia Geral de Acionistas da Simtejo, de 17 de junho de 2010, aprovou orientações estratégicas para a administração da Empresa.

Orientações estratégicas gerais

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do sector Empresarial do Estado, determina:

- As Empresas públicas que integram o sector Empresarial do Estado devem, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade Empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança.
- As Empresas públicas que integram o sector Empresarial do Estado devem ser socialmente responsáveis, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos.
- As Empresas públicas prestadoras de serviços de interesse económico geral devem, em especial, promover o equilíbrio adequado, devidamente evidenciado nos seus instrumentos previsionais de gestão (IPG), entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, no quadro geral das respetivas fontes de financiamento, e da sua compatibilidade com o esforço financeiro global do Estado com o seu sector de atividade, tal como resulta das afetações de verbas constantes do orçamento do Estado em cada exercício.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprova os princípios de bom governo das Empresas do sector Empresarial do Estado determina que estas Empresas devem:

- **Contratualização da prestação de serviço público**

As Empresas encarregues da prestação de serviço público devem elaborar e apresentar ao Estado propostas de contratualização da prestação desse serviço, associando metas quantitativas a custos auditáveis e que reflitam um esforço de comparação permanente com as melhores práticas de mercado. Os contratos devem ser equilibrados e estabelecer direitos e obrigações recíprocos entre Estado e Empresas, bem como as correspondentes penalizações em caso de incumprimento;

- **Qualidade de serviço**

As Empresas públicas devem adotar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes/utentes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria;

- **Política de recursos humanos e promoção da igualdade**

Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da Empresa, e conceber e implementar planos de igualdade, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;

- **Encargos com pensões**

Proceder, nos casos em que tal não haja sucedido, à segregação das responsabilidades já existentes com pensões dos trabalhadores, incluindo a programação do respetivo financiamento, propondo ao Ministro das Finanças e aos ministros responsáveis pelos sectores de atividade a adoção dos instrumentos adequados para o efeito;

- **Política de inovação e sustentabilidade**

Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

2013
Handwritten initials and signatures in blue ink.

- **Sistemas de informação e controlo de riscos**

Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da Empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção -Geral de Finanças e o Tribunal de Contas;

- **Política de compras ecológicas**

Adotar os princípios da Estratégia Nacional para as Compras Ecológicas 2008 -2010, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio, em articulação com a Agência Nacional de Compras Públicas, EPE, e com a Agência Portuguesa do Ambiente.

O Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio de 2008, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, determina que, para efeitos de acompanhamento e controlo financeiro, devem as Empresas públicas não financeiras prestar informação, mediante o envio à Inspeção -Geral de Finanças e à Direção -Geral do Tesouro e Finanças dos seguintes elementos, e segundo os prazos que se seguem:

- Planos de atividades anuais e plurianuais, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado, elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, os objetivos e as orientações definidas pelo Estado, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento elaborados em conformidade com os referenciais financeiros, as orientações e os objetivos definidos pelo Estado, acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização, nos 10 dias subsequentes à sua aprovação;
- Documentos de prestação anual de contas individuais e consolidadas, bem como os relatórios produzidos pelos auditores externos, quando disponíveis, e o relatório anual da fiscalização do revisor oficial de contas, com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data da assembleia -geral anual;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que sejam exigíveis, nos 30 dias subsequentes à data final do período a que respeitam;
- Cópias das atas das assembleias -gerais e das deliberações unânimes por escrito, nos 15 dias subsequentes à sua realização;
- Quaisquer outras informações e documentos solicitados para o acompanhamento da situação da Empresa e da sua atividade, com vista, designadamente, a assegurar a boa gestão dos fundos públicos e a evolução da sua situação económico -financeira, nos 10 dias subsequentes à realização do pedido, salvo indicação de prazo diverso.

Orientações estratégicas específicas

O Despacho conjunto n.º 169/2006, de 10 de fevereiro de 2006, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, estabelece que o Conselho de Administração, no âmbito das suas funções de gestão corrente da Empresa, deve desenvolver a suas atividades tendo por base as seguintes orientações estratégicas:

- Cumprir as metas, as obrigações e as responsabilidades estabelecidas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento de água e recolha de águas residuais;
- Implementar, desenvolver e assegurar:
 - ✓ A conceção, a construção, o financiamento, a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal,
 - ✓ A disponibilização, aos seus utilizadores, de um serviço público regular, com o nível adequado e custos socialmente aceitáveis em linha com o previsto no contrato de concessão,
 - ✓ A sustentabilidade económica, financeira e social dos Sistemas através de uma gestão Empresarial exigente e responsável,
 - ✓ A utilização das melhores práticas ambientais e de responsabilidade social,
 - ✓ A otimização da gestão do Sistema e a geração de economias de escala e de gama;
- Garantir o cumprimento dos objetivos de gestão e desempenho definidos pelos acionistas no âmbito do contrato de gestão para a Empresa;
- Colaborar com o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, enquanto concedente, na adaptação e adequação do contrato de concessão:
 - ✓ Às circunstâncias decorrentes da reestruturação e reorganização das concessões e das medidas de saneamento financeiro das concessionárias que se venham a revelar necessárias,
 - ✓ Aos ajustamentos dos investimentos previstos aos objetivos e à legislação em vigor em cada momento;

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the year 2013 and initials.

- Desenvolver atividades que, com base na estratégia definida para o sector no PEAASAR para o período 2007 – 2013, permitam e possibilitem:
 - ✓ Alargar a outros Municípios e territórios a prestação do serviço público disponibilizado, sempre que as economias daí resultantes o recomendem;
- Garantir o cumprimento dos Planos de Atividades, dos Orçamentos e dos Planos de Investimentos anuais e plurianuais da Empresa;
- Adotar, desenvolver e implementar medidas que, no quadro das orientações estratégicas que venham a ser determinadas, permitam:
 - ✓ A recuperação das dívidas respeitantes ao capital social por parte dos acionistas das Empresas concessionárias,
 - ✓ A cobrança dos serviços prestados pela Empresa aos utilizadores e aos clientes,
 - ✓ A redução das dívidas acumuladas referentes aos serviços prestados,
 - ✓ Assegurar e garantir o cumprimento, por parte dos acionistas e dos utilizadores, de todas as obrigações devidamente contratualizadas;
- Cumprir escrupulosa e atempadamente as obrigações para com o concedente e o regulador, garantindo que as determinações destes são acatadas;
- Cumprir as obrigações ambientais decorrentes do Quadro normativo em vigor, bem como as orientações estratégicas que vierem a ser estabelecidas pelas entidades competentes na área do ambiente e que abrangem a Empresa;
- Promover a realização dos procedimentos que garantam a obtenção das autorizações, licenças e contratos que habilite a Empresa para o exercício das suas atividades;
- Estabelecer prioridades de investimento, incluindo o desenvolvimento e apresentação de propostas de revisão do plano técnico constante do contrato de concessão junto do Concedente, se necessário;
- Promover a elaboração e a implementação de um plano de ação de subcontratação de funções e tarefas relacionadas com a exploração, incluindo a operação e manutenção das infraestruturas integradas no Sistema, tendo em vista contribuir para o reforço do tecido Empresarial nacional neste sector;
- Implementar as medidas tendentes à certificação em Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social;
- Reorganizar as suas áreas de intervenção através da associação ou fusão com Sistemas existentes, privilegiando aqueles cujas atividades sejam complementares ou possibilitem a criação de áreas de intervenção com coerência territorial e gerem economias de gama, de escala e de processo;
- Elaborar e manter atualizado o plano de negócios da Empresa concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Elaborar e implementar um plano de médio prazo para a área da formação dos recursos humanos, que permitam consolidar a estrutura em termos qualitativos e quantitativos e, promovam uma adequada gestão do conhecimento;
- Adotar uma política de contenção do crescimento da massa salarial e dos encargos complementares, contribuindo deste modo para o esforço nacional de crescimento da competitividade da economia nacional;
- Contribuir ativamente para a valorização e requalificação do tecido produtivo nacional, pela via da introdução de novas tecnologias ou processos tecnológicos associados à sua atividade;
- Identificar e potenciar o desenvolvimento de áreas de negócio complementares às atividades da Empresa, visando a otimização de custos de exploração e num quadro de eco-eficiência;
- Assegurar o desenvolvimento de projetos de I&D, devidamente enquadrados nos seus Planos de Atividade, e em estreita colaboração com as outras Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

O Conselho de Administração, no âmbito dos assuntos de gestão geral, devem assumir a responsabilidade pelo:

- Assegurar a Gestão Operacional da Empresa em todas as suas vertentes, garantindo uma articulação eficaz entre as áreas técnica, financeira e administrativa;
- Garantir o bom funcionamento das infraestruturas cumprindo os objetivos de qualidade do serviço e assegurando o cumprimento da legislação;
- Controlar a tesouraria e os meios financeiros necessários à execução do seu Plano de Atividades, nomeadamente os apoios provenientes do Fundo de Coesão e de outros programas comunitários e dos empréstimos bancários, quando existam;
- Garantir junto das entidades financiadoras, com o suporte e apoio do acionista maioritário, os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos no Orçamento e nos Planos de Atividade e de Investimento;
- Assegurar que os seus membros e os colaboradores das Empresas se comportem com isenção, neutralidade, rigor e equidade no relacionamento e colaboração com os Municípios - acionistas e utilizadores -, as entidades públicas e as Empresas privadas;
- Adotar as medidas e as ações que possibilitem implementar e cumprir orientações estratégicas e procedimentos uniformizados, em todas as Empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito das relações com os acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os acionistas ou os seus representantes no desempenho das suas funções;
- Garantir a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes;
- Informar os acionistas sobre todos os assuntos em análise com o concedente e com o regulador, designadamente:
 - ✓ Orçamentos, Planos de Atividade e projetos tarifários,
 - ✓ Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - ✓ Avaliação de infraestruturas,
 - ✓ Abertura a novas áreas de negócio complementares.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal os membros do Conselho de Administração devem desenvolver a sua atividade de forma a:

- Garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- Garantir a execução dos contratos de gestão corporativa e de prestação de serviços de assistência técnica em todas as suas vertentes, assegurados e operacionalizados através da AdP Serviços Ambientais, SA, em particular a que respeita a atividades relacionadas com a normalização de práticas e procedimentos;
- Propiciar o desenvolvimento na Empresa da cultura de Grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração entre as estruturas internas da Empresa, com outras Empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as estruturas do Grupo AdP.

Não foram fixados objetivos de Gestão para a Simtejo, para o ano de 2013.

8. Perspetivas para o futuro

No ano de 2014, tendo em atenção o início dos mandatos dos novos órgãos das autarquias, a Simtejo procurará continuar a consolidação de relação institucional com todos os Municípios e naturalmente, com a Águas de Portugal, enquanto acionista maioritário.

Espera também a Empresa que alguns desenvolvimentos institucionais pendentes de autorização possam consolidar-se no ano corrente, como é o caso da formalização do contrato de recolha com o Município de Sintra e da evolução do sistema de medição de caudais para fins de faturação.

A situação atual da Empresa no plano financeiro e a conjuntura decorrente da estabilidade proveniente de acordos de pagamento celebrados, bem como a perspetiva de maior liberdade de investimento, permitem a previsão de um relançamento do ritmo de investimento.

Assim, a Simtejo, dentro dos limites existentes, tem presentemente em curso um conjunto marcante de concursos ou obras já em execução em todos os seus Municípios acionistas, sendo seu objetivo dar sequência a tais obras.

Destas, grande parte correspondem já a beneficiação de sistemas em exploração, como são, designadamente, os casos das ETAR de Chelas e Frielas.

No ano de 2014 é também intenção da Simtejo abrir um procedimento de concurso público para beneficiação da ETAR de Beirolas, que, sendo uma das infraestruturas de maior dimensão na Empresa, carece já de intervenções destinadas a permitir a sua melhor inserção na zona urbana em que agora está implantada, mas também a assegurar melhores condições de operação.

No plano das grandes ETAR da Simtejo, depois das condições colocadas ao empreiteiro para conclusão da obra e do consequente início do período de arranque da ETAR de Alcântara, a Simtejo espera poder proceder à receção integral da mesma ETAR a breve prazo, dando assim um passo final após um largo período em que foram suscitadas as necessidades de correção da obra, em vários planos, tanto de execução como de resultado.

Também se espera que o subsistema da Foz do Lizandro, em Mafra, possa estar operacional em 2014, depois de um conjunto de vicissitudes associadas, quer a situações de insolvência do empreiteiro (caso da ETAR), quer a limitações ao investimento (caso dos emissários afluentes à ETAR).

Deverão também ser retomados no ano corrente os passos necessários para servir uma parte do Município de Arruda dos Vinhos, através do sistema de Bucelas e do investimento em intercetores, revisto, a executar em 2015.

A Empresa conta também com a qualidade geral da operação e, no caso concreto da ETAR de S. João da Talha, prevê dar uma nova força ao trabalho conjunto com os SMAS de Loures, no sentido de verificação das descargas de efluentes industriais, que condicionam por vezes os resultados dessa ETAR.

O esforço de eficiência energética desenvolvido nos anos pretéritos será mantido e agora reforçado com a “holding”.

Também em colaboração com a Águas de Portugal serão criadas condições para continuação de avaliação funcional das infraestruturas, após a revisão e consolidação do correspondente inventário.

Em 2014 conta também a Empresa ampliar o elenco dos seus subsistemas certificados.

No exercício de 2014, terá a Simtejo de defrontar-se com as dificuldades – reconhecidas até pelos indicadores da ERSAR – provenientes do seu limitado de número de colaboradores, que são agravadas pelas restrições existentes ao recrutamento, mesmo para substituição de quadros.

Ainda assim, espera a Empresa poder prosseguir os já citados objetivos, contando para o efeito com o pagamento atempado dos seus serviços, apresentará também reprogramações às operações do Fundo de Coesão, adequadas aos prazos de conclusão das obras abrangidas.

9. Factos relevantes após o termo do exercício

Em 27 fevereiro de 2014, o Município de Lisboa procedeu ao pagamento de dois meses de dívida vencida, pelo que a sua dívida vencida atual é da ordem de três meses de pagamentos de serviços.

10. Sucursais da Sociedade

Não se aplica à Simtejo.

11. Considerações Finais

A Simtejo tem procurado manter uma forte articulação com o Concedente, representado por Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, a ERSAR, como regulador estrutural da atividade desta concessionária, e regulador ambiental Agência Portuguesa do Ambiente.

No plano institucional e de colaboração técnica, são também essenciais para a atividade da Empresa os Acionistas Águas de Portugal, SGPS, S.A. e Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira, incluindo as suas Administração e Vereações, respetivamente, e os seus Corpos Técnicos. Os Municípios não acionistas, já parceiros da Simtejo, podem também contar com a colaboração da Empresa.

O Conselho de Administração da Simtejo agradece todos, Concedente, Reguladores, Águas de Portugal e Municípios, a colaboração prestada em 2013, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Auditor, e reitera a sua disponibilidade para desenvolver ainda os laços institucionais.

A Simtejo está certa de que dessa colaboração, como o passado tem comprovado, só pode resultar a melhoria contínua dos serviços da Empresa prestados a Clientes e Utentes, bem como a beneficiação progressiva da qualidade ambiental dos meios recetores das águas residuais recolhidas e tratadas.

Reconhecendo o trabalho desenvolvido, a Simtejo quer agradecer aos seus Colaboradores a cooperação e o interesse demonstrados no exercício de 2013, que é extensível à maioria dos prestadores externos.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2013, no valor positivo de €5.236.957,37 (cinco milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e sete euros e trinta e sete cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- €261.847,87 (duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e quarenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos) para constituição de Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art.295º do Código das Sociedades Comerciais;
- €3.830.551,56 (três milhões, duzentos e oitocentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos), para distribuição de Dividendos aos Acionistas, a efetuar de acordo com o definido no contrato de concessão;
- €441.355,04 (quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco euros e quatro cêntimos) para a conta de reservas contratuais, podendo esta ser usada para aumento de capital, cobertura de prejuízos e distribuição de dividendos;
- O remanescente, €703.202,90 (setecentos e três mil, duzentos e dois euros e noventa cêntimos), para a conta de resultados transitados.

13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º5 do art.º 447º e do n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Simtejo, S.A. era, em 31 de dezembro de 2013, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

		Capital subscrito	Ações detidas
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,50%	19.543.500	3.908.700
Município de Lisboa	23,50%	9.094.500	1.818.900
Município de Loures	11,50%	4.450.500	890.100
Município de Vila Franca de Xira	4,00%	1.548.000	309.600
Município de Amadora	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Mafra	3,50%	1.354.500	270.900
Município de Odivelas	3,50%	1.354.500	270.900
	100%	38.700.000	7.740.000

Em cumprimento do disposto no n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.908.700 de ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 50,5% do Capital Social da Simtejo, S.A.

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2013:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

C – CONTAS DO EXERCÍCIO



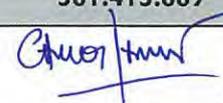
C - CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013

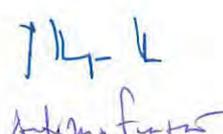


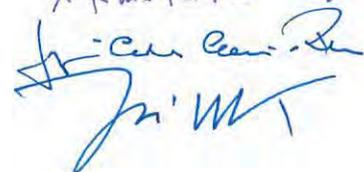
Demonstração da posição financeira

BALANÇO	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	271.001.373	273.657.100
Investimentos financeiros	7	7.864.911	6.870.161
Impostos diferidos ativos	8	29.266.138	28.279.284
Clientes e outros ativos não correntes	10	32.942.997	12.683.526
Total dos ativos não correntes		341.075.420	321.490.072
Ativos correntes			
Inventários	9	107.692	113.694
Clientes	10	34.796.875	52.891.283
Estado e outros entes públicos	11	86.411	256.582
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	142.825	0
Outros ativos correntes	12	3.182.402	4.333.673
Caixa e seus equivalentes	13	2.022.265	12.180.507
Total dos ativos correntes		40.338.469	69.775.738
Total do ativo		381.413.889	391.265.810
Capital próprio dos acionistas maioritários			
Capital social	14	38.700.000	38.700.000
Reservas e outros ajustamentos	14	13.898.612	11.569.572
Resultados transitados	14	9.988.850	7.659.811
Resultado líquido do exercício	14	5.236.957	8.924.383
Total do capital próprio		67.824.419	66.853.766
Passivos não correntes			
Provisões	15	120.000	173.600
Empréstimos	16	152.868.485	171.470.293
Impostos diferidos passivos	8	15.360.865	17.105.593
Acréscimos de custos do investimento contratual	17	68.019.809	58.649.705
Subsídios ao investimento	18	62.959.101	39.268.905
Total dos passivos não correntes		299.328.261	286.668.096
Passivos correntes			
Empréstimos	16	6.846.303	10.559.123
Fornecedores	19	3.457.667	14.308.035
Outros passivos correntes	20	2.777.999	10.789.275
Imposto sobre o rendimento do exercício	21	0	1.161.715
Estado e outros entes públicos	11	1.179.241	925.801
Total dos passivos correntes		14.261.209	37.743.948
Total do passivo		313.589.470	324.412.044
Total do passivo e do capital próprio		381.413.889	391.265.810

Keoma Lima Rodrigues
51495







Demonstração dos resultados por naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Vendas	22	36.495	32.596
Prestações de serviços	22	49.201.246	47.778.220
Volume de negócios		49.237.741	47.810.816
Custo das vendas/variação dos inventários	23	(1.940.411)	(2.478.870)
Margem bruta		47.297.330	45.331.947
Fornecimentos e serviços externos	24	(13.491.891)	(12.264.833)
Gastos com pessoal	25	(6.389.728)	(4.723.793)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	26	(18.254.520)	(16.982.164)
Provisões e reversões do exercício	27	53.600	(74.423)
Perdas por imparidade e reversões	28	2.399	5.839
Subsídios ao investimento	18	1.597.051	1.121.353
Subsídios à Exploração	29	144.077	0
Outros gastos e perdas operacionais	30	(542.901)	(460.571)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	31	247.211	307.798
Resultados operacionais		10.662.629	12.261.153
Gastos financeiros	32	(5.981.768)	(4.883.826)
Rendimentos financeiros	33	3.512.027	3.795.232
Resultados financeiros		(2.469.741)	(1.088.594)
Resultados antes de impostos		8.192.888	11.172.559
Imposto do exercício	22	(5.687.512)	(6.466.937)
Imposto diferido	8 e 22	2.731.581	4.218.761
Resultado líquido do exercício		5.236.957	8.924.383
Rendimento integral do exercício		5.236.957	8.924.383
Resultado por ação (básico e diluído)	14	0,68	1,15
Resultado integral por ação (básico e diluído)	14	0,68	1,15

Keomalinda Adreze
 51495

Christina

7.12.13

António

José Carlos

José

José

José

Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Reserva contratual	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	38.700.000	2.086.844	9.482.728	7.659.811	8.924.383	66.853.766
Aplicação do resultado líquido do exercício 2012	-	446.219	1.882.820	2.329.039	(4.658.079)	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(4.266.304)	(4.266.304)
Constituição de reserva contratual	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício 2013	-	-	-	-	5.236.957	5.236.957
Saldo a 31 de Dezembro de 2013	38.700.000	2.533.063	11.365.548	9.988.850	5.236.957	67.824.419

Keoma Simões
suas

Alfonso
7.14-6
Artigo 6.º
João Carlos Amador
MIMT
T. K. L. M. S.
M. A.

Demonstração dos fluxos de caixa

	31.12.2013	31.12.2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	54.812.995	26.964.073
Pagamentos a fornecedores	(23.504.855)	(19.695.517)
Pagamentos ao pessoal	(4.219.963)	(3.824.245)
Pagamento/Recebimento do IRC	(6.235.494)	(6.373.812)
Outros Pagamentos/Recebimentos	409.468	(743.886)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	21.262.152	(3.673.387)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de subsídios de investimento	26.038.189	7.070.130
Recebimentos de juros e rendimentos similares	371.202	-
Pagamentos de investimentos financeiros	(975.479)	(994.682)
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	-	-
Pagamentos de ativos intangíveis	(16.947.622)	(15.384.167)
	8.486.290	(9.308.719)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	94.923	31.337.387
Outros recebimentos de atividades de financiamento	1.006.332	392.204
Pagamentos de empréstimos obtidos	(23.157.971)	(13.000.000)
Pagamentos de juros e gastos similares	(11.356.643)	(4.385.648)
Pagamentos de dividendos	(5.486.622)	(4.097.861)
	(38.899.981)	10.246.082
Varição de caixa e seus equivalentes	(9.151.539)	(2.736.024)
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.173.771	13.909.794
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.022.231	11.173.771
	(9.151.539)	(2.736.024)

Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	4.764	4.688
Depósitos à ordem	517.500	12.175.819
Depósitos a prazo	1.500.000	-
	2.022.265	12.180.507
Descobertos bancários	(33)	(1.006.736)
	2.022.231	11.173.771

Keona Pinto Rodrigues

31495

Guarim

T. K. L.

António F. C.

Francisco António

José M.

J. K. L.

Notas às demonstrações financeiras

I. Atividade económica da Simtejo, S.A.

I.1. Introdução

A **Simtejo – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.** (adiante designada também por Simtejo ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 10 de novembro de 2001, tendo a sua sede social na ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, em Lisboa. A Empresa tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão.

I.2. Atividade

A Simtejo foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro, e a sua estrutura acionista é composta pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, e pelos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos, "...a exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão para recolha, tratamento, rejeição de efluentes dos Municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira."

A concessão da exploração e gestão do Sistema à Simtejo foi efetuada através de um contrato celebrado com o Estado Português em 3 de dezembro de 2001, e por um período de 30 anos, que tem por objeto os seguintes pressupostos:

- Conceção e construção de todos os Órgãos necessários à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, incluindo a instalação de condutas e a conceção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respetiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- A aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes que o sistema deva receber;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Em setembro de 2009 foi assinado pelo Concedente o Aditamento ao Contrato de Concessão, instrumento fundamental para garantir a viabilidade económica e financeira da Empresa, tendo como principal alteração a prorrogação do prazo por mais treze anos, totalizando deste modo um período de 43 anos.

I.3 Acionistas

São acionistas da Empresa a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (50,5% do capital social), o Município de Lisboa (23,5%), o Município de Loures (11,5%), o Município de Vila Franca de Xira (4%), o Município de Amadora (3,5%), o Município de Mafra (3,5%) e o Município de Odivelas (3,5%).

I.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade no dia 27 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Simtejo foram preparadas segundo a convenção do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de Dezembro de 2012.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 1 de Janeiro de 2013:

• Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) – Apresentação de rubricas de Outro rendimento integral:

(i) As alterações introduzem nova terminologia para o título da “Demonstração de rendimento integral”, que na norma passa a ser redenominada como “Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral”. Contudo, a aplicação e uso do título redenominado não é de aplicação obrigatória, podendo as entidades continuar a usar para as suas demonstrações financeiras títulos que não sejam usados na norma.

(ii) As alterações da IAS 1 mantêm a possibilidade de apresentar os resultados e o outro rendimento integral quer numa única demonstração quer em duas demonstrações separadas, desde que consecutivas. Contudo, as alterações à IAS 1 requerem que as rubricas de outro rendimento integral sejam agrupadas em duas categorias: a) rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e b) rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições. As alterações à IAS 1 devem ser aplicadas retrospectivamente, pelo que a apresentação (Grupos separados) das rubricas de outro rendimento integral deve ser modificada para refletir estas alterações também no período comparativo.

• Alterações à IAS 19 Benefícios dos empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho):

As alterações mais significativas nesta nova versão da IAS 19 relacionam-se com a contabilização de alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações na nova versão da IAS 19 requerem que as alterações nas obrigações de benefícios definidos e as alterações no justo valor dos ativos do plano sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, eliminando assim a abordagem de “corridor” permitida pela versão anterior da IAS 19 e acelerando assim o reconhecimento dos custos com serviços passados. Com esta nova versão da IAS 19, todos os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos imediatamente em outro rendimento integral. Além disso, o custo de juros e retorno esperado dos ativos do plano, usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos, nesta nova versão, por um montante de “juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos”, que é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos. Em adição, esta nova versão da IAS 19 introduz determinadas alterações na apresentação dos custos de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensivas. A nova versão da IAS 19 deverá ter aplicação retrospectiva.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the year '2013' and various initials.

• **Adoção da IFRS 13 Mensuração pelo justo valor (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro):**

A IFRS 13 estabelece um quadro único para o cálculo do justo valor de acordo com as IFRS (exceto para pagamentos com base em ações no âmbito da IFRS 2, transações de locação no âmbito da IAS 17 e mensurações que têm algumas semelhanças com o justo valor, mas que não são justo valor, como por exemplo o valor realizável líquido na mensuração de inventários, ou como por exemplo o valor de uso para aferição de imparidades) e fornece orientações abrangentes sobre a forma de calcular o justo valor de ativos e passivos, tanto financeiros como não financeiros. A IFRS 13 define justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O justo valor na IFRS 13 consiste num “preço de saída”, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação. A IFRS 13 inclui requisitos extensos de divulgações adicionais. A IFRS 13 requer apenas uma aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2013, pelo que os requisitos de divulgação não são exigidos para a informação comparativa de períodos anteriores antes da aplicação inicial da norma.

• **Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) – Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes**

O objetivo das alterações consiste em introduzir uma exceção ao princípio de mensuração contido na IAS 12, sob a forma de uma presunção refutável de que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado pelo justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente. Estas alterações à IAS 12 vêm suprimir a SIC 21 Impostos sobre o Rendimento — Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados, cujo teor passa a estar incluído na própria norma que passa a incluir mais exemplos ilustrativos de aplicação.

• **Alterações à IFRS 1 - Adoção pela primeira vez**

(i) Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez: (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)

O objetivo destas emendas à IFRS 1 consiste em introduzir uma nova isenção, designadamente, as entidades que foram sujeitas a uma hiperinflação grave são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos na demonstração financeira de abertura de acordo com as IFRS. As emendas substituem ainda as referências a datas fixas, na IFRS 1, por referências à data de transição.

(ii) Empréstimos governamentais (Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março)

As emendas à IFRS 1 tratam os empréstimos recebidos de Governos a uma taxa de juro inferior à do mercado e têm por objetivo conceder aos adotantes pela primeira vez das IFRS uma dispensa da aplicação total e retrospectiva na transição para as IFRS.

• **IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)**

O objetivo da IFRIC 20 consiste em fornecer orientações sobre o reconhecimento dos custos de produção relacionados com a descobertura como um ativo e sobre a mensuração inicial e subsequente do ativo correspondente às atividades de descobertura, de forma a reduzir a diversidade, na prática, quanto à forma como as entidades contabilizam os custos de descobertura incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto.

• **Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação (Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro)**

O objetivo da emenda à IFRS 7 é exigir a apresentação de informação quantitativa adicional sobre compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações de acordo com as IFRS e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (GAAP) dos EUA. Por outro lado, o IASB emendou a IAS 32 por forma a fornecer orientações adicionais para reduzir as incoerências na aplicação prática da norma - Regulamento 1256/2012, de 13 de dezembro.

• **Melhoramentos anuais: ciclo de 2009-2011 (Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março)**

Os melhoramentos incluem emendas a cinco IFRS, que se sumarizam de seguida:

- IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Aplicação repetida da IFRS 1

MS
2013
G
M
B

As emendas clarificam que uma entidade pode aplicar a IFRS I se as mais recentes demonstrações financeiras não continham uma declaração de conformidade, explícita e sem reservas, com as IFRS, mesmo se já tivesse aplicado a IFRS I no passado.

- IFRS I Adoção pela primeira vez - Custos de empréstimos obtidos

As emendas clarificam que custos de empréstimos obtidos capitalizados de acordo com PCGA anteriores antes da data de transição para as IFRS poderão ser usados sem ajustamento no montante previamente capitalizado à data de transição.

- IAS I Apresentação de demonstrações financeiras - Clarificação dos requisitos para informação comparativa

As emendas especificam que uma terceira demonstração da posição financeira é requerida quando: a) uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente, ou efetua uma reexpressão ou reclassificação retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, e b) a aplicação retrospectiva, reexpressão ou reclassificação tem um efeito material na informação na terceira demonstração da posição financeira. As emendas especificam que não é requerido que sejam apresentadas as notas conexas acompanhem a terceira demonstração da posição financeira.

- IAS 16 Ativos fixos tangíveis - Classificação de equipamentos de serviço (peças sobressalentes, equipamentos de reserva e de manutenção)

As emendas clarificam que as peças sobressalentes, equipamento de reserva e de manutenção devem ser classificados como ativos fixos tangíveis quando cumprem a definição de ativos fixos tangíveis estabelecida na IAS 16 e como inventários nas outras situações.

- IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Efeito fiscal da distribuição aos detentores de instrumentos de capital próprio

As emendas clarificam que o imposto sobre o rendimento nas distribuições aos detentores de instrumentos de capital próprio devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

- IAS 34 Relato financeiro intercalar

As emendas clarificam que o total de ativos e total de passivos de um determinado segmento de relato deverão ser divulgados separadamente se esses montantes forem apresentados regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais e se se tiver verificado uma alteração substancial do valor divulgado nas últimas demonstrações financeiras anuais para esse segmento de relato.

• **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu oito melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance..

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos. A divulgação de reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma

↓
2013
G
M
W
B

proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

• Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu 4 melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a "Acordos Conjuntos" clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

• IFRIC 21 – Taxas do governo (Emissão)

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a actividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efectuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a actividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um activo ou um gasto.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2014

• **IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)**

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

- Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

- Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

• **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)**

O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação - Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de

divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.

• **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)**

O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.

• **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)**

A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.

• **IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados**

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

• **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)**

As principais alterações envolvem: (i) a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; (ii) introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o goodwill) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; (iii) introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; (iv) remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo goodwill) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.

• **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)**

O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

Não é expectável que a adoção das normas suprarreferidas, tenha impacto na posição financeira, nos resultados e nos fluxos de caixa da Empresa.

2013

[Handwritten signatures and initials]

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Simtejo estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Simtejo e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em “Outras reservas”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Simtejo de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram as seguintes:

País	Moeda	31.12.2013		31.12.2012	
		médio	final	médio	final
Franco Suíço	CHF	0,8180	0,8157	0,8203	0,8284
Libra Esterlina	GBP	1,1930	1,1976	1,1884	1,2253
Coroa Norueguesa	NOK	0,1254	0,1186	0,1321	0,1361

2.3 Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

2.3.1 Introdução

A Simtejo, enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR – Decreto Lei n.º 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto Lei n.º 151/2002, de 23 de maio, e Decreto Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Simtejo, S.A., com atividade regulada, adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras determinam que a Empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se:

- (i) um órgão credenciado (como o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e

- (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) for determinado de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Simtejo, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face aos encargos futuros em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão.

Estes acréscimos são calculados com base no investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão, e são registadas em resultados por contrapartida de passivo não corrente.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo.

Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso futuro à tarifa, permitindo um nível de estabilização da mesma, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica gastos de depreciação e de amortização e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Atividade concessionada – IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Simtejo presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de

acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Simtejo assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Simtejo como concessionárias de sistema multimunicipal classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetados ao ativo intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Ano	Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total de caudais do contrato de concessão m3	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Total de caudais revisto m3	Taxa média de amortização do ano
2013	494.925.839	30	3.111.702	724.859.541	43	4.057.318.900	3,06%

2.4.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – contratos de construção. A Simtejo na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Simtejo, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.4.6 Prazo da concessão e indexante

	Tipo	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Simtejo	Concessão	43 anos	2001-2044	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo. Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis, são traduzidas nas seguintes percentagens:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	4,00%
Equipamento básico	12,50%
Equipamento de transporte	25,00%
Ferramentas e utensílios	14,28%
Equipamento administrativo	14,28%

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela Simtejo. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.5.1 Locação financeira

As locações de ativos, relativamente aos quais a Simtejo, S.A. detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Todas as outras locações serão classificadas como locações operacionais. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciadas pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação.

2.6 Ativos intangíveis

2.6.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.4.2.

2.6.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.7 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.7.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Simtejo são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos

investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Simtejo classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

2.7.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Simtejo não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.7.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Simtejo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.7.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.7.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

2.7.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.7.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Simtejo, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.7.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Simtejo no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.9 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.11 Imparidade

2.11.1 Imparidade de ativos financeiros

É analisado a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Simtejo não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.11.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Simtejo são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para Goodwill e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados anualmente para o regulador do sector. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Simtejo. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Simtejo efetua uma análise da imparidade, no entanto na medida em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.12 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.13 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2013
[Handwritten signatures and initials]

2.14 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Simtejo cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

2.15 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Simtejo divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.16 Fiscalidade

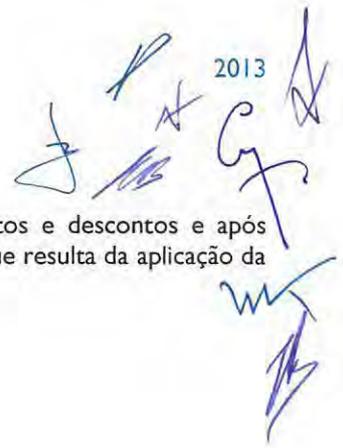
O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2013



2.17 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 a Simtejo apenas reconhece o rédito que resulta da aplicação da tarifa aprovada pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.18 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em valores mínimos garantidos.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

2.18.1 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Simtejo reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

2.19 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.20 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

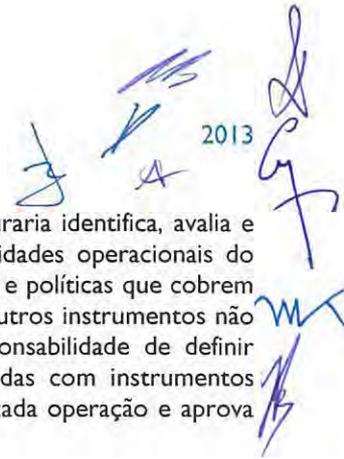
2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3 Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Simtejo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida



 2013

pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Simtejo está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país no último ano, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver nota 10 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns Municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Simtejo e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, e o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Simtejo continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Simtejo ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2013, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Ativos financeiros bancários	31.12.2013
Depósitos à ordem	517.500
Depósitos a prazo	1.500.000
Fundo de reconstituição do capital	7.864.911
	9.882.411

Rating	31.12.2013
A2 (Moody's)	87.647
B1 (Moody's)	5.535
Ba1 (Moody's)	11.989
Ba3 (Moody's)	9.777.240
	9.882.411

Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2014

2013
 [Handwritten signatures and initials]

Banco	Rating	31.12.2013
BES	Ba3	1.734.929
BPI	Ba3	24.983
BST	Ba1	11.989
BCP	B1	5.535
BNP	A2	87.647
CGD	Ba3	737
MG	Ba3	151.581
IGCP	Ba3	100,11
		2.017.500
IGCP	Ba3	7.864.911
		9.882.411

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Simtejo pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Simtejo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Simtejo atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Simtejo procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacte financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Simtejo por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	6.846.303	13.779.198	139.089.287
Fornecedores e outros passivos	6.235.666	-	-

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Simtejo advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Simtejo ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Simtejo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

2013
 J B G T M

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

		31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	Real	4.237.981	3.852.958
Juros suportados	tx média +1%	5.897.059	5.516.399
Juros suportados	tx média -1%	2.578.904	2.189.517

3.5 Risco de capital

O objetivo da Simtejo em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Simtejo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos não correntes	152.868.485	171.470.293
Empréstimos correntes	6.846.303	10.559.123
Disponibilidades	-2.022.265	-12.180.507
Dívida	157.692.523	169.848.909
Subsídios ao investimento	62.959.101	39.268.905
Total do capital próprio	67.824.419	66.853.766
Capital	130.783.520	106.122.671
Dívida/total do capital	1,21	1,60

O modelo de financiamento da Simtejo assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

3.6 Risco regulatório

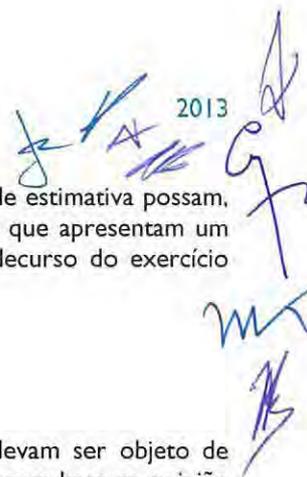
A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Simtejo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a Simtejo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactes negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

A esta data o Conselho de Administração da Simtejo não tem conhecimento de eventuais decisões tomadas por parte do Concedente no âmbito da provável reestruturação do sector, reconhecendo no entanto que a ocorrerem, as mesmas podem ter um impacte relevante nas demonstrações financeiras da Simtejo.

4 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Simtejo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

2013



A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Simtejo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Simtejo é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Simtejo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Simtejo. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Simtejo os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Simtejo, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros. À data de emissão das demonstrações financeiras da Simtejo não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Simtejo.

2013
 14
 G
 h
 13

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2013
Ativos intangíveis	-	-	-	271.001.373	271.001.373
Investimentos financeiros	7.864.911	-	7.864.911	-	7.864.911
Impostos diferidos ativos	-	-	-	29.266.138	29.266.138
Inventários	-	-	-	107.692	107.692
Clientes	67.739.873	-	67.739.873	-	67.739.873
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	142.825	142.825
Estado e outros entes públicos	86.411	-	86.411	-	86.411
Outros ativos correntes	3.182.402	-	3.182.402	-	3.182.402
Caixa e seus equivalentes	2.022.265	-	2.022.265	-	2.022.265
Total do ativo	80.895.861	-	80.895.861	300.518.028	381.413.889
Provisões	-	-	-	120.000	120.000
Responsabilidades com pensões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	152.868.485	152.868.485	-	152.868.485
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	-	-	-	-
Impostos diferidos passivos	-	-	-	15.360.865	15.360.865
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	68.019.809	68.019.809
Subsídios ao investimento	-	-	-	62.959.101	62.959.101
Empréstimos correntes	-	6.846.303	6.846.303	-	6.846.303
Fornecedores	-	3.457.667	3.457.667	-	3.457.667
Outros passivos correntes	-	2.777.999	2.777.999	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	0
Estado e outros entes públicos	-	-	-	1.179.241	1.179.241
Total do passivo	-	165.950.454	165.950.454	147.639.016	313.589.470

2013

[Handwritten signatures and initials]

6 Ativos intangíveis

	31.12.2013	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	52.713	-
Propriedade industrial e outros direitos	161.283	170.080
Direitos de utilização de infraestruturas (DUI)	259.558.721	265.421.883
Ativos em Curso	11.228.656	8.065.137
	271.001.373	273.657.100

6.1 Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2012	Aumentos	Abates	ajustam.	Transfer	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	962.690	-	-	-	70.529	1.033.219
Propr. industrial e outros direitos	577.472	-	-	-	-	577.472
DUI	333.044.627	993.905	-	-	2.000.736	336.039.268
Ativos Intangíveis em Curso	8.065.137	5.234.783	-	-	(2.071.265)	11.228.656
	342.649.926	6.228.689	-	-	-	348.878.615
Amortizações acumuladas	31.12.2012	Aumentos	Abates	ajustam.	Transfer	31.12.2013
Despesas de desenvolvimento	(962.690)	(17.816)	-	-	-	(980.505)
Propr. industrial e outros direitos	(407.392)	(8.797)	-	-	-	(416.189)
DUI	(67.622.744)	(8.173.679)	-	-	(684.123)	(76.480.547)
	(68.992.826)	(8.200.292)	-	-	(684.123)	(77.877.241)
Valor líquido	273.657.100	(1.971.604)	-	-	(684.123)	271.001.373

O investimento realizado pela Simtejo no exercício de 2013 ascendeu a 6,2 milhões de euros. O investimento está essencialmente relacionado com a conservação e reparação da ETAR de Frielas, bem como com as obras de reparação da ETAR de Alcântara.

Durante o ano de 2013 foram transferidos de ativos intangíveis em curso para firme 2 milhões de euros, sendo os principais projetos os seguintes:

- Vertente C2 da empreitada da ETAR de Alcântara;
- Foz do Lizandro, fase II;
- Caneiro Amadora
- Benfeitorias na ETAR Chelas

De acordo com o estipulado no contrato de concessão e com as regras regulatórias foram transferidos 684 mil euros de acréscimos de custos do investimento contratual relativos às infraestruturas transferidas para DUI (ver notas 2.3.2 e 17).

6.2 DUI – movimentos do período

	31.12.2013	31.12.2012
DUI Líquido (saldo inicial)	265.421.883	223.004.174
Adições	2.994.641	61.208.419
Abates	-	-
Alienações	-	-
Amortizações do exercício	-8.173.679	-7.520.066
Reversões de amortizações e ajustam.	-	-12.988
Transferências/ajustamentos	-684.123	-11.257.657
Perdas por imparidade	-	-
DUI Líquido (saldo final)	259.558.721	265.421.883

2013

[Handwritten signatures and initials]

7 Investimentos financeiros

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de reconstituição de capital social	7.864.911	6.870.161
Investimento financeiro	-	-
	7.864.911	6.870.161

De acordo com a cláusula 18.ª do Contrato de Concessão, a Simtejo está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social. Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a Simtejo poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2013 – 994.750 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 38,7 milhões de euros.

8 Impostos diferidos

	31.12.2012	Ajustamentos	saldo inicial	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2013
Investimento contratual	84.327.104	20.357	84.347.462	-	10.054.228	-	94.401.689
Diferença amortizações	6.580.861	(3.196)	6.577.665	-	-	(1.248.073)	5.329.591
Diferença subsídios	3.356.316	(0)	3.356.316	-	-	(435.412)	2.920.904
	94.264.281	17.161	94.281.443	-	10.054.228	(1.683.486)	102.652.185
Imposto diferido ativo	28.279.284	(256)	(1.404.538)	(1.404.793)	2.866.460	(479.962)	29.266.138

	31.12.2012	Ajustamentos	saldo inicial	Efeito taxa	Aumentos	Diminuições	31.12.2013
Investimento contratual	50.079.960	14.669	50.094.629	-	-	(1.565.457)	48.529.172
Diferença amortizações	2.918.379	(79.308)	2.839.071	-	-	(1.419.535)	1.419.535
Diferença subsídios	4.020.305	79.308	4.099.613	-	-	(169.452)	3.930.162
	57.018.644	14.669	57.033.313	-	-	(3.154.444)	53.878.869
Imposto diferido passivo	17.105.593	(219)	(849.578)	(849.796)	-	(899.332)	15.360.865

A taxa utilizada no apuramento do imposto diferido foi de 30% em 2012 e 28,51% em 2013.

Impostos diferidos ativos

A Simtejo procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

Impostos diferidos passivos

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91.

A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Simtejo o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Simtejo aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP – Água de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Ver nota 22.4 – Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão.

9 Inventários

	31.12.2013	31.12.2012
Matérias-primas e subsidiárias	107.692	113.694
	107.692	113.694

2013

[Handwritten signatures and initials]

10 Clientes

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes - não corrente		
Município de Lisboa	23.632.923,81	-
Município de Loures	6.554.524	9.184.777
Município de Odivelas	2.755.549	3.498.749
Total não corrente	32.942.997	12.683.526
Clientes - corrente		
Município de Lisboa	21.201.794	46.311.539
Município de Loures	6.465.184	2.961.975
Município de Odivelas	5.279.076	1.283.842
Município de V.F. Xira	359.926	388.724
Município de Mafra	823.207	1.291.529
Município de Amadora	443.968	436.092
SMAS Oeiras	190.788	93.933
	34.763.944	52.767.633
Clientes municipais - total	67.706.941	65.451.159
Outros	32.931	123.649
Total corrente	34.796.875	52.891.283
Total corrente e não corrente	67.739.873	65.574.808

Face ao exercício anterior, o saldo de clientes apresenta um aumento de 3% das quais se destacam as seguintes variações:

- Aumento de 67% da dívida do Município de Odivelas, sendo esta situação explicada pelo facto de este apenas liquidar a sua dívida para com a Simtejo após o Município de Loures lhe efetuar o pagamento, o que não tem ocorrido;
- Faturas em atraso do Município de Lisboa, de Junho a Dezembro, embora o Município se encontre a cumprir com os pagamentos relativos ao acordo estabelecido com a Empresa, não está a liquidar a dívida respeitante à faturação corrente dos últimos meses.

10.1 Clientes - Municípios

Clientes municipais	serviço	TRH	juros de mora	acordos	31.12.2013	31.12.2012
Município de Lisboa	13.532.066	244.979	406.634	30.651.039	44.834.718	46.311.539
Município de Loures	3.631.003	70.177	133.752	9.184.777	13.019.708	12.146.751
Município de Odivelas	4.441.186	94.691	-	3.498.749	8.034.625	4.782.591
Município de V.F. Xira	353.726	6.201	-	-	359.926	388.724
Município de Mafra	799.520	11.824	11.863	-	823.207	1.291.529
Município de Amadora	436.043	7.925	-	-	443.968	436.092
SMAS Oeiras	186.941	3.847	-	-	190.788	93.933
	23.380.484	439.643	552.248	43.334.565	67.706.941	65.451.159

No final de 2013 a Simtejo tinha acordos de pagamentos com os Municípios de Lisboa, Loures e Odivelas que preveem o pagamento dos valores em dívida em 4,5 anos.

A Simtejo debita juros de mora para os saldos em dívida para além do prazo de pagamento definido contratualmente (60 dias), com base na taxa da dívida comercial.

10.2 Clientes – Municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Clientes municipais	corrente			não corrente	
	serv/trh/jur	acordos	total	acordos	total
Município de Lisboa	14.183.679	7.018.116	21.201.794	23.632.924	44.834.718
Município de Loures	3.834.931	2.630.253	6.465.184	6.554.524	13.019.708
Município de Odivelas	4.535.876	743.200	5.279.076	2.755.549	8.034.625
Município de V.F. Xira	359.926	-	359.926	-	359.926
Município de Mafra	823.207	-	823.207	-	823.207
Município de Amadora	443.968	-	443.968	-	443.968
SMAS Oeiras	190.788	-	190.788	-	190.788
	24.372.376	10.391.568	34.763.944	32.942.997	67.706.941

10.3 Clientes – Municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Clientes municipais	vencido até n-2	vencido até n-1	vencido até n	total vencido	não vencido	total 2013	total 2012
Município de Lisboa	-	-	9.543.188	9.543.188	35.291.530	44.834.718	46.311.539
Município de Loures	-	-	2.426.956	2.426.956	10.592.752	13.019.708	12.146.751
Município de Odivelas	-	-	3.761.653	3.761.653	4.272.973	8.034.625	4.782.591
Município de V.F. Xira	-	-	-	-	359.926	359.926	388.724
Município de Mafra	-	-	495.590	495.590	327.617	823.207	1.291.529
Município de Amadora	-	-	-	-	443.968	443.968	436.092
SMAS Oeiras	-	-	-	-	190.788	190.788	93.933
	-	-	16.227.388	16.227.388	51.479.553	67.706.941	65.451.159

II Estado e outros entes públicos

	31.12.2013	31.12.2012
IVA a receber	86.411	256.582
Outros	0	0
EOEP activos	86.411	256.582
IVA a pagar	0	0
Retenções - IRS	107.047	45.256
Retenções - Segurança social	118.756	108.847
Retenções - Outros	0	377
Outras Tributações - TRH	953.438	771.321
EOEP passivos	1.179.241	925.801
	(1.092.830)	(669.219)

12 Outros Ativos Correntes

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de Coesão a receber	1.277.002	2.573.986
Adiantamentos a fornecedores	33.389	1.347.500
Outros devedores	205.456	33.699
Acréscimos de rendimentos	1.483.617	374.129
Gastos a Reconhecer	182.938	4.360
	3.182.402	4.333.673

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the year 2013 and various initials.

No que respeita aos valores a receber junto do Fundo de Coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber subsequentemente. Durante o exercício a Simtejo recebeu aproximadamente 26 milhões de euros de subsídios.

A redução do valor de adiantamentos a fornecedores, comparativamente com o exercício anterior, é explicada pela redução do saldo a receber por parte da Somague e Edifer, associadas na obra da ETAR de Alcântara, pelas multas anteriormente aplicadas a estas entidades. Durante o ano de 2012, foi efetuada transação de que decorreu em 2013 a contabilização dos movimentos de recebimento e pagamento.

Na rubrica de acréscimos de rendimentos, a variação é explicada pelo reconhecimento de juros a faturar no âmbito dos acordos estabelecidos entre a Simtejo e os Municípios de Lisboa e Oeiras.

O aumento face ao ano anterior verificado na rubrica gastos a reconhecer é explicado pelo facto de os prémios anuais dos seguros em 2013 não terem sido coincidentes com o ano civil, mas sim de março a abril. No fecho do exercício de 2013, estava por isso por reconhecer como gasto o equivalente a 4 meses de prémio.

13 Caixa e bancos

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	4.764	4.688
Depósitos à ordem	517.500	12.175.819
Depósitos a prazo	1.500.000	-
	2.022.265	12.180.507

14 Capital

		Capital subscrito 31.12.2013	Capital realizado 31.12.2013	Capital subscrito 31.12.2012	Capital realizado 31.12.2012
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	50,5%	19.543.500	19.543.500	19.543.500	19.543.500
Município de Lisboa	23,5%	9.094.500	9.094.500	9.094.500	9.094.500
Município de Loures	11,5%	4.450.500	4.450.500	4.450.500	4.450.500
Município de Vila Franca de Xira	4,0%	1.548.000	1.548.000	1.548.000	1.548.000
Município de Amadora	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Mafra	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
Município de Odivelas	3,5%	1.354.500	1.354.500	1.354.500	1.354.500
	100%	38.700.000	38.700.000	38.700.000	38.700.000

14.1 Resultado por ação

	31.12.2013	31.12.2012
Resultado líquido	5.236.957	8.924.383
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	7.740.000	7.740.000
Resultado por ação	0,68	1,15

14.1 Movimentos do período

	31.12.2012	afetação do resultado líquido	constit. de reservas	dividendos	resultado líquido	31.12.2013
Reservas e outros ajustamentos	11.569.572		2.329.039			13.898.612
Resultados transitados	7.659.811	2.329.039				9.988.850
Resultado líquido do exercício	8.924.383	(4.658.079)		(4.266.304)	5.236.957	5.236.957
	28.153.766	(2.329.039)	2.329.039	(4.266.304)	5.236.957	29.124.419

15 Provisões

	31.12.2013	31.12.2012
Provisões para processos judiciais	120.000	173.600
	120.000	173.600

A Empresa mantém a provisão referente à Injunção intentada pela Massa Insolvente da Hidrocontrato.

15.1 Movimentos do período

	31.12.2012	Aumentos	Reversões	31.12.2013
Provisões para processos judiciais	173.600	0	-53.600	120.000
	173.600	0	-53.600	120.000

Redução do valor das provisões pela reversão da provisão constituída em 2012 relativa ao IGAOT.

16 Empréstimos

	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos bancários BEI	152.868.485	154.470.293
Empréstimos - AdP SGPS	-	17.000.000
Não correntes	152.868.485	171.470.293
Descobertos bancários	5.631.303	9.344.123
Empréstimos bancários BEI	1.215.000	1.215.000
Correntes	6.846.303	10.559.123
Total de empréstimos	159.714.788	182.029.416

Durante o ano de 2013, a Empresa procedeu à amortização no valor de 1.215 mil euros do capital previsto referente ao empréstimo BEI, assim como à amortização da totalidade dos suprimentos contraídos junto da AdP-SGPS.

2013
[Handwritten signatures and initials]

16.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 ano	6.846.303	10.559.123
De 1 a 2 anos	2.024.271	18.215.000
De 2 a 3 anos	3.725.390	2.024.271
De 3 a 4 anos	3.940.248	3.725.390
De 4 a 5 anos	4.089.289	3.940.248
Superior a 5 anos	139.089.287	143.565.384
	159.714.788	182.029.416

16.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 anos	6.598.803	10.559.123
De 1 a 2 anos	967.500	17.967.500
De 2 a 3 anos	1.397.500	967.500
Superior a 3 anos	144.576.076	38.782.793
	153.539.879	68.276.916
Taxa de juro fixa	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 anos	247.500	-
De 1 a 2 anos	1.056.771	247.500
De 2 a 3 anos	2.327.890	1.056.771
Superior a 3 anos	2.542.748	112.448.229
	6.174.909	113.752.500
	159.714.788	182.029.416

16.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

	31.12.2013	31.12.2012
Expira num ano (taxa variável)	12.368.730	1.000.000
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	-	-
	12.368.730	1.000.000

16.4 Justo valor dos financiamentos

	Valor contabilist. 31.12.2013	Valor contabilist. 31.12.2012	Justo valor 31.12.2013	Justo valor 31.12.2012
Empréstimos bancários BEI	152.868.485	154.470.293	73.752.077	55.929.019
Empréstimos - Empresa-mãe	0	17.000.000	0	16.118.622
Não correntes	152.868.485	171.470.293	73.752.077	72.047.641

As taxas de juros utilizadas para o apuramento do justo valor foram de 8,42% para o ano de 2012 e de 6,32% para o ano de 2013.

17 Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2013	31.12.2012
Acréscimos de custos de investimento contratual	68.019.809	58.649.705
	68.019.809	58.649.705

17.1 Movimentos do período

	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	58.649.705	60.467.049
dotação do exercício	10.054.228	9.440.312
transferência para direito de utilização de infraestruturas (a)	(684.123)	(11.257.657)
Saldo final	68.019.809	58.649.705

(a) ver nota 6.1

18 Subsídios ao investimento

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de coesão	62.094.268	38.415.028
Outros subsídios	864.833	853.877
	62.959.101	39.268.905

Aumento da rubrica de subsídios ao investimento em 61% pelo reconhecimento de duas novas candidaturas do Fundo de Coesão associadas ao completamento do Subsistema de Alcântara e a intervenções no Sistema de Saneamento do Tejo e Trancão, no valor total aprovado de 25,6 milhões de euros.

18.1 Movimentos do período

	31.12.2012	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2013
Fundo de Coesão	38.415.028	(1.568.013)	25.631.440	(384.187)	62.094.268
Outros subsídios	853.877	(29.038)	30.470	9.524	864.833
	39.268.905	(1.597.051)	25.661.910	(374.664)	62.959.101

19 Fornecedores correntes

	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores de investimentos	2.099.225	9.073.933
Fornecedores gerais	1.139.613	1.919.948
Fornecedores empresas do Grupo	218.829	3.273.830
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	40.324
	3.457.667	14.308.035

Uma melhor posição de tesouraria da Simtejo, ao longo de 2013, permitiu a diminuição dos saldos a pagar a fornecedores.

20 Outros passivos correntes

	31.12.2013	31.12.2012
Acréscimos com férias e subsídio de férias	676.318	395.855
Dividendos não distribuídos	-	1.257.008
Outros acréscimos e diferimentos	1.474.442	1.940.755
Outros credores	252.979	1.432.165
Integração de infraestruturas municipais	374.260	5.763.492
<i>Município de Amadora</i>	374.260	374.260
<i>Município de Lisboa</i>	-	4.782.430
<i>Município de Vila Franca de Xira</i>	-	606.802
	2.777.999	10.789.275

No decurso de 2013 foram liquidados por encontro de contas, os valores de integração das infraestruturas do Municípios de Lisboa e Vila Franca de Xira

O valor a 31.12.2012 de dividendos não distribuídos correspondia ao montante a pagar à Câmara Municipal de Lisboa.

2013
 [Handwritten signatures and initials]

21 Imposto sobre o rendimento

	31.12.2013	31.12.2012
Estimativa de imposto a pagar	-	1.161.715
	-	1.161.715

21.1 Imposto do exercício

	31.12.2013	31.12.2012
Imposto corrente	(5.886.195)	(6.619.692)
Imposto diferido	2.731.581	4.218.761
Excesso/(insuficiência) de estimativa de impostos	198.684	152.755
	(2.955.930)	(2.400.931)

21.2 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2013	31.12.2012
Resultados antes de impostos	8.192.888	11.172.559
Variações patrimoniais positivas	2.632.430	2.984.534
Variações patrimoniais negativas	(82.850)	(435.412)
Diferenças temporárias	9.021.089	7.995.583
Matéria Coletável (Lucro Tributável)	19.763.557	21.717.264

	31.12.2013	31.12.2012
Resultados antes de impostos	8.192.888	11.172.559
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	n.a.
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	25,0%	25,0%
Taxa(s) de Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa(s) de Derrama Estadual	2,5%	2,5%
Imposto sobre o rendimento	2.048.222	2.793.140
Derrama Municipal	122.893	167.588
Derrama Estadual	214.644	313.628
Total	2.385.760	3.274.356
Lucro Tributável	19.763.557	21.717.264
Imposto sobre o rendimento	4.940.889	5.429.316
Derrama Municipal	296.453	325.759
Derrama Estadual	793.178	840.863
Benefícios Fiscais	-179.226	-
Total	5.851.294	6.595.938
Tributações autónomas	34.901	23.754
Excesso de Estimativa de Impostos	(198.684)	-152.755
Imposto total	5.687.512	6.466.937
Taxa média	28,78%	29,78%
Taxa efetiva	69,42%	57,88%

2013
Handwritten signatures and initials in blue ink.

22.3 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido no balanço.

22.4 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo Grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC e, consequentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se manteve inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que o Grupo está vinculado. As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas a 31 de dezembro de 2010, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. O Grupo considerou que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadram as empresas concessionárias do Grupo AdP. Assim, este foi o procedimento adotado pelo Grupo, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº66-B/2012, onde, no seu art.º 255, se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A. De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios, decorrentes da adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim, a empresa manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei 159/2009, ou seja 5 anos.

A Empresa procedeu no início de 2013 às alterações dos modelos 22 de 2010 e 2011, já entregues, regularizando a sua situação fiscal.

2013
[Handwritten signatures and initials]

22 Vendas e prestação de serviços

	31.12.2013	31.12.2012
Vendas	36.495	32.596
Prestações de Serviços	49.201.246	47.778.220
	49.237.741	47.810.816

A Simtejo fatura os seus serviços através dos valores mínimos garantidos – ver nota 2.17

A faturação de 2013 face a 2012 aumentou em 1.427 mil euros, o que é explicado pelos seguintes fatores:

- tarifa praticada em 2013 superior comparativamente a 2012 (+€0,0049/m³);

- aumento dos caudais faturados, fundamentalmente no Município de Vila Franca de Xira pela ligação do sistema de Alverca

23.1 Desagregação das vendas e prestações de serviços por cliente

	31.12.2013	31.12.2012
Município Lisboa	25.532.200	25.187.620
Município Loures	7.485.625	7.339.978
Município Odivelas	4.306.153	4.193.798
Município Vila Franca Xira	4.004.443	3.339.961
Município Amadora	4.936.332	4.836.831
Município Mafra	1.810.234	1.753.310
SMAS de Oeiras e Amadora	1.058.159	1.038.086
Outros clientes não municipais	104.594	121.233
	49.237.741	47.810.816

23 Custo das vendas

	31.12.2013	31.12.2012
CMVMC - Matérias subsidiárias	1.940.411	2.478.870
	1.940.411	2.478.870

Esta rubrica inclui os reagentes utilizados no processo produtivo da empresa. Engloba igualmente os reagentes e materiais utilizados e consumidos nas atividades laboratoriais da Simtejo.

Houve em 2013 um acréscimo do consumo de reagentes, fundamentalmente na ETAR de Alcântara, onde a linha de tratamento de tempo seco funcionou, em longos períodos, com a utilização de reagentes, para dar resposta à presença de cloretos no afluente, provenientes da entrada de maré na rede de drenagem.

A redução na rubrica CMVMC-Matérias subsidiárias face ao ano anterior deve-se fundamentalmente ao facto de no ano anterior os gastos com materiais de manutenção serem contabilizados nesta rubrica, enquanto em 2013 passaram a ser contabilizados em gastos com conservação e reparação da rubrica de fornecimentos e serviços externos.

Esta redução foi superior ao acréscimo dos gastos com reagentes, pelo que a variação em relação a 2012 corresponde a uma diminuição global da rubrica.

2013
 J
 G
 T
 M
 S

24 Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2013	31.12.2012
Assistência Técnica	134.192	93.220
Tratamento de Resíduos	554.562	214.680
Tratamento de Efluentes	1.698.149	2.038.744
Fee's Gestão Serviços	740.216	704.267
Publicidade e Propaganda	128.992	60.643
Honorários	78.819	70.086
Conservação e Reparação	2.105.217	964.081
Fornecimento de Água	310.188	470.791
Seguros	339.300	363.692
Rendas e Alugueres	328.711	549.179
Energia	4.854.411	5.008.029
Comunicação	251.822	241.336
Outros Fornecimentos e Serviços	1.992.622	1.732.691
	13.517.201	12.511.439
FSE's capitalizados	(25.310)	(246.606)
	13.491.891	12.264.833

O aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos verifica-se essencialmente na rubrica conservação e reparação. Este aumento é justificado em grande parte pela alteração de critério de contabilização dos gastos com materiais para manutenção, que eram contabilizados em CMVMC, tal como referido no ponto anterior, e também pelo aumento de gastos com a contratação de serviços de manutenção em regime de outsourcing.

Em Outros Fornecimento e Serviços Externos face ao ano anterior, é de referir o aumento de gastos com jardinagem, devido aos gastos com o ajardinamento da ampla cobertura da ETAR de Alcântara.

25 Gastos com pessoal

	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações	4.989.753	4.266.082
Encargos sociais sobre remunerações	1.137.642	924.962
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com pessoal	366.010	301.539
Correções relativas a exercícios anteriores	10.029	-
	6.503.433	5.492.583
Gastos com pessoal capitalizados	(113.705)	(768.791)
	(113.705)	(768.791)
	6.389.728	4.723.793

Em 2013, os gastos com Pessoal aumentaram 35% face a 2012. Esta variação é explicada pelo seguinte:

- no ano de 2013 foi reconhecido, para além dos normais 14 meses de salários, o subsídio de férias pago em 2013 referente a 2012. Esta situação ficou a dever-se ao facto de o OE de 2012 não prever o pagamento do subsídio de férias para 2013. No entanto, esta disposição foi alterada em 2013 por força de decisão do Tribunal Constitucional, tendo a empresa procedido ao pagamento do devido subsídio sem que tivesse provisionado nas contas de 2012 o correspondente valor.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the year 2013.

- diminuição do valor capitalizado de gastos com o Pessoal diretamente afeto às áreas de Obras e de Estudos e Projetos, devido ao decréscimo significativo nas obras em curso existentes em 2013 comparativamente com o exercício anterior.

25.1 Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2013	31.12.2012
Órgãos sociais	13	13
Trabalhadores efetivos e outros	208	214
	221	227

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2013	31.12.2012
Órgãos sociais	13	13
Trabalhadores efetivos e outros	205	212
	218	225

26 Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2013	31.12.2012
Depreciação de outros ativos intangíveis	26.613	8.797
Amortizações de ativos intangíveis	8.173.679	7.520.066
Acréscimos de custos do investimento contratual	10.054.228	9.440.312
Ajustamentos de amortizações	-	12.989
	18.254.520	16.982.164

27 Provisões e reversões do exercício

	31.12.2013	31.12.2012
Provisões para processos judiciais	-	158.500
	-	158.500
Reversões de provisões para processos judiciais	(53.600)	(84.077)
	(53.600)	(84.077)
	(53.600)	74.423

Reversão da provisão constituída em 2012 relativa ao IGAOT, por absolvição de coima

28 Perdas por imparidades e reversões

	31.12.2013	31.12.2012
Reversões de perdas por imparidade	(2.399)	(5.839)
	(2.399)	(5.839)

A Simtejo constitui perdas por imparidades a alguns clientes que usufruíram dos serviços de descargas de efluentes, atendendo aos prazos já bastante dilatados que apresentam as faturas já vencidas.

29 Subsídios à Exploração

	31.12.2013	31.12.2012
Subsídios à Exploração	144.077	-
	144.077	-

O valor apresentado na rubrica Subsídios à Exploração respeita a subsídios diversos recebidos pela Simtejo no âmbito de várias candidaturas apresentadas, como sendo: SIGEA, Envitejo; WW4 Enviroment e Nereda.

30 Outros gastos operacionais

	31.12.2013	31.12.2012
Impostos e taxas	511.441	398.555
Dívidas Incobráveis	5.122	-
Donativos	23.125	20.450
Quotizações	17.009	17.329
Outros gastos operacionais	19.228	24.238
Correções relativas a exercícios anteriores	(33.025)	-
	542.901	460.571

Os impostos e taxas correspondem, na sua quase totalidade, às taxas pagas à entidade reguladora (ERSAR).

31 Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos suplementares	79.045	33.591
Ganhos em imobilizados	1.800	189
Restituição de impostos	148.000	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	18.366	274.019
	247.211	307.798

O valor de 148 mil euros respeita a devolução de imposto de selo pago aquando do aumento do capital social da Empresa.

32 Gastos financeiros

	31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	5.126.475	4.735.598
Comissões bancárias	1.071.349	1.427.341
Outros gastos financeiros	13.645	26.035
	6.211.469	6.188.973
Castos financeiros capitalizados	(229.701)	(1.305.148)
	5.981.768	4.883.826

O aumento dos gastos financeiros, face ao ano anterior, em muito se ficou a dever a uma menor capitalização dos encargos financeiros, situação decorrente de o número de obras em curso durante 2013 ter reduzido significativamente.

A variação negativa dos juros é justificada pelo reconhecimento de mais encargos em 2013 respeitantes à tranche de 23 Milhões do Empréstimo do BEI, que apenas foi recebida em dezembro de 2012. Por outro lado, as contas correntes caucionadas da Simtejo apresentaram uma maior utilização no ano de 2013, essencialmente no 1º semestre, face a 2012.

2013

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

33 Rendimentos financeiros

	31.12.2013	31.12.2012
Juros obtidos	557.703	571.523
Juros de mora	2.954.319	3.223.709
Correções relativas a exercícios anteriores	5	-
	3.512.027	3.795.232

A redução da rubrica juros e rendimentos financeiros é justificada, essencialmente, pelo decréscimo dos juros de mora faturados aos clientes por atrasos de pagamento, uma vez que a celebração de acordos de pagamento com alguns Municípios veio permitir a este usufruírem de uma taxa mais baixa do que aquela que pagariam por atraso no pagamento das faturas vencidas - ver nota 10.1.

No montante de juros obtidos é de referir o desreconhecimento do montante de 10.540 euros, correspondente aos juros recebidos das aplicações financeiras vencidas no segundo semestre de 2013, a título de provisão no âmbito do Princípio da Unidade de Tesouraria, após análise por parte do Conselho de Administração da Simtejo da posição do Tribunal de Contas configurada pelo Relatório n.º 15/2013.

2013



34 Transações com entidades relacionadas

	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2012
	Proveitos	Custos	Proveitos	Custos
Águas de Portugal, SGPS	-	2.669.443	-	3.232.354
AdP - Serviços, S.A.	4.950,29	421.704	-	374.213
Aquasis, S.A.	-	28.458	-	27.130
EPAL, S.A.	1.301	166.093	-	124.126
Valorsul, S.A.	7.505	117.270	112	94.564
Águas do Oeste, S.A.	-	32	-	-
Águas do Centro, S.A.	1.704	-	-	-
Município Lisboa	26.568.214	789	25.187.620	-
Município Loures	8.105.053	169	7.339.978	-
Município Odivelas	4.476.530	-	4.193.798	-
Município Vila Franca Xira	4.004.443	46.615	3.339.961	-
Município Amadora	4.936.332	-	4.836.831	-
Município Mafra	1.841.924	18.000	1.753.310	-

	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2012
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Águas de Portugal, SGPS	-	193.837	-	20.047.960
AdP - Serviços, S.A.	50.416	55.302	2.026,64	315.588
Aquasis, S.A.	-	-	-	1.161
EPAL, S.A.	-	17.053	-	11.450
Valorsul, S.A.	-	23.486	119	17.175
Município Lisboa	44.834.718	-	46.311.539	4.782.430
Município Loures	13.019.708	12.194	12.146.751	-
Município Odivelas	8.034.625	-	4.782.591	-
Município Vila Franca Xira	360.692,32	1.297	388.724	606.801
Município Amadora	443.968	374.260	436.092	374.260
Município Mafra	823.207	-	1.291.529	-

As transações com os Municípios acionistas da Simtejo resultam da atividade normal da empresa (serviço de saneamento). As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à Simtejo, bem como ao suprimento concedido à Simtejo pela AdP SGPS.

2013

[Handwritten signatures and initials]

35 Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 724 milhões de euros, dos quais 336 milhões de euros já estão realizados e 11 milhões de euros estão em curso.

Investimento reversível	Eur
Investimento do contrato de concessão	673.985.493
Outros investimentos reversíveis	3.976.493
Património integrado	46.897.564
Investimento total	724.859.541
Investimento já realizado	336.039.268
Investimento em curso	11.228.656
Investimento contratual (regulado) a realizar	347.267.924

b) Contratos de Empreitada

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta dos quadros seguintes:

Projeto	Designação	Adjudicação	Faturação	Saldo
13140017	Construção do sistema de drenagem e interceção de águas residuais da bacia do rio seco (D12) e descarregadores e emissários associados	61.850	47.401	14.449
13140019	Construção dos emissários da Foz do Lizandro – fase I	5.100.001	1.706.101	3.393.900
13140034	Fornecimento e Montagem de Grelha Mecânica para a ETAR de Beirolas	112.527	-	112.527
13140034	Beneficiação da ETAR de Beirolas - Fase I	112.430	102.430	10.000
13140035; 13140055	Fornecimento e montagem dos Grupos de Emergência da EE1 e EE2 de Alcântara e da EE9 da Ericeira	81.900	-	81.900
13140041	Construção da estação elevatória de Valbom-Equipamento eletromecânico e instalações elétricas	66.637	63.583	3.055
13140041	Construção da estação elevatória da Carvoeira-Fase I	118.700	107.207	11.493
13140055	Benfeitorias nos sistemas elevatórios do subsistema de Alcântara-Fase I	2.105.826	-	2.105.826
13140057	Coletores da margem direita do Caneiro de Alcântara-restaurantes intervenções	186.675	112.005	74.670
13140060	Reparação do Caneiro de Alcântara -Braço de Sete Rios/Twin Towers	1.055.307	229.205	826.102
13140061	Construção da duplicação da Ribeira da Falagueira	19.870	18.000	1.870
13140063	Conceção /Construção da Adaptação e Completamento da ETAR de Alcântara	66.874.164	65.371.570	1.502.594
13140063	Fornecimento e montagem de sistema de aproveitamento de água subterrânea dos furos de captação para o reservatório da água de rega da ETAR de Alcântara	45.647	-	45.647
13140072	Intercetores norte e sul - adaptação aos sistemas unitários	143.735	131.614	12.121
13140077	Construção da EE2 de Alcaíça	19.780	-	19.780
13140078	Beneficiação e ampliação dos subsistemas de A-da-Pera e Barril	29.470	23.950	5.520
13140080; 13140081; 13140086	Beneficiação e ampliação dos subsistemas de Igreja Nova, Cheleiros e Encarnação	398.696	301.792	96.904
13140085	Acabamentos de Construção Civil na ETAR da Foz do Lizandro	200.000	175.498	24.502
13140097	Conceção/Construção do Sistema de Medição de Caudal dos Subsistemas de Frielas, Beirolas e Vila Franca de Xira	2.166.320	2.150.728	15.592
13140098	Remodelação do sistema de alarmes das EE's da Ericeira e disponibilização para o Aquasafe dos dados das ETAR de S.J. da Talha e de Mafra e das EE's de Frielas	47.781	32.047	15.734

Handwritten signatures and the year 2013.

13140098	Telegestão dos sistemas elevatórios de Alverca	20.500	19.475	1.025
13140098	Centro de supervisão da ETAR de Alverca	27.450	8.235	19.215
13140099	Conversão global do reator biológico 6 da ETAR de Frielas em reator Nereda TM	353.390	141.356	212.034
13140102	Montagem de sistema de doseamento de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas e respetiva bombagem para os silos existentes	97.237	15.775	81.462
13140102	Fornecimento e instalação de sistema de dosagem de cal nas lamas desidratadas da ETAR de Frielas	20.029	3.004	17.025
13140102	Remodelação do sistema de desinfecção da ETAR de Frielas	497.707	424.118	73.589
13140102	Fornecimento e Montagem de agitadores para o tanque de equalização da ETAR de Frielas	75.306	55.442	19.864
13140103	Reabilitação do sistema de espessamento da ETAR de Chelas	116.257	-	116.257
13140103	Reparação de coberturas na ETAR de Chelas	7.587	-	7.587
13140109	Remodelação dos interceptores de Camarate, Apelação e Unhos	150.130	56.288	93.843
13140134	Construção do Emissário da Praça do Império (1.ª Fase) e Descarregadores e Infraestruturas Associadas das Bacias de Drenagem D3 a D9	836.630	1.805	834.825
13140150	Controlo Caudais Pluviais - Frielas	217.712	163.502	54.210
13140161	Reparações gerais de construção civil e pequenas intervenções na área da Simtejo – 2013/2014	179.403	117.846	61.557
13140172	Reabilitação do sistema elevatório da Póvoa de Santa Iria-Conduto elevatória	109.885	-	109.885
		81.656.539	71.579.976	10.076.563

36 Ativos e passivos contingentes

36.1 Garantias prestadas

A Simtejo tem ativas as seguintes garantias bancárias:

Objeto	Total
Execução de Trabalhos de Construção Civil	517.880
Utilização de recursos hídricos para descarga de águas residuais	336.740

36.2 Processos judiciais

A Empresa tem as seguintes ações a correr em tribunal, já devidamente contestadas:

1. Ação judicial intentada por Paulo Alexandre Furtado Mendes (insistência em tribunal distinto), no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa (3.ª Unidade Orgânica, Proc. 1394/11.8 belsb), para pagamento de indemnização de 12.140 euros e juros de mora;
2. Ação intentada pela Ambilogos – Equipamentos Industriais, Lda, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (Proc. 700/12.2BELSB, para pagamento de 402.509,60 euros;
3. Injunção intentada pela Massa Insolvente da Hidrocontrato - Contratação e Coordenação de Empreendimentos de Engenharia, Lda, a correr pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, (5.ª U.O., Proc. 1254/12.5BELSB, para pagamento de 221.385,49 euros, acrescido de juros de mora de 12.585,41 euros;
4. Providência cautelar intentada pela Aquino Construções, SA, em liquidação, a correr pelo 6.º Juízo Cível de Lisboa (Proc. 1016/13.2YXLSB), destinada a impedir a execução de duas apólices de seguro caução, no montante total de 464.326,78 euros.

A Simtejo entende que não incorrerá em custos nas ações em causa, tendo mantido, por razões cautelares, a provisão para o processo referido no nº 3.


 2013

37 Informações exigidas por diplomas legais

Art.º.397.º do Código das Sociedades Comerciais

A Simtejo, S.A., não concedeu aos seus administradores quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º.324º do Código das Sociedades Comerciais

A Simtejo, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias, nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro

A Simtejo não tem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2013 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

Lei nº.55-A/2010 de 31 de dezembro

A Simtejo pretende beneficiar de um crédito fiscal suportado numa candidatura dirigida à Comissão Certificadora do SIFIDE, relativa a despesas de atividades de investigação e desenvolvimento incorridas no exercício de 2013, caso essa candidatura seja aprovada, estima-se que a dedução à coleta possa ascender a um valor de 179 mil à semelhança do Modelo 22 de 2012 entregue em 2013.

38 Rendimento garantido

Acionistas	Situação em 31 de dezembro de 2012	Remuneração do exercício de 2013	Distribuição durante o Exercício de 2013	Situação em 31 de dezembro de 2013
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	2.154.483	1.934.429	(2.154.483)	1.934.429
Município de Lisboa	2.259.590	900.180	(2.259.590)	900.180
Município de Loures	490.625	440.513	(490.625)	440.513
Município de Vila Franca de Xira	170.652	153.222	(170.652)	153.222
Município de Mafra	149.321	134.069	(149.321)	134.069
Município de Odivelas	149.321	134.069	(149.321)	134.069
Município de Amadora	149.321	134.069	(149.321)	134.069
Total	5.523.312	3.830.552	(5.523.312)	3.830.552

Ano	Indexante	Prémio de Risco	Taxa Final
2012	7,46%	3,00%	10,46%
2013	6,29%	3,00%	9,29%

39 Eventos subsequentes

Não há factos relevantes a citar no corrente ano de 2014.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2014



Carlos Manuel Martins
(Presidente do Conselho de Administração)



José Henrique Guimarães Salgado Zenha
(Vogal do Conselho de Administração)



António Alberto Côrte-Real Frazão
(Vogal do Conselho de Administração)



Joaquim Carlos Correia Peres
(Vogal do Conselho de Administração)



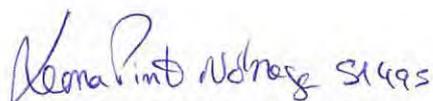
José Fernando da Silva Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



José Esteves Ferreira
(Vogal do Conselho de Administração)



Ricardo Alexandre da Silva Bastos
(Vogal do Conselho de Administração)



Maria Leonor de Oliveira Pinto Nóbrega
(Diretora Administrativa e Financeira
e Técnica Oficial de Contas)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

2013



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Sociedade SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2013.
2. Desde a sua eleição pela Assembleia Geral realizada em 2011, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões com regularidade, tendo contado com a presença do Presidente da Comissão Executiva e do(a) Diretor(a) dos Serviços Administrativos e Financeiros. Efetuou, também, uma reunião específica com um elemento da sociedade de revisores oficiais de contas, no sentido de avaliar o âmbito, riscos e a extensão do trabalho de auditoria conducente à emissão da Certificação Legal de Contas relativa ao exercício.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. O Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, não tendo detetado situações de incumprimento, e exerceu as suas competências em conformidade com o estabelecido no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais.
5. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas e que mereceu o seu acordo.
6. Nos termos das orientações veiculadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, relativas ao processo de prestação de contas referente a 2013, constata-se que no Relatório de Gestão, no seu Capítulo 14, consta informação sobre o grau de cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, veiculados através de instruções, despachos e legislação diversa, sendo de concluir pelo cumprimento de tais recomendações por parte da empresa.
7. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Balanço em 31 de dezembro de 2013, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às Demonstrações Financeiras) são adequados à compreensão da posição financeira da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se geraram os resultados e se desenrolou a atividade, assim como os principais riscos a que se encontra exposta a Sociedade.
8. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração e apoio que obteve por parte do Conselho de Administração e do Revisor Oficial de Contas.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A. aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do exercício de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 03 de março de 2014.

O CONSELHO FISCAL



Luís Filipe Cracel Viana (Presidente)



José Manuel Ribeiro Lopes Tomé (Vogal)

Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 381.413.889 Euros e um total de capital próprio de 67.824.419 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.236.957 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

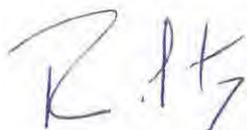
9. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:

9.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

9.2 As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que respeita aos valores de investimento e caudais, pressupostos estes que têm vindo a ser incorporados e aprovados pelo Concedente no âmbito da preparação anual do Orçamento de Projecto Tarifário, ainda que não tenha sido até à data submetido pela Empresa à aprovação formal do Concedente o respectivo estudo de viabilidade económica e financeira. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)